



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Dávila Suelen Souza Corrêa

MODO DE VIDA NA VÁRZEA: POLÍTICAS SOCIAIS E NOVA RURALIDADE
ESTUDO EM UMA LOCALIDADE DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

Dissertação de Mestrado

Belém - PA
2010

MODO DE VIDA NA VÁRZEA: POLÍTICAS SOCIAIS E NOVA RURALIDADE
ESTUDO EM UMA LOCALIDADE DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais – PPGCS do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos à obtenção ao título de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Edila Moura.

Belém - Pa
2010

MODO DE VIDA NA VÁRZEA: POLÍTICAS SOCIAIS E NOVA RURALIDADE
ESTUDO EM UMA LOCALIDADE DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MAMIRAUÁ

Dávila Suelen Souza Corrêa

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Edila Arnaud Ferreira Moura (PPGCS/UFPA)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Neide Esterici (PPGSA/UFRJ)
Examinadora externa

Prof^a. Dr^a. Maria José Aquino (PPGCS/UFPA)
Examinadora interna

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Corrêa, Dávila Suelen Souza

Modo de vida na várzea. Políticas sociais e nova ruralidade: estudo em uma localidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá / Dávila Suelen Souza Corrêa; orientadora, Edila Arnaud Ferreira Moura. - 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

1. Desenvolvimento sustentável - Amazônia. 2. População rural - Amazônia. 3. Política social. 4. Mudança social. 5. Amazônia - Condições sociais. 6. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Tefé (AM)). I. Título.

CDD - 22. ed. 363.70098113

*Para Cecília,
minha querida mãe e exemplo de mulher.*

Agradeço,

À Edila Moura, pelo incentivo, confiança e com quem muito aprendi nesta aventura sociológica.

As amigas Kátia Demeda e Marluce Mendonça, pelos imprescindíveis diálogos e reflexões sobre nossos estudos.

As queridas Claudeise Nascimento e Carmem Silva, pela atenção que sempre me deram.

Aos bolsistas Bruno Mouzinho e principalmente Thabata Farias, pelo apoio na pesquisa de campo e revisão do texto.

As sociólogas Luciana Bitencourt, Juliana Magalhães e Liliane Vieira pela amizade.

Aos professores do PPGCS que muito contribuíram para o refinamento deste estudo, especialmente Maria José Aquino e Luis Fernando Cardoso pelas importantes reflexões e sugestões durante as disciplinas e no exame de qualificação.

Aos colegas da turma de Sociologia 2008 pela troca de experiência e reflexões.

A Rosangela e Paulo, da secretaria do PPGCS, que sempre me auxiliaram com muita presteza nas questões administrativas.

Aos pesquisadores e técnicos do Instituto Mamirauá, que muito contribuíram, de diversas maneiras, para entender a dinâmica social e ambiental na várzea.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

Ao Instituto Mamirauá, por todo o auxílio durante as pesquisas de campo.

À Cecília Corrêa, pelo amor incondicional.

Ao Laerte Pires, pela dedicação e amor.

Ao menino Aluízio Neto e as meninas Camila e Carina por existirem.

A todos os moradores, especialmente as crianças e jovens da localidade de Vila Alencar por me receberem no seu *lugar*.

Muito Obrigada.

Resumo

Esta dissertação é um estudo sobre as ações em torno do desenvolvimento sustentável e de políticas não agrícolas para as pequenas populações rurais, a partir dos anos 80 e 90. Com a interiorização das políticas, o Estado se torna mais presente nas regiões interioranas redimensionando o mundo rural e suas dinâmicas locais. Neste sentido, um *novo rural* emerge com as ações políticas que chegam às populações mais distantes expondo o *modo de vida* a novas situações. Este estudo objetivou analisar as mudanças na organização social e econômica dos moradores da localidade rural de Vila Alencar da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), no estado do Amazonas, decorrentes da criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) e das ações institucionalizadas por políticas de Estado. A análise teórica foi fundamentada na noção de *habitus* e do *campo socioambiental* da Reserva Mamirauá. Realizaram-se também análises entre as famílias a partir do tempo de união conjugal, com a finalidade de identificar as mudanças ocorridas entre duas gerações familiares. Constatou-se neste estudo que a organização familiar em Vila Alencar se desenvolve levando em consideração as práticas locais e também participam das ações intervencionistas através das políticas sociais por meio do Programa Bolsa Família, das aposentadorias rurais e das atividades em torno do manejo sustentável dos recursos naturais, que estão em sua maioria associadas ao manejo de ecoturismo, a exemplo, da prestação de serviços como guia turístico, auxiliar de cozinha, copeira e carpintaria para a pousada de ecoturismo da RDSM. A combinação de atividades agrícolas, não-agrícolas e a complementação de renda por benefícios sociais assumem papel importante na composição da renda familiar, o que traz novas perspectivas à reprodução social. O estudo mostrou que as políticas de desenvolvimento sustentável bem como as políticas de benefícios sociais tornam favorável à organização familiar das localidades rurais as características de feições modernizadoras e atrativas do conforto urbano, sobretudo pela expectativa da compra de uma casa na cidade e de melhores condições de qualificação aos filhos para prosperarem em alguma profissão. Aos jovens são delegadas outras responsabilidades que não se inserem exclusivamente no contexto produtivo do trabalho familiar.

Palavras-chave: Políticas sociais – Desenvolvimento Sustentável – Populações rurais amazônicas.

Abstract

This dissertation is a study on the sustainable development measures and policies for small non-agricultural rural populations, from the 80s and 90s. With the policies reaching the countryside, the state is more present in the smaller regions resizing the countryside and its local dynamics. In this sense, emerges a *new rural* with the policy actions that reach the most distant population exposing their *way of life* to new situations. This study aimed to analyze changes in social and economic organization of the inhabitants of rural population of Vila Alencar in the Mamirauá Reserve for Sustainable Development (MRDS), Amazonas State, due to the foundation of a Sustainable Development Reserve (SDR) and institutionalized actions by state policies. The theoretical analysis was based on the theories of *habitus* and *socio-environmental field* Reserve Mamirauá. There were also analysis among families from the time of marital union, in order to identify the changes between two generations. It was discovered in this study that the family organization in Vila Alencar is developed taking into account local practices and also participate in the interventionist actions through social policies through the Family Grant Program, the rural pension and activities around the sustainable management of resources natural, these are mainly associated with the ecotourism management, such as the provision like tour guide, kitchen helpers, maid and carpentry for the ecotourism lodge of MRDS. The combination of agricultural, nonagricultural and supplementary income from social benefits have an important role in the composition of household income, which brings new perspectives to social reproduction. The study concludes that sustainable development policies and the policies of social benefits become pro-family organization on rural areas modernizing the characteristics of features and attractive urban comfort, particularly the expectation of buying a house in town and better conditions for qualification for the children to thrive in any profession. To young people are delegated other responsibilities that do not go within the productive context of family labor.

Key-words: Social policies - Sustainable Development - Rural populations in the Amazon.

Lista de Ilustrações

Figura 1. Localidade de Vila Alencar durante o período da vazante, julho de 2003	26
Figura 2. Localização da RDS Mamirauá no Estado do Amazonas	27
Figura 3. a) Vazante, julho-2008. b) Enchente, janeiro-2010	26
Figura 4. Desenho da localidade de Vila Alencar	33
Figura 5. Infra-estrutura comunitária de Vila Alencar: a) AMUVA, usina de luz e telefone. b) Centro comunitário e a Escola municipal. c) Casas	34
Figura 6. Pirâmide Etária da localidade de Vila Alencar, 1991 (n= 93 informantes) e 2006 (n= 152 informantes)	35
Figura 7. Matriz analítica e conceitual de mudanças no <i>modo de vida</i> de Vila Alencar	68
Figura 8. Localização da zona de ecoturismo e da localidade de Vila Alencar na RDS Mamirauá	84
Figura 9. Distribuição percentual da venda de produtos pelos moradores de Vila Alencar, 1995 (n= 6 famílias) e 2005 (n= 5 famílias)	92
Figura 10. Casas de moradores de Vila Alencar em Alvarães	99
Figura 11. Distribuição percentual pela classe do produto de consumo (%) pelos moradores de Vila Alencar, 1995 (n= 6 famílias) e 2005 (n= 5 famílias)	101
Figura 12. Elementos do <i>novo rural</i> em Vila Alencar	104
Figura 13. Jovens de Vila Alencar na entrevista de grupo focal	105
Figura 14. Distribuição % da população de moradores pelo nível de leitura na localidade de Vila Alencar, segundo a faixa etária, 2008. (N= 76 informantes)	112

Lista de Tabelas

Tabela 1. Contribuição percentual de cada fonte de renda, 1995-2005	91
Tabela 2. Distribuição percentual das fontes de renda por famílias segundo tempo de união. Vila Alencar 2005	93
Tabela 3. Distribuição percentual do poder de compra, entre as famílias de Vila Alencar, 1995 e 2005	102
Tabela 4. Anos de estudo da população com mais de 20 anos de idade, segundo a faixa etária, Vila Alencar, 2008 (N= 41 informantes)	111
Tabela 5. População de estudantes no ano de 2008, por idade e série em curso, Vila Alencar (N= 55 alunos)	112

Lista de Siglas

AMUVA	- Associação de Mulheres de Vila Alencar
AAGEMAM	- Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo
CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUMAD	- Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92)
DFID	- Department for International Development
DSEI	- Distrito Sanitário Especial Indígena
EEM	- Estação Ecológica Mamirauá
EJA	- Educação para Jovens e Adultos
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	- Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	- Índice de Desenvolvimento da Família
IDSM	- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUCN	- União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
MCT	- Ministério da Ciência e Tecnologia
MEB	- Movimento de Educação de Base
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAS	- Plano Amazônia Sustentável
PBF	- Programa Bolsa Família
PNP	- Programa Nacional de Publicização
PNPCT	- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	- Plano Plurianual
PPG	- Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil
RDS	- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RDSM	- Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
SCM	- Sociedade Civil Mamirauá
SEMA	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UEA	- Universidade Estadual do Amazonas

Sumário

INTRODUÇÃO. OS CAMINHOS DA PESQUISA	12
CAPÍTULO 1. DINÂMICA RURAL E RIBEIRINHA DE UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA: VILA ALENCAR	25
1.1. Vila Alencar: <i>Modo de vida</i> varzeiro e a formação das famílias camponesas	26
1.2. A economia camponesa do trabalho na várzea	38
CAPÍTULO 2. A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA: AS POPULAÇÕES RURAIS E AS POLÍTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS	45
2.1. A construção da matriz analítica: os dispositivos teóricos para a compreensão empírica	46
2.2. Mudança de atuação e o novo compromisso do Estado com o desenvolvimento social e sustentável: <i>Novas situações</i> e condicionalidades à reprodução social camponesa	49
CAPÍTULO 3. DESENVOLVIMENTO DO NOVO RURAL EM VILA ALENCAR: AS MUDANÇAS COM A INTERIORIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ESTADO	76
3.1. Mudanças sociais no uso de um território de <i>reserva de desenvolvimento sustentável</i>	78
3.2. Atividades não agrícolas e de sustentabilidade dos recursos naturais e complementação de renda por benefícios sociais	82
3.3. Nova dinâmica familiar e Mudanças econômicas entre os casais de Vila Alencar	89
3.4. Entre o rural e o urbano: intensificação de relações sociais e econômicas	94
CAPÍTULO 4. OS JOVENS E SUAS PERSPECTIVAS: O FUTURO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	105
4.1. Entre o rural e o urbano: “ <i>os filhos não se criam mais na roça</i> ”	108
4.2. Quem serão os jovens camponeses de Vila Alencar: a geração da autonomia?	117
CAPÍTULO 5. A “DERRADEIRA” ANÁLISE DAS NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO DA RURALIDADE EM VILA ALENCAR	121
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	129
APÊNDICE	138

INTRODUÇÃO

OS CAMINHOS DA PESQUISA.

Este estudo sobre o *modo de vida* das populações ribeirinhas da Amazônia na primeira década do século XXI, objetiva analisar as condições de vida de uma população rural que se reorganiza com base nos processos estruturantes das recentes políticas socioambientais e socioeconômicas a partir do desenvolvimento das políticas de reformas do Estado iniciadas nas décadas finais do século passado.

O final do século XX, marcado pela diminuição das fronteiras políticas mundiais, interfere na política brasileira, sobretudo nas ações políticas e econômicas para a Amazônia. O espaço da política se amplia a partir da redefinição do papel do Estado que, desde os anos 80, tem-se apresentado não apenas como regulador da ordem econômica, mas também como agente interventor das políticas sociais e econômicas (CASTRO, 2001).

Nesta nova ordenação da função do Estado brasileiro as macropolíticas chegam ao interior da Amazônia com a descentralização político-administrativa do aparelho do Estado, atribuindo responsabilidades sociais e financeiras aos municípios e também a organizações sociais sem fins lucrativos e na formulação de políticas sociais.

De forma mais presente, a partir do ano de 2000, a reforma do Estado acompanhada das políticas de desenvolvimento para a região amazônica, estabeleceu uma relação mais continuada entre o Estado e as populações rurais, através de políticas socioambientalistas e da extensão dos programas de proteção social não contributiva, onde os benefícios são considerados amplamente inclusivos e universalizantes, concedidos sem a necessidade do vínculo empregatício (RUCKERT, 2008; SPOSATI, 2007). No conjunto das dinâmicas sociais, esses processos políticos amplos provocam mudanças sociais a nível local e as populações rurais se reestruturam baseadas em suas experiências vivenciadas tradicionalmente.

Com a interiorização de tais políticas, o Estado se torna mais presente nas regiões interioranas redimensionando o mundo rural e suas dinâmicas locais (RUCKERT, 2008). Neste sentido, um *novo rural* emerge com as ações políticas que chegam às populações mais distantes e que passam a vivenciar relações de maior proximidade com os centros urbanos e com o mercado, expondo o *modo de vida* ribeirinho a novas situações (Cf. BOURDIEU, 2000 e 2003). Nessa situação a

população local reage, modifica tendências, redefine significados e imprime adaptações aos processos de desenvolvimento (HÉBETTE, MAGALHÃES e MANESCHY, 2002).

Os estudos de José Graziano da Silva (1997), sobre o novo rural brasileiro que vem se desenvolvendo nas últimas décadas do século passado, objetivam chamar atenção para o que há de novo no meio rural com as novas tecnologias adotadas no processo de modernização da agricultura e no aparecimento de novas atividades e rendas não-agrícolas, alterando, dessa maneira, as formas de organização do processo produtivo. Este autor observa ainda que o meio rural passou a vivenciar uma nova onda de valorização do seu espaço, que está relacionada às questões ecológicas e de preservação ambiental que possibilitou o surgimento do turismo ecológico, entre outras novas relações de trabalho.

Sobre o cenário de mudanças sociais e reestruturação do meio rural decorrente do processo de transformação política e econômica tanto no âmbito global e nacional, Sérgio Shneider (2004) analisa cinco dimensões do desenvolvimento rural: a primeira, pela abertura dos mercados e intensificação da competitividade global, o que restringe a participação de muitas regiões produtoras; a segunda dimensão, pelo aparecimento de iniciativas que contestam o padrão técnico dominante; a terceira, pela maior flexibilidade e descentralização do processo produtivo pós-fordista, que desencadeiam em novas ocupações e outras formas de renda para a população rural; a quarta, refere-se às mudanças na atuação do poder público e suas instituições no meio rural, diminuindo o centralismo e abrindo espaço de participação da sociedade; o quinto e último objeto de sua análise foi o enfoque ambiental pela sustentabilidade dos recursos naturais, que deixou de ser uma preocupação de minorias e de segundo plano das políticas públicas, passando a obter mais investimentos, sobretudo, dos recursos públicos.

É importante ressaltar que José Graziano da Silva (1997) e Sérgio Shneider (2004) analisam questões a nível macro, tanto pelo ponto de vista econômico quanto social, como a modernização da agricultura decorrente do capitalismo contemporâneo, que não considero necessário aprofundar neste estudo. Destaco, no entanto, a necessidade de compreender que o processo de desenvolvimento rural é estabelecido por articulações externas, entendidas como o contexto econômico e social global que intermediam com as dinâmicas locais e territoriais das populações rurais e suas organizações sociais e econômicas.

A partir destas premissas e de minhas experiências com as populações ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) na região

do Médio Solimões, estado do Amazonas, constato para fins desse estudo que as localidades dessa unidade de conservação, em especial Vila Alencar, estão envolvidas nesses recentes processos de mudanças ocasionados pelas políticas sociais em curso.

É nesta conjuntura que esta dissertação de mestrado objetiva analisar e refletir sobre o *modo de vida* das populações da localidade de Vila Alencar, no conjunto das recentes mudanças sociais e econômicas decorrentes da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e das ações institucionalizadas por políticas de Estado. Essas mudanças apresentam novas orientações aos processos de reprodução social dos grupos familiares e que desta forma estão contribuindo para a composição de uma *nova ruralidade* em Vila Alencar.

O *modo de vida* em análise neste estudo refere-se à organização social e econômica estabelecida em regras que são tradicionalmente definidas com base na relação de parentesco, o que confere o direito de uso comum dos recursos naturais e ocorre também com características de uma sociedade camponesa, pelo predomínio do trabalho familiar com a produção regulada pelas demandas do consumo doméstico e de acordo com as condições socioambientais específicas a cada ciclo ambiental da várzea (LIMA, 2002; MOURA, 2007). Esta forma de organização garante, assim, a reprodução social dos grupos familiares em condições sociais de um campesinato, e que recentemente tem sido confrontada com as mudanças políticas no âmbito social e ambiental.

É possível encontrar trabalhos que analisam, desde os anos 80, o Novo Rural Brasileiro, caracterizado pelas novas formas de ocupação, produção e obtenção de transferências de renda e pelas transformações na relação rural e urbana (GRAZIANO DA SILVA, 2002; CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2004).

Segundo Ricardo Abramovay (2003), à recente *ruralidade* é atribuído o *valor* pela relação preservacionista que estabelece com a natureza; pela relação com as cidades de onde vem parte das rendas, como o caso das transferências de renda mínima para as populações rurais e ainda pela valorização dos laços sociais que evidência o interconhecimento e a economia local. Estas novas dimensões de análise sobre o meio rural acentuam uma *ruralidade* como “o espaço de atividades variadas reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como um terreno de onde vão sair produtos agropecuários” (ABRAMOVAY, 2003, p. 13). O meio rural no desenvolvimento contemporâneo não pode ser definido como uma etapa do progresso e

da urbanização, do esvaziamento demográfico ou como um setor econômico que desenvolve atividades exclusivamente agrícolas.

Nessa perspectiva, pretendo analisar o *novo rural* no sentido da busca de elementos de uma nova ruralidade – processos de adequação e convivência local com políticas e programas, como aquelas relativas ao desenvolvimento sustentável e geração de renda – em uma pequena localidade ribeirinha da Amazônia que mudam a relação rural-urbana como também reorientam as relações familiares.

A questão de pesquisa deste estudo transpõe o problema social para o problema sociológico, à medida que analisa os acontecimentos sociais em âmbito macro e coloca em destaque o movimento de ação e reação de uma pequena população como um objeto sociológico importante a ser investigado. A dinâmica própria de pequenos agrupamentos humanos com suas normas e condutas de convivência, conscientes ou inconscientes, garantem elementos de ação predispostos a agirem com *novas situações* de mudanças sociais (Cf. BOURDIEU, 2000 e 2003).

A partir da geração de políticas públicas ambientais e de amparo social em espaços rurais amazônicos, a proposição inicial deste estudo foi de que tais políticas contribuem para a manifestação de novas formas de expressão da ruralidade amazônica e imprimem mudanças ao *modo de vida* de populações ribeirinhas. Dessa forma, o desenvolvimento do meio rural amazônico a partir de políticas públicas ambientais e sociais colabora para a redefinição das práticas locais relacionadas ao *modo de vida* do camponês ribeirinho. E no caso de Vila Alencar, esta manifestação se revela na relação mais intensa entre o rural e o urbano e na tendência a uma nova dinâmica familiar que valoriza a escolarização dos filhos.

A sociedade está constantemente envolvida em um conjunto de fatores, como o desenvolvimento tecnológico, o intenso processo de globalização e a alta competitividade de mercado, que tornam dinâmicas a vida de populações tanto dos grandes centros urbanos quanto de povos e localidades mais longínquas possíveis. Neste sentido, a análise sociológica contribui como uma esfera da ciência que é fecunda em acontecimentos e processos de mudança, transformação e readaptação de um determinado meio social (FLIK, 2004; TAVARES, 1993).

Para compreender o contexto de mudanças a partir de processos mais amplos, que trazem novos elementos ao *modo de vida* da população de Vila Alencar, o quadro referencial desse estudo está delimitado ao final da década de 80, com as políticas sociais de garantia dos direitos constitucionais e início da década de 90, com as políticas

de desenvolvimento sustentável que, a partir de 1995, configuram para as dinâmicas sociais de um *campesinato ecológico* (Cf. MOURA, 2007) que atribui valor ecológico ao conhecimento tradicional e à produção econômica familiar da localidade.

Os delineamentos teóricos foram baseados nos estudos do sociólogo Pierre Bourdieu, a partir das reflexões sobre a relação dialética como produto da *situação habitual* – inerente ao modo de vida e estabelecido inconscientemente sem a presença de regras explícitas – e da *nova situação* – para o qual são dotados de um *sistema de disposições*, habilidades e percepções, prestes a funcionarem como determinantes das estruturas sociais às novas possibilidades que se apresentam à realidade local (BOURDIEU, 2000). A análise teórica foi fundamentada também no *campo socioambiental*, que foi identificado por Edila Moura (2007) para analisar as populações da RDS Mamirauá em diversas esferas de ação, enquanto sujeitos, atores e agentes sociais que reelaboram suas estratégias de reprodução face aos projetos de conservação ambiental que se desenvolveram a partir das políticas de atuação da reforma político-administrativa do Estado.

A organização teórico-metodológica desta dissertação foi estruturada nos estudos de Bourdieu. Quando o autor analisa a sociedade pela perspectiva da Teoria da Ação, conferindo a esta uma grande contribuição para a teoria científica pelo exercício em conjugar a percepção e a ação no desenvolvimento de trabalhos empíricos. Ou seja, situar a teoria na condição de ser entendida como um *modus operandi*, um sistema organizado na prática científica, mas não como um fim em si mesmo – regras rígidas, e sim em constante movimento e que incidem em novas pesquisas (BOURDIEU, 2000).

Nesta perspectiva, Bourdieu rompe com a oposição entre indivíduo – onde os comportamentos dos indivíduos acabariam por definir o desenvolvimento de uma determinada sociedade – e sociedade – que considera o modo de agir e de pensar como produto da ação instrumentalizada da sociedade, ou seja, capaz de organizar por si só as práticas sociais. A noção de *habitus* indica assim um movimento constante entre indivíduo e sociedade em um espaço social de relações conflitantes.

Refletindo a partir de estudos descritivos de Pierre Bourdieu (2006) como a cena de um baile em que se reúnem jovens do meio rural e urbano que destaca as tensões de posição social entre o campo e a cidade, entende-se que para analisar as possíveis novas formas de reprodução social temos que buscar explicações não somente no novo modelo de gestão política, mas também nos elementos sutis – da disposição simbólica – que encobrem a lógica interna de reprodução social daqueles que habitam a

localidade rural ribeirinha de Vila Alencar. Neste sentido, as reflexões etnográficas deste autor também serviram de embasamento para as análises deste estudo.

Edila Moura (2007) identifica e analisa o *campo socioambiental* da Reserva Mamirauá a partir da dinâmica de agentes sociais que contribuem na construção das novas práticas sociais para o manejo sustentado dos recursos naturais em uma área de RDS, que evidencia um ambiente de acordos e conflitos representado pela lógica instrumental do desenvolvimento sustentável e pelos moradores locais com suas experiências socioculturais assentadas nas relações com o ambiente de várzea.

Esta concepção de *campo* auxiliará a refletir sobre como os moradores de Vila Alencar se posicionam nos processos de intervenção socioambiental e em que medida conservam ou modificam (reestruturam) seus códigos adquiridos e internalizados ao longo da vida, pois estão em relação de forças com outros campos externos frente à implementação de políticas sociais direcionadas a inclusão social e ao manejo sustentado dos recursos naturais (Cf. BOURDIEU, 2000; MOURA, 2007).

Com base nas reflexões teóricas as categorias de análise deste estudo foram: mercado e consumo, reprodução familiar, educação e relação com a cidade como elementos representativos das mudanças na organização tradicional camponesa, em consequência das políticas de intervenção relacionadas ao desenvolvimento sustentável, com a criação e instalação da Reserva Mamirauá desde 1992 e de ações dos programas sociais do Governo Federal relacionados à cidadania e inclusão social.

A partir das intervenções sociais e ambientais estabelecidas com as ações de desenvolvimento sustentável promovida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e dos benefícios de redistribuição de renda, os moradores de Vila Alencar reelaboram suas práticas locais buscando atender aos novos propósitos de vida, desencadeadas a partir da relação que estabelecem com a sociedade. Neste conjunto de novas situações, a organização familiar e produtiva peculiar do ribeirinho passa a ser assentada sob a perspectiva de melhorar as condições de vida, geralmente relacionada pelos moradores a uma melhor qualificação profissional para os filhos.

O estudo foi conduzido com o objetivo de registrar como as populações rurais absorvem, respondem, convergem e/ou resistem às mudanças políticas com base nas condições particulares vivenciadas de acordo com as possibilidades sociais locais e que se evidenciam no seu *modo de vida*, que podem em momentos agir de acordo com as proposições estabelecidas pelas políticas, mas também divergir (HÉBETTE, MAGALHÃES e MANESCHY, 2002; MOURA, 2007). Nesse sentido, espero que esse

estudo possa contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas e para implantação de outras políticas públicas na região do Médio Solimões.

As mudanças sociais e econômicas em curso em Vila Alencar não são capazes de transformar a condição camponesa e a experiência social partilhada no ambiente de várzea, mas imprime necessidade de mobilização dos moradores, imputada tanto pelas pressões externas ou pela dinâmica ambiental associada à várzea, reinventando estratégias e nos faz compreender que não são *caboclos tradicionais sem ambição*, mas caracterizados por um presente ambivalente com continuidades e descontinuidades (HARRIS, 2006).

Os delineamentos dos dados empíricos

Para refletir sobre as dinâmicas mais recentes, face às políticas sociais e ambientalistas, escolhi a localidade de Vila Alencar, com 120 moradores. Essa localidade está situada às margens do rio Solimões no Amazonas e é umas das mais antigas da RDS Mamirauá. Dentre as 35 localidades da área experimental - onde foram desenvolvidas as primeiras pesquisas sociais e biológicas - dessa Reserva, é a que fica mais próxima ao principal centro urbano da região do Médio Solimões – Município de Tefé.

A escolha por esta localidade foi feita considerando o seguinte pré-requisito para a análise: desde o início dos anos 90, os moradores de Vila Alencar têm se beneficiado pelos investimentos realizados pelos programas de desenvolvimento sustentado promovidos pelo IDS Mamirauá, tais como: capacitações anuais para lideranças comunitárias, ações voltadas para a educação ambiental e a saúde comunitária, adaptação de tecnologias apropriadas ao ecossistema de várzea, como o sistema de captação de água com uso de energia fotovoltaica e o curso de capacitação de comunitários para o uso desse sistema na localidade.

Considerando o recorte temporal do final dos anos 80, com as ações socioambientalistas e de combate à pobreza que chegam às populações mais longínquas da Amazônia, esta proposta de estudo se justifica pela oportunidade em registrar e acompanhar as mudanças na reprodução social dos moradores da localidade de Vila Alencar, sujeitos a sazonalidades ambientais e ao desenvolvimento de políticas públicas. O estudo contribui ainda para identificar as alterações demográficas, sociais e econômicas dessa população rural.

As análises deste estudo foram organizadas com base nas informações sobre demografia e socioeconomia das populações que residem na Reserva Mamirauá e nos relatórios das assembleias anuais dos moradores e usuários da área da RDSM, onde estão registradas as decisões sobre a gestão do uso dos recursos naturais na Reserva. Para complementar o estudo foram feitas duas viagens à localidade de Vila Alencar: uma em 2008 para atualização de informações populacionais e registro de dados sobre recebimento de benefícios sociais e de acesso aos centros urbanos; a segunda em 2010 para a aplicação de formulários com os grupos familiares. Nesta ocasião fiquei no município de Alvarães¹ e cotidianamente fazia viagens para Vila Alencar e retorno para a cidade, a fim de vivenciar o trajeto cada vez mais freqüente entre comunidade-cidade realizada pelos moradores, seja para utilizar dos serviços de banco, cuidar da saúde da família, acompanhar os filhos no período das aulas, visitarem parentes na cidade ou passar uns dias em suas casas da cidade.

A análise sobre a organização familiar foi conduzida com o objetivo de entender os efeitos das políticas sociais e ambientais considerando a estrutura demográfica da família, que ao longo do seu ciclo de vida apresenta diversas fases e influencia na organização produtiva baseada no trabalho familiar. Por este motivo, considerou-se neste estudo o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico como um processo de manutenção do organismo humano em uma determinada estrutura social por um período de tempo e que se organiza de forma a prover todos os membros do grupo. Segundo o clássico estudo de Meyer Fortes (1958), sistematicamente o ciclo de desenvolvimento pode ser compreendido em três fases da vida familiar.

A primeira fase refere-se a da expansão, quando ocorre a união entre duas pessoas e a formação da família, onde através do período fértil da esposa possibilitará a procriação. É nesta fase também que os filhos estão sob o domínio dos pais de forma efetiva, econômica e juridicamente. Denominada de fase de dispersão ou cisão, a segunda fase ocorre com o casamento dos filhos, desde o primogênito até o caçula e geralmente o último a casar tende a permanecer na casa dos pais para dar continuidade aos negócios da família. Com a nova geração da família dos filhos formada, dá-se início a terceira fase que é a fase de substituição, onde se concretiza com o falecimento dos pais e a reposição da família de seus filhos na estrutura social (FORTES, 1958).

¹ Durante todo o período de pesquisa de campo contei com a colaboração de dois bolsistas, da profª. Edila Moura, de Iniciação Científica, Thabata Farias e Bruno Mouzinho do curso de Ciências Sociais da UFPa, que na ocasião iniciavam seus contatos e reflexões sobre a dinâmica das populações rurais.

Desta forma identifiquei que para analisar as famílias de Vila Alencar era importante diferenciá-las considerando como categoria analítica o tempo de união conjugal, enfatizando, sobretudo as famílias mais jovens que estão na fase inicial do seu processo de desenvolvimento, ou seja, a formação de novas gerações em um espaço rural de mudanças e novos projetos de desenvolvimento.

A perspectiva de estudos intergeracionais evidencia que os padrões sucessórios envolvem processos históricos, sociais, econômicos e políticos, que distinguem e/ou aproximam a coletividade de indivíduos ou suas trajetórias de vida – individuais ou familiares – que coexistem em uma mesma época ou tempo social. Estes segmentos sociais são reconhecidos como gerações que além de serem evidenciados pelos fenômenos sociais consideram ainda os fatores biológicos (BENICÁ e GOMES, 1998; MOTTA, 2004; SCOTT, 2008).

Os estudos sobre gerações de famílias identificam grupos com idades aproximadas que vivenciam fatos comuns, mas com diferenças de intensidade no que se refere ao sistema político, econômico e social que pode estabelecer situações tanto de continuidade quanto de mudanças no comportamento entre as gerações por conta de pressões sociais. “As exigências econômicas decorrentes da intensificação industrial e urbana; a inserção profissional da mulher; a distribuição social do conhecimento pela transformação súbita nos meios de comunicação de massa e a quebra do poder integrador das relações de parentesco com o enfraquecimento da família nuclear” são fatores que desencadearam mudança geracional na família brasileira a partir dos anos 60 (BENICÁ e GOMES, 1998, p. 181).

Para identificar continuidades ou descontinuidades na dinâmica familiar a estimativa de tempo entre as gerações ocorre geralmente com limites de 30 anos, mas considerando a aceleração tecnológica sobre os modos sociais os períodos de tempo se reduzem para um limite entre 25 e 10 anos para as análises sobre vivência e experiência entre as gerações (MOTTA, 2004).

Para este estudo utilizei como opção o tempo de união conjugal, objetivando identificar as mudanças ocorridas entre gerações de famílias, considerando que nas populações camponesas a união conjugal é um acontecimento marcante pela formação de uma nova unidade familiar e também de uma nova unidade produtiva. Com base nesta proposição, o ponto de partida do estudo intergeracional em Vila Alencar, localizei as famílias mais antigas da localidade considerando nessa condição aquelas com 25 anos ou mais de união conjugal. Nessa condição foram localizadas cinco

famílias. Dentre essas foi possível realizar entrevistas com quatro famílias. Para a identificação destas famílias contei com o auxílio de uma das moradoras mais antigas, dona Benta Martins, que também é parteira e mulher do presidente comunitário de Vila Alencar.

A partir das famílias mais antigas realizei um mapeamento sobre a mobilidade dos seus filhos – dispersão da prole – identificando quais permanecem morando em Vila Alencar ou outra localidade rural e quais se mudaram para a cidade e quais são as relações que estas famílias estabelecem com a cidade atualmente. Baseado na intergeracionalidade e no mapeamento de dispersão dos filhos, foram realizadas entrevistas com filhos(as) que já constituíram sua própria família, contemplando assim duas gerações de famílias. Foram também entrevistados os jovens que ainda não constituíram família e estão sob o domínio dos pais.

Com os filhos que já constituíram união conjugal e formam a segunda geração familiar, foram realizadas nove entrevistas. Dentre esses filhos selecionados para o estudo quatro residem em Alvarães, três em Vila Alencar e dois possuem casa tanto em Alvarães quanto na localidade. O estudo com os jovens solteiros, de ambos os sexos, foi feito com base em entrevistas de grupo focal onde participaram 16 moradores de um total de 26 adolescentes e jovens solteiros, que nunca haviam constituído união conjugal, e que se encontravam na faixa etária de 15 a 29 anos de idade².

Como instrumento de coleta de dados, utilizei formulários com perguntas semi-estruturadas com o objetivo de registrar as perspectivas dos grupos familiares sobre as situações de intervenção dos projetos socioambientais e sociais. O formulário para os grupos mais antigos foi dividido em tópicos de perguntas, que abordavam as histórias familiares (Apêndice A). Com o grupo de filhos(as) que já estabeleceram união conjugal, apliquei um formulário objetivando identificar as características da reprodução social e as questões de mobilidade e mudanças e/ou continuidades das estruturas familiares em um contexto de “reajustes” ambientais e sociais (Apêndice B). Com o grupo de filhos(as) adolescentes, utilizei a técnica de pesquisa de grupo focal sobre o tema da educação, a vida na cidade e a vida na comunidade (Apêndice C). Como cinco destas 21 famílias também tem casas na cidade de Alvarães, optei por realizar as entrevistas com os grupos familiares tanto nos limites da localidade rural

² Atualmente este é o recorte etário considerado como parâmetro para os estudos sobre a juventude brasileira que vem sendo adotado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Dentro deste limite encontram-se os seguintes subgrupos: 15 a 17 (jovem-adolescente), de 18 a 24 anos (jovem-jovem) e de 25 a 29 anos (jovem-adulto) (CASTRO et al., 2009).

quanto em suas moradias na cidade. Além das entrevistas dirigidas foram registradas também informações em observações livres sobre a dinâmica social e ambiental dessa pequena cidade.

A análise comparativa entre as famílias de Vila Alencar, possibilitou observar as respostas experienciadas desses grupos com relação às políticas de “oportunidades e geração de renda” desde aqueles que são mais antigos na comunidade até as crianças e adolescentes e dentre estes, os que ainda permanecem morando na comunidade e os que possuem moradia na cidade. As informações coletadas com os filhos, sobretudo os mais jovens, auxiliaram na percepção sobre os seus posicionamentos em relação ao presente e seu futuro.

É importante destacar que este estudo integra-se ao conjunto de pesquisas sociais do Instituto Mamirauá e conta com a oportunidade de trabalhar com outras fontes de análise de base histórica sobre a formação e desenvolvimento da localidade em estudo e a atuação dos agentes de desenvolvimento sustentável como mediadores do projeto socioambientalista nas localidades da RDS Mamirauá.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que gerencia ao longo de mais de dez anos as práticas de intervenções sociais locais, consolidou, durante este período, uma base de dados demográficos e sócio-econômicos da população moradora da RDS Mamirauá e uma vasta publicação de estudos científicos que serviram de alicerce para esta dissertação de mestrado (ALENCAR, 1993; BEZERRA, 2005; LIMA, 2002; MOURA, 2007; REIS, 2003).

Para esse estudo foram consultados dados secundários com base nos bancos de dados populacionais e sócio-econômicos do IDSM e as pesquisas desenvolvidas com o objetivo de definir políticas públicas considerando a especificidade local e os elementos que compõem sua dinâmica. Como forma de orientação metodológica, para a construção e organização de alguns dos dados quantitativos, foi adotada como parâmetro as notas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os bancos de dados dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2001 e 2006 ajudam a compor as informações demográficas, identificar a capacidade de leitura, documentos pessoais de cada morador, há quanto tempo moram na localidade, se recebem algum auxílio do Governo Federal e Estadual e sobre a infra-estrutura

domiciliar. Os bancos de dados do Monitoramento Socioeconômico³ armazenam informações referentes aos anos de 1995, 2000 e 2005, que auxiliaram na composição da renda doméstica⁴.

Com o apoio do banco de dados socioeconômico, distribuí as famílias em dois grupos considerando o tempo de união conjugal: as famílias mais jovens com até cinco anos de união conjugal e as famílias com mais de cinco anos de união. As jovens famílias são aquelas recém formadas e que possuem filhos pequenos; as famílias com mais tempo de união são aquelas que apresentam em sua composição familiar filhos maiores e que servem de apoio aos pais nas tarefas domiciliares e produtiva ou os filhos encontram-se na fase reprodutiva e de dispersão familiar, ou seja, saída da casa dos pais e constituindo seu grupo familiar.

Além dessas informações foi feito o registro com base em roteiro de entrevistas realizado em 1995, pela equipe de pesquisadores sociais do IDSM, sobre a mobilidade geográfica dos domicílios e indivíduos, história das famílias e regras consensuais de uso do espaço que serviu de referência para o desenvolvimento da pesquisa de campo desta dissertação e para a realização de análises comparativas.

Os dados do levantamento sociodemográfico registrados para os anos de 2008 da pesquisa Indicadores Ecosistêmicos de Saúde, em oito localidades da RDS Mamirauá – coordenada pela socióloga Dr^a. Edila Moura, e que tive a oportunidade de participar – também compuseram os dados empíricos deste estudo, principalmente com as informações mais atuais sobre escolaridade.

Minha experiência sobre o modo de vida rural, ao longo de oito anos acompanhando outras pesquisas sobre Vila Alencar e as demais localidades da Reserva Mamirauá, foi de grande significância também para as análises da relação entre a população e as políticas sociais e ambientais.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O capítulo primeiro apresenta o processo de ocupação humana da localidade de Vila Alencar e os elementos que compõem o *modo de vida* varzeiro. Neste sentido, foi abordada a organização de

³ Em 1994 foi iniciado o Programa de Monitoramento da Produção Econômica em quatro localidades amostrais da RDS Mamirauá, com a utilização de cadernos pelos moradores para anotação mensal dos itens de venda da produção e consumo com seus respectivos valores e quantidades e os ganhos provenientes de salários, pensões ou aposentadorias, sendo possível obter o volume de despesas, que varia dos produtos de alimentação ao material escolar dos filhos e a renda média anual dos grupos domésticos, estabelecendo-se com esses dados um marco inicial para os estudos longitudinais. Em 2005 a amostra aumentou para sete localidades (LIMA e MOURA, 1995).

⁴ Fonte de renda= venda da produção + salários ou prestação de serviços + benefícios sociais.

uma comunidade ribeirinha da região do Médio Solimões, que compreende a organização social e econômica de um *campesinato da várzea* e determina a sazonalidade da produção familiar, imprimindo estratégias à reprodução social. Foram feitas leituras sobre as características socioambientais do ecossistema da várzea.

O segundo capítulo concentra a base teórico-analítica sobre os processos estruturantes em torno das políticas desenvolvidas com a reforma do Estado brasileiro e o movimento ambientalista a nível global em fins dos anos 80. A mudança de percepção sobre desenvolvimento combinando eficiência econômica, ecológica, justiça social e a nova forma de gestão do Estado com a elaboração de ações políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável, fizeram parte do conjunto de leituras deste capítulo.

No terceiro capítulo analiso a dinâmica dos moradores de Vila Alencar a partir da recente conjuntura dos processos políticos que redimensionam a organização social e econômica, e imprimem à população, sobretudo aos jovens, expectativas de melhores condições de vida. Neste capítulo são apresentadas as mudanças no uso do território a partir dos processos constitutivos do reordenamento territorial com a criação da Reserva Mamirauá, a intensificação das relações sociais e econômicas entre os centros urbanos e a população de Vila Alencar e, ainda, as novas atividades não agrícolas e as mudanças econômicas entre os grupos familiares. Estas mudanças ressaltam a expressão de um *novo rural* no desenvolvimento contemporâneo.

No quarto capítulo apresento uma reflexão sobre como as políticas públicas, de cunho social e ambientalista, trouxeram novas perspectivas de vida aos jovens da Vila Alencar. Não se trata de uma avaliação das políticas, mas de que forma a ação instrumentalizada destas políticas trouxe novas perspectivas para o futuro dos jovens da área rural.

Para o desfecho desse estudo, no capítulo quinto é apresentado uma reflexão sobre a tensão percebida em Vila Alencar entre garantir a sustentabilidade ambiental e suprir as necessidades sociais familiares, o que enfatiza o dinamismo das populações rurais amazônicas aos processos de mudanças econômicas e políticas de demandas externas, motivada de acordo com as necessidades e interesses em garantir melhores condições de vida à reprodução social.

CAPÍTULO 1

DINÂMICA RURAL E RIBEIRINHA DE UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA: VILA ALENCAR.

“O camponês nasce, vive e morre, e para cada um desses processos existenciais ele tem concepções e práticas que tenta fazer prevalecer sobre as práticas e regras vindas da sociedade que o envolve e domina”.
(MOURA, M. 1988, p. 20)

“A relação das pessoas com o ambiente da várzea construiu socialmente uma cultura da várzea, um conjunto de referências simbólicas produzidas nas intensas relações com a água e com o ambiente transformado por ela”.
(MOURA, E. 2007, p. 28)

O ecossistema de várzea não é homogêneo e estabelece frequentemente situações de transformação na paisagem. Nesse ambiente as atividades produtivas familiares são periódicas e sua população reconstrói os espaços socialmente desfeitos pela alagação sazonal dos rios (ALENCAR, 2007; MOURA, 2007).

A partir destas premissas constata-se que os estudos sobre as populações ribeirinhas do Médio Solimões questionam sobre como se desenvolve a organização da vida social e econômica de um agrupamento camponês, considerando o processo de desenvolvimento do grupo familiar – que vai da união conjugal dos pais, ao nascimento dos filhos até avançarem a idade produtiva e da dispersão familiar – em um ambiente natural de áreas alagadas.

Com base nesta afirmação, este capítulo objetiva apresentar o *modo de vida varzeiro* dos moradores de Vila Alencar, como também das demais populações da RDS Mamirauá. A análise identifica as estratégias de produção e reprodução social em um ambiente de várzea incluindo aspectos da dinâmica demográfica e socioeconômica. É destacada a história de formação de Vila Alencar, para compreender sua organização social ribeirinha e camponesa.

Vila Alencar localiza-se no Paraná do Jaquiri, disposto na margem esquerda do Médio Rio Solimões, em um ecossistema de várzea. Sua organização social e econômica se desenvolve com características de uma sociedade camponesa, baseada na relação tradicional no uso comum dos recursos naturais, no predomínio do trabalho familiar com a produção regulada pelas demandas do consumo doméstico. Como muitas

localidades deste ecossistema, os domicílios estão distribuídos ao longo do rio (Figura 1).



Figura 1. Localidade de Vila Alencar durante o período da vazante, julho de 2003.

Foto: Dávila Corrêa.

1.1. Vila Alencar: *Modo de vida varzeiro* e a formação das famílias camponesas.

Localizada às margens do Rio Solimões no estado do Amazonas em um ambiente de várzea e nas proximidades dos municípios de Tefé e Alvarães, Vila Alencar junto com outras localidades de pequenos agrupamentos humanos formam, desde o início da década de 1990, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Figura 2).

Assim como as demais localidades do ambiente de várzea, essa localidade fica sujeita às intensas variações na elevação do nível da água nos períodos de vazante, seca, enchente e cheia quando as águas chegam a atingir até 12 metros de altura. E nos imprevisíveis anos das grandes cheias, permanecem com as áreas totalmente alagadas por até dois meses (LIMA, 2002). As figuras 3a e 3b, abaixo, mostram uma parte da frente de Vila Alencar em dois períodos diferentes, a vazante e a enchente.

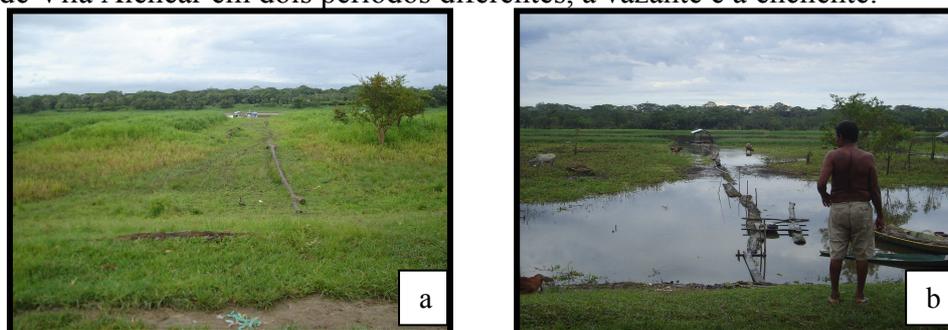


Figura 3. a) Vazante, julho-2008. b) Enchente, janeiro-2010. Foto: Dávila Corrêa

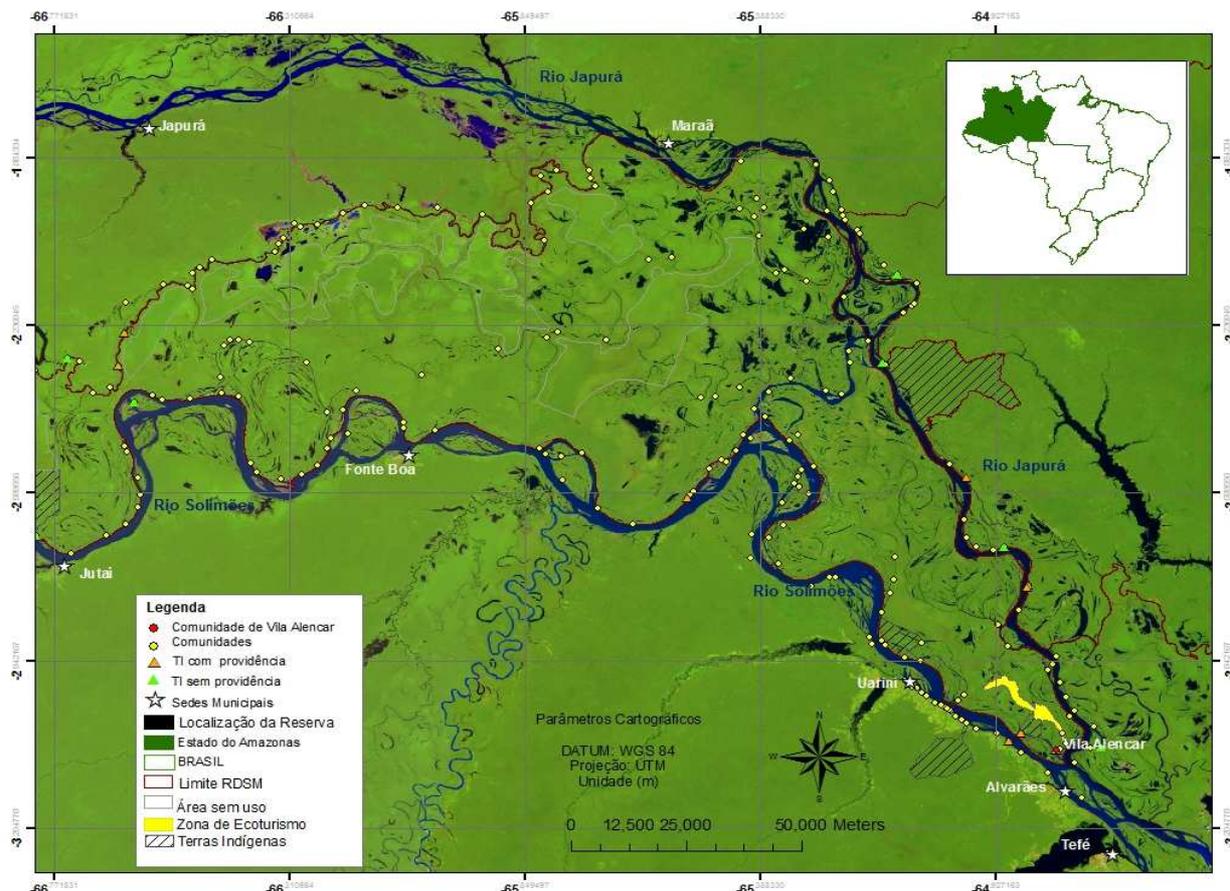


Figura 2. Localização da RDS Mamirauá no Estado do Amazonas.

Fonte: Geoprocessamento do IDSM, 2009.

Na figura 2, os pontos destacados em amarelo assinalam as localidades (aproximadamente 150) que fazem uso dos recursos naturais da área de 1.124,000 hectares que compõe a RDS Mamirauá. As localidades estão socialmente organizadas em *comunidades* e/ou *moradias isoladas*.

As *comunidades* dessa RDS são agrupamentos populacionais, formadas por nove domicílios em média (min. 3 e max. 34) (MOURA, 2006). Seu processo de formação social ocorre, em geral, com a chegada de uma ou duas famílias – com seus parentes, filhos, irmãos, etc – que abrem o *lugar*⁵, e constituem uma organização política com a presença de um presidente e um vice-presidente que buscam através das administrações municipais instalar uma escola e formar um agente de saúde que seja da própria comunidade.

As *casas isoladas* são áreas de *sítio* que se constituem, na maioria das vezes, quando uma família decide criar animais e os moradores da comunidade não permitem

⁵ Entende-se por *lugar* como sendo uma categoria social que expressa tanto mecanismos de entendimento universal, quanto para definir a relação de um grupo social com um determinado ambiente e a construção de sua identidade social (ALENCAR, 2007).

ou quando a família se desmembra – isola – de alguma comunidade por motivos de conflitos de convivência, seja por causa da criação de animais que sujaram a comunidade, como os bois e os porcos, ou porque a família desrespeitou as normas de uso comum dos recursos naturais.

As informações demográficas e sócio-econômicas apresentadas no decorrer deste estudo referem-se à área de 260.000 hectares, que corresponde a 23% da área total da Reserva, considerada como a área experimental para as pesquisas e projetos de Desenvolvimento Sustentável implementados desde 1991 pelo IDSM, órgão co-gestor dessa unidade de conservação (MOURA, 2007).

A formação social e política do lugar de Vila Alencar

A localidade de Vila Alencar foi constituída socialmente pela relação de subsistência familiar que os primeiros moradores estabeleceram com o *lugar* de terras férteis e produtivas, em ambiente de várzea.

A formação do *lugar* de Vila Alencar ocorreu por volta de 1942, e foi marcada pela chegada de três famílias, todas parentes, que migraram do Alto Solimões, onde trabalhavam com a extração do látex. Após dez anos chegaram mais duas famílias de parentes do alto Solimões para construir suas moradias em Vila Alencar, com perspectivas de morarem em um *lugar* onde tivesse escola para os filhos (ALENCAR, 1993). Estas pessoas que trabalharam na produção da borracha, vieram de outros lugares do Brasil, na busca de melhores condições de vida, como o caso de algumas famílias nordestinas que subiram o rio Amazonas para fugir da seca e para trabalhar com o *ouro branco*, o látex.

Com a queda do preço e da produção da borracha, os trabalhadores fizeram o processo de descida dos rios e ocupação da várzea do Solimões em busca de terras férteis para prover o sustento da família e criar gado (ALENCAR, 1993).

Conforme o relato abaixo, os moradores mais antigos de Vila Alencar sabem contar a história de formação da localidade, pois são os filhos das famílias que abriram o *lugar*:

“Meu pai chegou lá no ano de 1940, aquilo era uma praia, assim como aquela ilha do meio que a gente passa. Não tem aquela ilha ali confronte de Alvarães? Meu pai entrou lá, ele e um tio meu chamado Francelino Cobus, foram duas famílias que moraram, plantaram e fizeram roça lá. (...). Aí foi

aumentando, os filhos foram casando e fazendo casa lá, que são os meus irmãos. Depois vieram dois irmãos da minha mãe, o João Justino e o outro era o Pascoal, que também morou lá. E tempos depois chegou a família do compadre Afonso, [filho do] seu finado Alfredo. Foram pedir um pedaço de terra pra morar lá (...). Aí depois veio esse seu Wanderlei de lá do Japurá, não sei da onde e também pediu pra morar lá⁶. (...) meu pai nesse tempo comprou esse lugar de um senhor, porque meu pai era de Óbidos, ele é paraense, do Pará e minha mãe era de lá do Ceará.

(Seu pai veio fazer o que aqui?) Então, foi um tempo que o Governo mandou muitas pessoas pra cortar seringa. Meu pai veio no tempo da seringa, veio meu pai, veio minha mãe, os pais da minha mãe e os pais do meu pai. Vieram e moraram numa só colocação, como chamava. Aí foram cortar seringa, quando acabou o fabrico da seringa, foram quebrar castanhas. Depois iam voltando para a terra deles, o meu pai com minha mãe, iam baixando num só navio, que nesse tempo era navio. Aí chegaram até Manaus e lá meu pai se engraçou da minha mãe e se casaram, e meu pai disse que ia voltar pra cá pra procurar um lugar no Solimões no Amazonas mesmo, não queriam mais ir pra lá. Aí diz que eles vieram arribando, subindo o rio e acharam esse homem que estava vendendo esse terreno e comprou desse senhor. (...) faz muito anos que nós vivemos nesse lugar.

(...) Depois veio o finado Alfredo, mas isso foi com muito tempo já. O finado Alfredo, pai do compadre Afonso, morava ali pro Juruamã e vieram por causa de aula para os filhos. (...). Meu pai era uma pessoa que fez muita coisa por nós, ele pagou uma professora pra dar aula pra gente, ele pescava e pegava peixe com esse meu tio e o outro que era o Pascoal, eles pagaram a professora pra dar aula pra gente. Nesse tempo era no ABCD que estudava (...), era uns livrinhos, aí eles compravam o livrinho que era pra gente estudar, até depois não deu mais as condições, aí ele despachou os professores. [Os professores vinham] de Tefé, aí foi o tempo que Vila Alencar passou a ser município de Tefé, e começaram a mandar professor.”

(Mulher, 57 anos de idade, casada há 38 anos. Alvarães, 2010).

Em 1964, “*surgiu a tal da comunidade*”⁷ resultado de trabalhos desenvolvidos pelo Movimento de Educação de Base de Tefé (MEB), um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que desenvolveu junto com a população local e as demais da região do Médio Solimões o movimento de criação de

⁶ Quando seu Alfredo chegou para morar em Vila Alencar, dona Benta disse que era bem novinha, mas quando seu Wanderlei chegou, ela já era casada.

⁷ Trecho do depoimento de um morador retido do livro *Memórias de Mamirauá*, Edna Alencar, 1993.

uma organização social e política (ALENCAR, 1993). “O trabalho educativo para inculcação do modelo comunitário de construção de identidade, reafirmava as relações consangüíneas e afins do parentesco e a consagração dos laços de vizinhança” (NEVES, 2006, p. 10).

Por um longo tempo, a atividade econômica mais importante foi a pesca. Mas, devido o aparecimento na região de malhadeiras, currais e barcos, com carregamento de gelos e com a pressão sobre os recursos com a crise da cidade de Manaus, o peixe ficou escasso tanto para a venda quanto para o consumo. Com a ameaça de escassez, em 1986, os moradores apoiados pelo MEB iniciaram o trabalho de preservação dos lagos (ALENCAR, 1993).

A organização das populações ribeirinhas do Médio Solimões em *comunidades*, durante os anos 60, foi resultado de um processo de reestruturação dos assentamentos humanos abandonados pelos patrões da borracha com a decadência da economia do látex. É neste contexto que movimentos sociais – com a finalidade de orientar os moradores das áreas rurais diante da nova condição de liberdade – atrelados a Igreja Católica, como o MEB e a Prelazia de Tefé, que também cria as comunidades eclesiais de base (CEB's), orientam os ribeirinhos em trabalhos de organização política e social. Posteriormente essa forma de organização em *comunidade* é legitimada pelo Estado, seus órgãos e organizações não governamentais durante a década de 80 (ALENCAR, 1993; LIMA e ALENCAR, 2000; NEVES, 2006).

Em Vila Alencar a organização social e política de base comunitária, formada em 1964 e estimulada pelo MEB e Prelazia de Tefé, ocorreu com o propósito de incentivar trabalhos coletivos – mutirões – para a plantação de roçados de milho, arroz e mandioca; para a proteção dos lagos de pesca e para estimular a alfabetização de jovens e adultos, através de programas de incentivo a alfabetização dessa demanda, como o Programa de Alfabetização Funcional do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Escola Radiofônica com a transmissão de aulas para a alfabetização de jovens e adultos, pela Rádio Rural de Tefé (ALENCAR, 1993).

A atuação da Igreja, nos anos de 1960 e 1970, marca na Amazônia a construção de uma identidade coletiva pelo sentimento de direitos compartilhados pelas populações locais através da idéia de *comunidade*. O que a princípio referia-se à comunidade dos católicos, ampliou-se para o sentido de espaço coletivo de vida, que ganhou força e consolidou a forma de organização social e econômica de populações rurais (LÉNA, 2004).

As localidades, que compõem a RDS Mamirauá, estão organizadas espacialmente em setores geopolíticos que definem as áreas de uso comum entre as localidades (MOURA, 2007). Esta organização política foi resultado também das ações sociais desempenhadas pelo MEB e Prelazia de Tefé no Médio Solimões, o que propiciou ainda a formação de lideranças para atuarem enquanto agentes políticos na organização social, saúde e no movimento de preservação de lagos junto aos setores (REIS, 2003). De acordo com o relato de uma moradora de Vila Alencar, esta divisão em setores ocorreu:

“Porque ficava muito mais fácil de trabalhar do que trabalhar num todo. Porque eles formavam pessoas que nem no caso aqui do setor Mamirauá foi seu Afonso, ele foi formado, estudou, se capacitou bastante. Então toda essa inteligência e sabedoria que ele tem hoje, ele já vem estudando desde novo com os padres, em termos de liderança comunitária. Então pra não ficar muito, eles dividiram por setor e em cada setor eles formaram uma pessoa, uma ou duas pessoas por setor. Os padres formaram essas pessoas para ficarem trabalhando naquelas comunidades, né! Mobilizando aquelas comunidades, trabalhando na área de saúde, educação, organização comunitária até preservação, já que os padres tinham essa visão de preservação dos lagos, que havia muita invasão (...). Então um dos padres que foi fundador dessa organização toda foi o Irmão Falco. Então foi um dos primeiros padres que veio com essa idéia de organização [por setor] (...) pra não ficar muito pesado pra prelazia. Então eles formaram e dividiram entre os setores essas pessoas que ficavam trabalhando dentro do setor e depois a prelazia vinha pra ajudar (...)”
(Mulher, 38 anos de idade, casada há 19 anos. Vila Alencar, 2010).

Por causa do fenômeno natural das “*terras caídas*” pelo desbarrancamento das margens dos rios, derrubando árvores, casas e plantações, que se intensifica no período da vazante ou “*formação de praias*”, o lugar de Vila Alencar foi *aberto* por várias vezes, e dentro desta dinâmica ambiental, as famílias foram resignificando suas estratégias sociais e econômicas de convivência com as situações ambientais encontradas na várzea (ALENCAR, 1993).

A dinâmica ambiental na várzea, que muitas vezes transforma a paisagem, provoca o desaparecimento de espaços em que se inscreve a história de um grupo social que constrói e dá significado ao *lugar*. Nestas situações, os moradores migram para locais onde esperam que não sejam atingidos drasticamente pela transformação

ambiental. Neste sentido, *abrir um lugar* significa imprimir uma dinâmica social e produtiva a novos espaços (ALENCAR, 2007).

Mesmo tendo que lidar com as dificuldades sociais em se estabelecer no ambiente de várzea, foi possível perceber o crescimento populacional em Vila Alencar entre os anos de 1991 e 2006⁸. Em 1991, foram registrados 17 domicílios com uma população de 112 habitantes. Os dados do censo de 2006 registram o aumento da população para 156 moradores em 25 domicílios. Tomando como referência o período compreendido entre 1991 e 2006, a taxa média anual de crescimento geométrico populacional foi de 2,58% (MOURA, 2006). Os investimentos realizados por políticas sociais que beneficiaram a população local podem ter contribuído para esse crescimento populacional.

A figura 4 mostra que os domicílios de Vila Alencar ficam posicionados de frente para o Paraná do Paquirí. Esses domicílios em geral são feitos de madeira, com telhado coberto por zinco, em estilo de palafitas com o piso construído em um nível mais alto do que o do solo, de um pouco mais que um metro de altura, para que as famílias possam se proteger das águas na época da “*alagação*”⁹ como dizem os moradores.

Na infra-estrutura de uso comunitário estão: a Associação de Mulheres da Vila Alencar – AMUVA¹⁰, uma escola, um centro comunitário, um posto de saúde, a casa do Projeto Mamirauá¹¹, o armazém de grãos¹² e a usina de luz elétrica¹³. Sua organização político-social compreende: a liderança de um presidente, um vice-presidente, dois professores, dois agentes de saúde e uma parteira tradicional (leiga).

⁸ Este período corresponde ao primeiro levantamento populacional e ao último Censo Demográfico realizado na RDS Mamirauá.

⁹ Esclareço que no decorrer da dissertação as palavras e frases que aparecerem em itálico e entre aspas no decorrer do texto referem-se as falas e expressões dos moradores de Vila Alencar que foram registradas durante as minhas várias viagens de campo.

¹⁰ Local destinado para as atividades de venda do artesanato das mulheres artesãs.

¹¹ Local aonde abriga os pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

¹² Local utilizado para armazenar as sementes a serem utilizadas no plantio da roça.

¹³ Em geral o uso do gerador é feito somente por uma parte do período noturno, em dias comemorativos os moradores ligam o gerador também pela manhã. Cabem aos moradores se dividirem na compra do combustol (diesel) para o funcionamento do gerador.



Figura 4. Desenho da localidade de Vila Alencar.



Figura 5. Infra-estrutura comunitária de Vila Alencar: a) AMUVA, usina de luz e telefone. b) Centro comunitário e a Escola municipal. c) Casas. Fotos: Dávila Corrêa.

A pirâmide demográfica da localidade de Vila Alencar (Figura 6), para os períodos de 1991 e 2006, caracteriza uma população jovem, pelo alargamento da base e o estreitamento até o topo. Comparando as pirâmides, observa-se uma redução populacional de 90% na faixa de idade entre 0 a 4 anos, entre 1991 e 2006, e um aumento da população jovem e adulta, sobretudo entre 20 a 29 anos de idade e das mulheres, o que evidencia a redução da natalidade e a diminuição da migração da população na busca de trabalho na cidade ou em outras localidades com a possibilidade de outros ganhos monetários, além do trabalho produtivo. Em 1991, do total da população, 36% concentrava-se entre 10 a 24 anos de idade (n=93). Em 2006 (n= 152) a população desta faixa etária aumentou para 41% e os maiores de 55 anos correspondem a 4% do total para ambos os períodos.

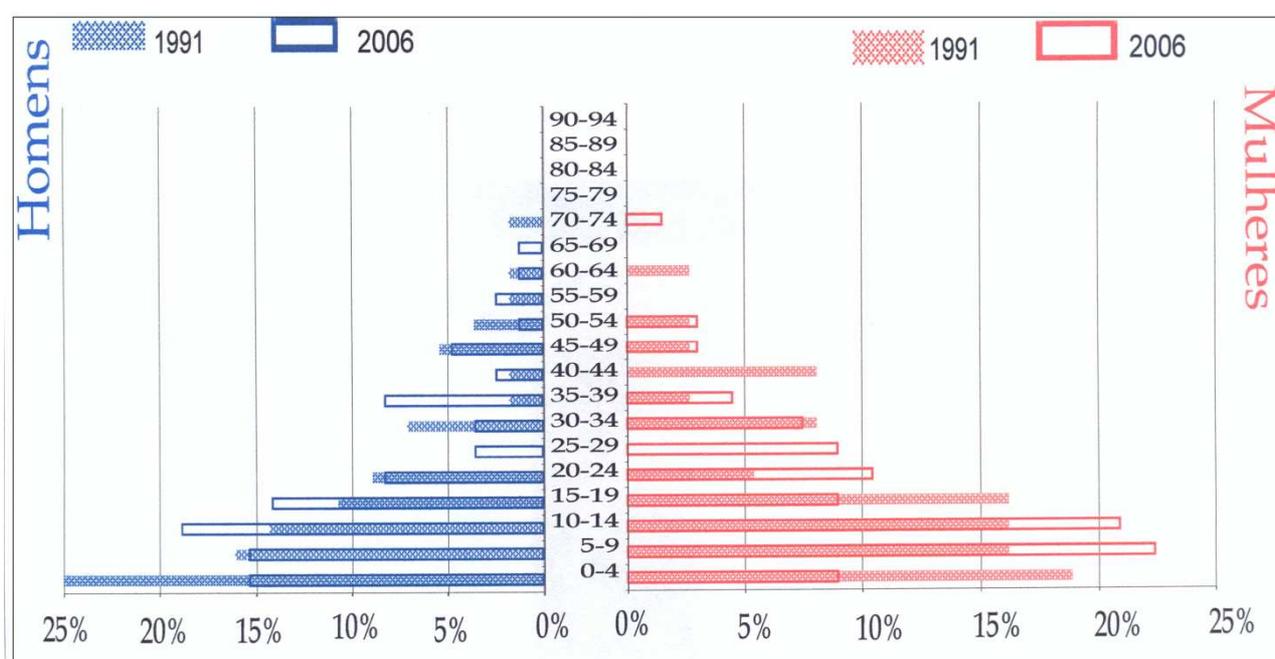


Figura 6. Pirâmide Etária da localidade de Vila Alencar, 1991 (n= 93 informantes) e 2006 (n= 152 informantes).

Fonte: Moura, E. (Org.) Censo Demográfico Mamirauá 1991 e 2006 – IDSM.

As estratégias de reprodução social camponesa em Vila Alencar

Os estudos sobre a organização camponesa ressaltam que a reprodução social dos grupos domésticos ocorre a partir de um processo que inclui tanto os mecanismos institucionais, de natureza política, econômica, jurídica e de valores e crenças existentes na sociedade e externos ao grupo doméstico, quanto os processos internos que

influenciam na organização do grupo doméstico propriamente dito (FORTES, 1958; WOORTMANN, E., 1995; WOORTMANN, K., 2001; LIMA, 2002).

Os grupos domésticos (familiares) formam a pequena unidade responsável por iniciar os filhos nas regras internas do *modo de vida local* constituídas pela forma de ocupação baseada em *regimes de propriedade comum*¹⁴ e também são responsáveis por determinar as funções que desempenharão na divisão do trabalho produtivo. Os filhos ficam “*no poder*” dos pais, como dizem os moradores de Vila Alencar, até estabelecerem união conjugal, pois formam parte importante da força de trabalho familiar (DIEGUES, 2001; MOURA, 2007).

A unidade familiar (ou grupo doméstico) camponesa se apresenta em diferentes arranjos sociais, podendo ser identificada como família nuclear ou família extensa. A família nuclear é considerada como o processo “natural” social e biológico para muitas sociedades, pois consiste na união conjugal – matrimonial, jurídica e/ou acordada pela vontade – entre o homem e a mulher e na constituição de sua prole. A família extensa tem sua base de formação na família nuclear, mas com a propensão de agrupar varias famílias em uma única estrutura de moradia (WOLF, 1970).

A família extensa apresenta-se em diferentes configurações, podendo conviver famílias nucleares representadas pela presença dos chefes de família, identificado pelo marido, ou podem coexistir famílias nucleares de gerações diferentes. Na mesma casa moram o camponês e sua mulher, os pais do camponês e seu primogênito com sua família – ou famílias nucleares de uma mesma geração. As famílias extensas podem também apresentar parentes agregados solteiros que ainda não constituíram família e parentes cujo cônjuge, marido ou esposa, veio a falecer (WOLF, 1970).

É importante referir e identificar as condições e fatores que desencadeiam a formação dos diferentes arranjos familiares camponeses que podem ser identificados entre as famílias de Vila Alencar. A união de famílias nucleares ou a presença da família extensa se torna necessária quando se considera uma maior força de trabalho para que haja a distribuição de tarefas e habilidades e um melhor retorno da produção capaz de assegurar boas condições alimentares. Dessa maneira, a família extensa se torna uma fonte de segurança para todos que convivem juntos, pois na falta do “cabeça”

¹⁴ “(...) são formas de privatização em que o apropriador é uma coletividade. Os moradores locais da RDSM, ao longo da sua formação social, construíram formas socialmente reconhecidas para “guardar” as áreas, criando um sistema de proteção dos recursos para assegurar sua reprodução social.” (MOURA, 2007, p. 72). Mais adiante serão apresentadas as normas locais construídas pela população da RDSM que assegurar o acesso comum dos recursos naturais entre as famílias.

da família outros membros poderão cultivar. A família extensa tem sua importância enquanto o conjunto do trabalho e dos recursos seja funcional para e por todos os membros (WOLF, 1970).

Outra forma de existência de famílias extensas é quando esta serve de apoio para que um jovem casal conquiste sua independência econômica e social, constituindo uma nova família nuclear, onde a condição favorável é a abundância de terras. Mas neste caso a existência de famílias nucleares pode ser transitória, pois as famílias tendem a agrupar-se novamente se as condições forem favoráveis. Entretanto, em situações onde a unidade familiar possui uma pequena extensão de terras, e desprovida materialmente, é comum encontrarmos a predominância de pequenas formações familiares, muitas vezes, limitadas a uma família nuclear, seja porque encontram dificuldades para garantir alimentos no cultivo de terras buscando outras fontes de renda, como o trabalho assalariado, onde prevalece o trabalho individual e não o familiar ou porque estão apropriadamente equipadas para produzir em pequenas porções de terras (WOLF, 1970).

Em geral, entre as famílias de Vila Alencar, os filhos quando chegam à idade de constituir família iniciam sua união na moradia dos pais de um dos cônjuges, pois economicamente ainda estão dependentes da força de trabalho familiar dos pais, por não possuírem seu espaço de produção e a força de trabalho necessária para o cultivo, não podendo prover sua subsistência. Onde existem famílias nucleares coexistindo em uma mesma casa é comum perceber que todos os membros estabelecem uma mesma relação familiar e se identificam como uma única família onde todos trabalham e se alimentam.

Este sentimento de família também se estende a todos que convivem em um mesmo lugar – a comunidade. É comum ouvir os moradores de Vila Alencar expressarem “*aqui é tudo uma família*”. Este sentimento identifica um traço social da organização camponesa, onde o camponês se relaciona e constrói sua estratégia com o local através dos laços de parentesco.

Nas relações camponesas familiares existe *um código de conduta partilhado comunitariamente* e estruturador da vida social. A organização social de pequenos agrupamentos ultrapassa as regras e normas externas e formais. Para os camponeses a ajuda, a reciprocidade e a caridade são elementos que fundamentam a *economia moral do camponês* (ABRAMOVAY, 1998). Nas localidades da Reserva as relações de parentesco garantem um sentimento de coletividade local pelo pertencimento e reconhecimento do outro, favorecendo entre os moradores as redes de trocas, em casos

de necessidade, seja de favores ou bens de produção, como o peixe e a farinha por bens de mercado como o açúcar, o café e medicamentos (MOURA, 2007).

A composição da estrutura familiar camponesa é de suma importância para se entender a lógica da produção doméstica. Em geral, identifica-se a composição doméstica entre as famílias de Vila Alencar como sendo: os casais residindo em domicílio próprio – são aqueles que já possuem seu domicílio independente e os casais residindo em domicílio multi-parental – são aqueles que residem no domicílio de seus parentes. Um estudo recente sobre a formação de famílias jovens em Vila Alencar apresentou que os casais após constituírem união conjugal demoram entre 3 a 5 anos para residirem em seu próprio domicílio (CORRÊA, 2006).

Os homens e mulheres ao formarem união conjugal, em Vila Alencar, apresentam idade média de 22 anos e 17 anos, respectivamente, e comumente a união ocorre com menos de um ano de namoro, geralmente após a mulher engravidar. Na história de formação conjugal é comum encontrar entre os casais mais antigos caso de moradia patrilocal, mas entre os mais jovens encontram-se situações em que o casal estabeleceu moradia na localidade de origem da esposa, e também situações em que o local de origem tanto do homem quanto da mulher é a própria localidade de Vila Alencar (CORRÊA, 2006).

1.2. A economia camponesa do trabalho na várzea.

Pequenos agrupamentos humanos possuem uma dinâmica própria de organização social. No caso da organização camponesa para compreender esta dinâmica é importante ressaltar elementos que relacionam a família, a terra e o trabalho, pois são fatores que asseguram o desenvolvimento socioeconômico camponês, marcado pelas estratégias de reprodução social construídas localmente e que se diferenciam espacialmente a partir das situações vividas. Para alguns estudiosos sobre a formação social do campesinato, a relação destes três elementos identifica um campesinato ligado a tradições, através da simbiose produtiva e reprodutiva com a natureza (MOURA, 1988).

O camponês é um conhecedor da natureza e está socialmente ligado a ela através do *trabalho*. Suas relações de troca ocorrem nos limites onde fica sua moradia, podendo também extrapolar/estender para outros espaços como as cidades e demais localidades rurais. A estrutura de organização social encontrada entre os grupos

camponeses se assemelha com as de sociedades agrárias, pois está ligada social e materialmente ao cultivo da terra, essencial para a sobrevivência de toda a população, tanto daqueles que trabalham diretamente com a terra quanto daqueles que exercem outras atividades e profissões (MOURA, 1988).

Para a organização camponesa a *terra* representa o lugar da moradia e trabalho e da relação produção e consumo. Por este motivo, a continuidade da família garante o uso social da terra e vice-versa. As terras geralmente são repassadas através de regras de herança, construídas localmente por uma lógica própria, para ser habitada e trabalhada por parentes ou afins. A herança da terra representa assim o processo social estratégico para a existência e reprodução física e social do camponês e seu grupo familiar (MOURA, 1988; WOORTMANN, 1995).

Ao analisar os homens e as mulheres que estão em idade de casar do meio urbano e do campo percebe-se diferenças de sentido da vida social e econômica. Nas grandes cidades é comum encontrar pessoas solteiras que substituem a vontade de constituir família por uma vida profissionalizada e independente economicamente. Para o camponês a constituição do *núcleo familiar* significa a continuidade da vida social e econômica, pois no trabalho da terra e também do não-trabalho, ou seja, no local tanto do roçado quanto da moradia, cada membro da família desempenha diferentes tarefas, e garante mão-de-obra não-assalariada (HEREDIA, 1979; MOURA, 1988).

Para o camponês a natureza significa o lugar da produção e reprodução social do grupo doméstico, cujos membros estão ligados por laços de parentesco e pela divisão de tarefas para a produção para si e para outros grupos sociais. Na economia camponesa o trabalho familiar é considerado parcialmente econômico, pois produtores e consumidores se unem em uma rede de laços para o trabalho cooperativo desempenhado por membros familiares (ABRAMOVAY, 1998).

Assim como as demais localidades da Reserva Mimirauá, Vila Alencar está estruturada socialmente com as características de uma organização camponesa e com base em redes de parentesco estabelece regras internas para o acesso comum e uso dos recursos, que são diretamente afetados pelas condições ambientais do ecossistema de várzea (LIMA, 2002). Nesse ecossistema o movimento cíclico das águas – nos meses de enchente, de cheia, de vazante e de seca – marca o *modo de vida local*.

Neste sentido, a situação ambiental do ecossistema de várzea imprime aspectos socioambientais à organização social, que se diferenciam de outras situações da Amazônia. Esta organização pode ser caracterizada como *campesinato da várzea*. Para

as populações de Mamirauá um *modo de vida* socialmente formado em uma *cultura da várzea*. Para população de Mamirauá o *modo de vida* é socialmente formado em uma *cultura da várzea*, pois considera-se “um conjunto de referências simbólicas produzidas nas intensas relações com a água e com o ambiente transformado por ela” (MOURA, 2007, p. 28).

As normas tradicionais de uso dos recursos caracterizam a forma de ocupação humana no Médio Solimões pelo *acesso comum*. Esta organização social é reconhecida por um conjunto de regras estabelecidas pelos grupos sociais locais para disporem de uma mesma base física que é essencial à sobrevivência do grupo familiar, sendo estas: as relações de parentesco que marcam o pertencimento social ao *lugar*, o trabalho na natureza de base familiar que delimita os espaços usados em comum e aqueles de uso particular dos grupos familiares (ALMEIDA, 2006; MOURA, 2007).

Em geral, um novo morador só é aceito na localidade se lá encontrar parentes que o permitam estabelecer moradia e/ou obter permissão de acesso ao uso dos recursos. Entre as localidades da RDS Mamirauá, o convívio social ligado pela tradição e a delimitação dos limites territoriais pelo histórico de ocupação concilia *uso comum* com *áreas de apropriações privadas*. São os casos dos espaços abertos pelo grupo familiar para o roçado e para a capoeira, que ao comporem a produção doméstica para a sobrevivência do grupo, são tacitamente considerados como pertencentes àquele grupo, neste sentido essa área delimitada não é de livre acesso às demais famílias da comunidade (MOURA, 2007).

No ecossistema de várzea torna-se mais difícil definir os limites da área de uso comum dos recursos naturais. No caso das áreas de floresta para caça, os igarapés e recursos não madeireiros são de acesso mais livre entre os moradores. Já os lagos, paranás e ressacas, pelo potencial dos recursos pesqueiros, são acordados como área de uso geralmente entre uma ou mais localidades. Ao abrir o *lugar* a família passa a ter direito ao uso e acesso a floresta e aos lagos desde que trabalhe no lugar (MOURA, 2007).

Localizada na região do Médio Solimões, a população de Vila Alencar sazonalmente lida com o fenômeno de subida e descida das águas, imprimindo à sua população períodos constante de mobilidade das atividades econômicas, definidas em quatro estações durante o ano: 1) enchente – subida das águas (novembro, dezembro e janeiro); 2) cheia – nível máximo das águas (fevereiro, março, abril, maio); 3) vazante – descida das águas (junho, julho, agosto) e 4) seca – nível mais baixo das águas

(setembro e outubro) (LIMA, 1992), variando esse calendário com os imprevisíveis períodos das grandes enchentes e das grandes secas.

Em geral, as atividades produtivas de caráter familiar, são: a agricultura na vazante, a pesca na seca, a colheita na enchente e a extração da madeira na cheia, considerando a criação de animais, organizados socialmente para a sobrevivência da família. Como é possível observar nas falas dos moradores estas mudanças de estação determinam as condições de uso aos recursos naturais: *“a chorona e curimatá é só o que tem mais aqui mesmo nessa época da cheia”* e na seca *“todo tipo de peixe tem!”*. A adoção de estratégias econômicas sazonais identifica o caráter polivalente da produção camponesa na várzea (WITKOSKI, 2007).

Na distribuição do trabalho familiar cada membro desempenha funções significativas para a organização social e econômica do grupo doméstico. Em Vila Alencar é possível perceber que às mulheres cabem as tarefas que estão nos limites da sua moradia, como o asseio da casa e do terreno próximo da moradia, cuidam dos filhos e quando não estão grávidas participam ainda do trabalho da roça junto com o marido. Os filhos em idade jovem e adulta formam parte importante da força de trabalho familiar produtiva e os filhos menores junto com as irmãs auxiliam as mães nas tarefas domésticas e na ausência dos pais cuidam dos irmãos que ainda são bebês. Tanto as mulheres quanto as crianças se encarregam de ir pegar o peixe para a refeição do dia e são responsáveis por pegar a água na beira do rio para o uso doméstico. As filhas assumem a responsabilidade de cuidar dos serviços da casa e da família junto com a mãe e os filhos homens se envolvem mais nas tarefas de provimento do sustento familiar. O chefe da família é responsável pela direção das atividades produtivas. Os mais idosos costumam dizer que não dão mais para o trabalho, já estão velhos e cansados, por isso produzem pouco, geralmente ajudam na economia familiar com o benefício da aposentadoria rural.

Na organização camponesa mesmo a produção do cultivo sendo resultado direta ou indiretamente do envolvimento de todos os membros da família, o pai é o principal responsável pelas decisões a serem tomadas durante todo o processo produtivo até a venda, assim como também a compra de produtos no mercado. A casa representa o espaço do não-trabalho e a área de cultivo do trabalho, espaços determinantes para a divisão sexual do trabalho, pois o primeiro refere-se ao domínio feminino e o segundo ao masculino (HEREDIA, 1979).

Os moradores residentes de um mesmo domicílio formam uma unidade familiar onde a divisão do trabalho é feita pelo casal de acordo com o sexo e idade dos membros da família. O domicílio é a principal referência da economia, por representar o local tanto da produção quanto do consumo. Em Vila Alencar, ao formar sua união conjugal em um domicílio independente, o casal constitui-se em uma nova unidade familiar simultaneamente formando também uma nova unidade econômica, não havendo, portanto, a distinção entre as unidades (LIMA, 2002).

Os arranjos familiares nucleares ou extensos apontam elementos sociais que revelam a unidade de produção familiar camponesa. A produção depende da capacidade da força de trabalho disponível que é o número de membros familiares aptos ao cultivo. A propriedade representa tanto a unidade econômica, números de “mãos” aptas ao trabalho, quanto sua moradia como unidade consumidora com “bocas” para alimentar (WOLF, 1970, p. 28).

Dessa forma é importante considerar a diferenciação demográfica como definidora da produção camponesa familiar, ou seja, no interior dos grupos domésticos a organização da produção é definida a partir da proporção do número de membros que compõem a unidade familiar com o número de membros trabalhadores e não trabalhadores, ou seja, pelo equilíbrio entre consumidores e produtores. Esta harmonia depende do ciclo de desenvolvimento de cada grupo doméstico, que vai da união conjugal dos pais, ao nascimento dos filhos até avançarem a idade produtiva (momento este, em que primeiramente há mais consumidores do que produtores) até o casamento de seus filhos, que, por conseguinte formarão um novo grupo doméstico. (CHAYANOV *apud* WOORTMANN, K. 2001).

Entre as famílias de Vila Alencar as atividades econômicas são organizadas predominantemente pelo trabalho familiar e pelo uso comum dos recursos naturais, que assegura uma produção dirigida para a sobrevivência e reprodução do grupo familiar. Segundo Maria de Nazareth Wanderley (1999) os elementos fundamentais da produção camponesa são: a particularidade do seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. No campesinato, os grupos domésticos entendidos como unidades familiares vivem numa mesma estrutura e por este motivo constituem-se em uma unidade econômica onde o grupo doméstico é uma organização social e econômica que difere uma da outra no seu interior, responsável em assegurar a sobrevivência de seus membros.

A produção camponesa para as populações da Reserva Mamirauá compreende a combinação de uma produção doméstica para consumo direto, principalmente os itens básicos da alimentação: o peixe e a farinha, e uma produção para venda: peixe, farinha e madeira (LIMA e MOURA, 1995). Considerando circunstâncias ocasionais, por exemplo, de preço ou mudança climática que pode ocasionar grandes cheias ou secas, a disposição da produção camponesa entre o auto-consumo e a venda atende ao critério de flexibilidade em função de situações momentâneas (ABRAMOVAY, 1998).

Em Vila Alencar é comum ocorrer entre os moradores a relação de troca, baseada no princípio da reciprocidade, a exemplo, doação de peixes, caças e formação de mutirão para o trabalho na roça, sem a presença ou predomínio do valor monetário. Já a relação com o mercado é constituída através da venda da produção doméstica, como o peixe e a farinha e a compra de mercadorias industrializadas, como vestuários e equipamentos de trabalho (LIMA, 2002).

A organização produtiva leva em consideração as unidades familiares, enquanto unidades de trabalho e consumo, mas as condições de produção da economia camponesa de Vila Alencar estão também relacionadas à adaptação da população ao ciclo anual das águas, de enchente, cheia, vazante e seca.

“Pra se alimentar fica mais fácil [na cheia], porque têm várias espécies de peixe pequeno no igapó. Já pra vender é mais difícil, porque a mata é muito grande e os peixes ficam espalhados no meio do igapó e fica mais difícil da gente pegar o peixe grande.”

(Homem, 15 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

“A gente pega peixe pra comer, como chorona e curimatá é só o que tem mais aqui mesmo nessa época da cheia. Na cheia tem mais sulamba, pacu, sardinha, curimatá, piranha. Na seca tem bodó, tucunaré, tem todo tipo de peixe do mundo. Todo tipo de peixe tem aqui! [E a gente aprende] trabalhar na roça com a mãe da gente, capinar, plantar, pescar, plantar uma melancia, mandioca, milho.”

(Homem, 18 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

As falas dos jovens ribeirinhos acentuam os três elementos do *modo de vida* da localidade de Vila Alencar, a família, o trabalho e o conhecimento que se adquire da natureza, representam as dimensões que estão intrinsecamente relacionadas na vida do camponês ribeirinho. O trabalho produtivo, na terra, na floresta e/ou na água, gera os meios de sobrevivência da família e garante sua organização e reprodução social. “Ou seja, além de produzir bens de consumo familiar e excedentes comercializáveis, os

camponeses formam pessoas que se tornam os futuros trabalhadores” (MARIN, 2008, p. 114).

Em suma, as condições de existência do camponês “*vargeiro*” são: os meios de produção estão diretamente relacionados com a natureza pela terra, floresta e água; a mão-de-obra é familiar organizada pela divisão sexual e social do trabalho; atividades de subsistência de baixo impacto ambiental e que considera uma produção voltada também para as redes de troca e conhecimento da natureza para elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais para cada ciclo ambiental (WITKOSKI, 2007).

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA: AS POPULAÇÕES RURAIS E AS POLÍTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS.

“(…) *Um dos problemas conexos será, evidentemente, o de saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas.*”
(BOURDIEU, 2004).

Os processos mais amplos desencadeados com as propostas nacionais e internacionais das políticas de conservação ambiental e desenvolvimento social estão chegando de forma mais freqüente às populações rurais. Ao identificar esta situação, este capítulo busca relacionar as mudanças sociais em curso em Vila Alencar, a partir da sobreposição de políticas e ações intervencionistas. As políticas de proteção social inclusivas e de universalização na garantia dos direitos sociais (saúde, educação, alimentação, habitação e renda) oferecidos na forma de serviços públicos, no final da década de 1980 e o desenvolvimento de movimentos socioambientais e de unidades de conservação, durante a década de 90 imprimiram uma nova característica ao campesinato que pode ser considerado mais recentemente como o *campesinato ecológico*, ou seja, uma forma de um campesinato com agregação do valor natureza no uso dos recursos naturais, que traz outras formas de se relacionar com o mercado (DRAIBE, 1996; MOURA, 2007).

A conjuntura política e social do Brasil no final do século XX põe em evidência a questão social e a questão ambiental como problemas ao desenvolvimento, e neste aspecto o Estado elabora reformas para superar as crises no campo social e ambiental. Estas políticas chegam aos ambientes rurais da Amazônia, onde os *modos de vida* – a organização social, política e econômica, estão estreitamente associadas à composição do grupo doméstico, ao trabalho da terra e a produção para o sustento familiar – orientam as ações internas e as relações sociais externas ao grupo (Cf. BOURDIEU, 2003).

Para compreender as relações sociais entre os processos estruturantes das intervenções políticas no âmbito das ações socioambientais e de proteção social e os espaços estruturados no *modo de vida* pelas condições de um *campesinato da várzea* e

pelo *uso comum* dos recursos naturais tradicionalmente definidos pelos moradores, busca-se neste capítulo situar em um recorte temporal, uma pequena localidade rural amazônica no contexto da reforma do Estado brasileiro como um fenômeno de constrangimento social externo¹⁵ ao seu *modo de vida*. Entretanto, não pretendo analisar a esfera histórica e avaliativa das ações sociais, políticas e econômicas do Estado.

2.1. A construção da matriz analítica: os dispositivos teóricos para a compreensão empírica.

Para Pierre Bourdieu, as relações sociais ocorrem mediatizadas por percepções e ações próprias de um determinado *campo* em que os agentes sociais são produtos das experiências acumuladas na trajetória (BARP, 2001). Na ciência social Bourdieu (2004b) considera as estruturas objetivas e as representações, estruturas subjetivas em uma relação dialética, em que a primeira fundamenta a segunda, que por sua vez não pode ser descartada na análise das relações sociais, uma vez que as representações explicam os interesses individuais ou coletivos que visam transformar ou conservar as estruturas.

Na análise sociológica de Bourdieu, a sociedade não representa uma única lógica ou conflito central que a unifique, mas sim diferentes *campos* que funcionam com regras próprias – exemplificadas por Bourdieu como o *campo literário, artístico, jurídico e científico*, entre outros – e em relação de força, jogo de interesses que provoca indiferença mediante outros interesses. E nestes *campos* os agentes assumem posições diferentes que correspondem ao capital – social, econômico e cultural, para citar os principais – acumulado que define as melhores e piores posições no jogo (BOURDIEU, 2003 e 2004a; ORTIZ, 2003). “Para que um campo funcione, é necessário que haja (...) pessoas prontas a jogar esse jogo, dotadas de *habitus* que implica o conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo (...)” (BOURDIEU, 2003, p. 120).

Na noção de *campo* identifica-se um mundo social de antagonismos que evocam manifestações de cunho interno e externo e que não podem ser interpretadas através de uma simples tentativa – de modo reducionista – de estabelecer a relação

¹⁵ Ressalta-se que os moradores da várzea também lidam com fatores socioambientais (para citar alguns: - proximidade ou distância em relação ao mercado; - diversidade de constituição da várzea; - densidade demográfica da comunidade e maior ou menor escassez de área cultivável; - preços de produtos no mercado, variáveis segundo a abundância concentrada da oferta, durante o período das secas; entre outros), considerados como constrangimentos estabelecidos na relação com o ambiente e que elaboram meios de adaptação ao ecossistema de várzea (NEVES, 2005).

direta entre a obra e o contexto de sua produção, à exemplo do *campo científico*, sem apresentar os elementos que compõem sua disposição social (BOURDIEU, 2004a).

O *campo* representa um espaço social, os agentes e as instituições, constituído por um sistema relativamente autônomo, mas capaz de dar um novo sentido às demandas e pressões externas, porque corresponde “a leis sociais mais ou menos específicas” mas através de interações (BOURDIEU, 2000; 2004a, p. 20).

Para a mobilização da lógica que é intermediada por um campo de ações específicas, Bourdieu sugere que seja a capacidade dos agentes de *refratar*, retraduzirem, transfigurarem as ações de fora do seu *campo social* que passam a ter novos sentidos de acordo com um sistema de ações experienciados. Entretanto, a estrutura das relações objetivas entre os agentes – de natureza mensurável e operacional – contribui para compreender as determinações, escolhas e regras de convivência que não estão explicitamente declaradas, que desenvolvem, fundamentam (orientam) e caracterizam a posição dos agentes na estrutura objetiva (BOURDIEU, 2004a).

No interior do *campo* a estrutura das relações objetiva entre os agentes, determina sua origem, possibilidades e impossibilidades. E as disposições adquiridas que asseguram a gênese social dos esquemas de percepção e ação que são essenciais ao que Bourdieu denomina de *habitus*. O *habitus* como um conjunto de referência é fundamentado pelas manifestações *de conhecimento e reconhecimento* e que torna os agentes sociais ativos, no sentido de aceitar ou rejeitar as forças do campo (BOURDIEU, 2004a; 2004b).

O termo disposição ou sistema de disposições que se refere ao entendimento de *habitus* manifesta a consequência de uma ação organizadora, no sentido mais próximo de estruturado e também de uma trajetória social, uma maneira de ser, sobretudo uma predisposição estruturadora de novas práticas objetivamente adaptadas sem nenhuma intenção consciente dos fins (BOURDIEU, 2004a; ORTIZ, 2003).

A vida social dos agentes parece estar sujeita ao seu grau de autonomia e a estrutura lógica de interesses e conflitos, no interior de um *campo* ou de vários *campos*, que determina a posição dos indivíduos ou instituições, que são dotados de um conhecimento prévio do mundo social, mas que consideram também as estruturas objetivas instrumentais – independente das consciências e dos anseios individuais – que estruturam as práticas a partir de uma ruptura e que por isso indicam suas possibilidades e impossibilidades de acordo com a distribuição diferenciada do capital e o seu reconhecimento pelos agentes entre si (BOURDIEU, 2004a; ORTIZ, 2003).

O mundo social advém de uma trajetória social dialética, produto da afirmação e negação, onde os indivíduos não agem em detrimento as suas escolhas individuais e nem respondem mecanicamente às instituições sociais, mas se manifestam a partir de uma relação dialética entre uma situação de constrangimento das estruturas objetivas e o sistema de disposições duráveis, o *habitus*. E a posição que os indivíduos se encontram no *campo* específico contribui para estabelecer suas possibilidades, tendências e estratégias de ação as situações imprevisíveis e aos constrangimentos sociais (BOURDIEU, 2004a; WACQUANT, 2009).

É importante ainda explicar que o *habitus*, enquanto situação adquirida e estabelecida, mas não estática, age como um elemento regulador das situações imprevisíveis e de constrangimento e é acionado a qualquer tempo para responder e se posicionar nas situações de pressão social (WACQUANT, 2009).

É preciso apreender os *campos* – científico, cultural, social, econômico, político, entre vários outros possíveis de ser empiricamente teorizados e vice-versa – como casos particulares de produção (ação) que se apresentam em constante movimento baseado nas suas formas específicas e nos conhecimentos adquiridos nesta trajetória social – suas propriedades gerais¹⁶ – e evitar assim qualquer tipo de reducionismo. Os *campos* na condição de um espaço social propulsor de conflitos, não estão isolados e sofrem rupturas (situação imprevisível) e o *habitus* opera como um sistema que coloca os agentes capazes de elaborarem estratégias que conservam ou transformam as práticas no interior de um *campo* específico (BOURDIEU, 2000).

A proposição de Bourdieu sobre a noção de *campo* e *habitus* colabora para compreender a ação de agentes sociais em um espaço de relações de interesses distintos e socialmente estruturado pela lógica da trajetória social e por um conjunto de referências simbólicas (sistema de disposições) destes agentes, mas aberto e em constante movimento de confronto aos processos em curso (estruturantes) da sociedade, que produzem novas situações. Neste sentido, o *habitus* é acionado como um instrumento de mediação entre as relações objetivas dos processos estruturantes e as relações subjetivas estruturadas, que elaboram estratégias (respostas as novas situações, mas não de forma consciente) aos constrangimentos do meio social (WACQUANT, 2009).

¹⁶ Sobre a teoria geral dos *campos* ver: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Especialmente as páginas 68-73 pp.

2.2. Mudança de atuação e o novo compromisso do Estado com o desenvolvimento social e sustentável: *Novas situações e condicionalidades à reprodução social camponesa.*

A conjuntura do movimento democrático e a instabilidade econômica desencadeada pela ação do Estado Neoliberal no Brasil ganham força no final do século XX e influenciam diretamente na Reforma do Estado brasileiro que trouxe como proposta de reforma a gestão pública como descentralizada da estrutura administrativa para promover maior eficiência no desempenho dos serviços públicos e a formulação de diversos programas sociais por meio do sistema de proteção social, como ampliação dos direitos sociais nas áreas da educação, saúde, trabalho, moradia, meio ambiente, segurança. Nesta nova situação de administração pública gerencial, o Estado atribui ao cidadão o papel de beneficiário dos bens e serviços públicos (DRAIBE, 1996; MARE, 1995; BRESSER-PEREIRA e PACHECO, 2005).

De forma geral, o final do século XX é marcado pelo aumento da pobreza e profundas desigualdades sociais em consequência da crise estrutural do mundo do trabalho pelo avanço tecnológico e da baixa governabilidade decorrente da lógica de ação do Estado Neoliberal, sobretudo nos países em desenvolvimento. As implicações sociais incorreram em uma perspectiva negativa da cidadania pela caracterização da situação de pobreza e a conseqüente insuficiência de acesso a serviços e benefícios sociais para a qualidade de vida (FARIAS, 2005).

Neste contexto de desarranjo social as políticas sócio-econômicas adotadas pelos governos de muitos países caminhavam para o enfrentamento da pobreza e redução de gastos sociais assentado em bases democráticas. É importante destacar neste quadro de reestruturação a presença de organismos internacionais e de movimentos ecológicos e de cidadania que denunciavam a pobreza e objetivavam garantir direitos e benefícios aos desassistidos (FARIAS, 2005).

No Brasil a reforma política do Estado, com a definição do novo perfil constituinte brasileiro, assinala a universalização de benefícios e serviços sociais, fundamentada com a consagração da Constituição Brasileira de 1988. Mas foi na elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que se estabeleceu o novo modelo de desenvolvimento adotado para equilibrar a atuação do Estado em torno da esfera produtiva e de uma economia de mercado sem perder de vista o desenvolvimento social (MARE, 1995).

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. (...) Neste plano, (...) outro processo tão importante (...): a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “publicização”. (MARE, 1995, p. 12).

Nessa linha de ação adotada pelo Estado para o novo modelo de desenvolvimento, os objetivos consistem em: investir em capital humano; ampliar ações democráticas na promoção da cidadania e assegurar uma distribuição de renda justa que o mercado não é capaz de garantir em decorrência da grande oferta de mão-de-obra não-especializada. (MARE, 1995). A nova constituição apresenta mudança na relação entre o Estado e a Sociedade, colocando a gestão pública como provedora dos direitos do cidadão.

Como resultado da ação constitucional, foi desenvolvido o sistema de proteção social durante as décadas de 80 e 90 no Brasil¹⁷ que representa um conjunto de políticas estruturado em programas de caráter abrangente, permanente e estabelecido de instituições, recursos humanos e fontes de financiamento. Antes a proteção social garantia o acesso às políticas de seguro social previdenciário, ou seja, somente de grupos sociais participantes do mercado de trabalho formal (JACCOUD, 2007).

A partir da década de 90 o antigo padrão de proteção social é superado por novas concepções de direito e justiça social e mudanças estruturais do Estado, como as redefinições de alocação de recursos sociais públicos e o reforço do poder regulatório estatal. Dessa forma, a proteção social no Brasil apresenta proposta de políticas sociais assentada em três ações: a política de previdência social de caráter contributivo que assegura a participação na vida econômica de trabalhadores em situação de risco (como a invalidez, velhice ou tempo de trabalho); a política de assistência social que se estende à população em situação de vulnerabilidade social através de uma rede de serviços

¹⁷ Em síntese, as políticas de proteção social voltadas para grupos sociais pobres apresentam-se historicamente concebidas no século XVII por pensadores liberais, entretanto é no século XX no contexto político do pós-guerra e com a constituição do Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social, que se manifesta a emergência de criar um sistema público que regule a educação, a saúde, a integração de renda, a assistência social e a habitação para a qualidade de vida da população. O Welfare State se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a Economia e ainda, o Estado e a Sociedade como uma forma de regulação social. (DRAIBE, 1989; FARIAS, 2005).

socioassistenciais e de programas de transferências de renda de caráter não contributivo e, a terceira, a ampliação dos serviços públicos de saúde à população brasileira (JACCOUD, 2007).

As mudanças na proteção social com a Constituição Federal de 1988 e o estabelecimento da seguridade social visa proporcionar medidas públicas contra as privações econômicas e sociais em consequência de riscos sociais ou situações socioeconômicas através da oferta de serviços e benefícios que garanta renda e acesso à atenção médica e socioassistencial (JACCOUD, 2007).

A mudança no padrão de políticas do Estado passa a focalizar os gastos públicos nas ações de saúde, nutrição e programas de caráter “produtivo” e setoriza aos grupos pobres e vulneráveis. É nesta configuração que a partir de 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado formaliza no Brasil a Rede de Proteção Social que considera a noção de equidade para grupos sociais considerados vulneráveis, como as crianças e os adolescentes em idade escolar; os jovens desqualificados; as mulheres gestantes e os filhos em fase de amamentação; os idosos da área rural; as famílias de baixa renda e os desempregados. Em 2002 passou a integrar doze programas¹⁸ de ação social em favor da redistribuição de renda e investimentos em recursos humanos através da educação, saúde, previdência social e capacitação para o trabalho (BRASIL, 2002; DRAIBE, 2000).

As políticas sociais nacionais de transferência de renda, com programas de redistribuição de renda representam a tentativa de garantir a igualdade constitucional dos direitos sociais, por exemplo, o acesso à educação, saúde, trabalho, moradia, previdência social e a assistência aos desamparados. Ações de políticas sociais neste sentido são realizadas tanto pelas agências governamentais quanto pelas não-governamentais, com o objetivo de proporcionar a universalização de benefícios capazes a integrar sujeitos sociais que estão à margem do desenvolvimento social e econômico (GOMES, 2007).

Segundo as análises de Sônia Draibe (2000) no que tange à mudança de concepção das políticas sociais brasileiras, no âmbito político o direito social se assenta como fundamento de ação da política; no âmbito da justiça ocorre a afirmação do

¹⁸ Bolsa alimentação, Erradicação do trabalho infantil, Bolsa escola, Auxílio gás, Brasil jovem, Abono salarial PIS/PASEP, Bolsa qualificação, Seguro desemprego, Seguro safra, Aposentadorias e pensões rurais, Benefício de prestação continuada e Renda mensal vitalícia.

universalismo e a gratuidade dos programas básicos (como ensino e saúde) e por fim, na forma de gestão a redução do clientelismo.

É importante enfatizar que Sônia Draibe (2000) reconhece três características que parecem alterar definitivamente a fisionomia do sistema nacional de políticas sociais brasileira: a descentralização do poder decisório, a alocação dos recursos financeiros e a redefinição da relação público-privado no que tange o fornecimento de bens e serviços sociais com a participação do setor privado empresarial e das parcerias com o terceiro setor.

A mudança de atuação do Estado e, com efeito, o desenvolvimento de uma política de proteção social ainda se apresenta como um processo recente no espaço rural. A população de Vila Alencar é receptora do novo modelo de proteção social não contributiva de caráter inclusivo e universalizante adotada pelo governo brasileiro com a Constituição Federal de 1988, tanto através dos programas de transferência de renda mínima quanto com a ampliação do direito ao seguro previdenciário ao trabalhador rural independente de estarem ligados ao mercado de trabalho (FARIAS, 2005; RUCKERT, 2008; SPOSATI, 2007).

É importante considerar que no âmbito da eficácia, o sistema de proteção social brasileiro não garante uma cobertura universal para o conjunto da população, não assegura de fato a redução da pobreza e da desigualdade, seja porque o sistema ainda não foi completamente implementado ou porque é avaliado como injusto na sua aplicação, mas considera-se que possui a capacidade de impactar sobre as condições de vida de diversos segmentos sociais (JACCOUD, 2007).

Além da política de desenvolvimento social soma-se ao conjunto de reformas do Estado a ação ambientalista pela perspectiva da sustentabilidade dos recursos naturais nos anos 80 e 90, face a herança negativa deixada pelas políticas desenvolvimentistas e pelas estruturas econômicas adotadas a partir dos anos de 1930, sobretudo na Amazônia, sentida de maneira desigual e com grande impacto pelas populações locais e sobre os recursos naturais (BRITO, 2001).

Segundo Eduardo Viola (1987) as relações entre Estado, classes sociais e ideologias políticas no que tange à problemática da degradação ambiental no Brasil, no período do regime militar (1964-1985) não registraram mudanças consistentes em torno das políticas de governo sobre o futuro da sociedade brasileira. A política econômica continuou sendo um movimento de desenvolvimento predatório.

Em nível internacional as políticas de desenvolvimento também foram planejadas para acompanhar as mudanças econômicas definidas pelo mercado externo. Em meados do século XX, o Brasil se insere vigorosamente no mercado mundial. Nesse contexto a região amazônica era vista como uma grande potencialidade. Primeiro, por sua extensão territorial ocupar 58,5% do território brasileiro, e dos seus 5,5 milhões de quilômetros quadrados de floresta tropical, sua maior parte encontra-se no Brasil¹⁹ e, segundo, pela abundante quantidade de recursos naturais. Neste contexto, segundo Philippe Léna (2004), a atuação política na Amazônia pautada primeiro pelo desenvolvimento e posteriormente pelo regime militar, marca a presença do *modelo predador* de desenvolvimento.

A esse respeito Edna Castro (2000) afirma que a natureza na sociedade ocidental é norteadada por um princípio de privatização de seus bens em prol do progresso tecnológico, que seguramente provoca impactos ao nível local e rearranjos nas suas estruturas de produção e organização social.

A intensa pressão sobre os recursos primários, sobretudo após a entrada do Brasil no mercado externo, e a integração tanto física quanto econômica da Amazônia à economia nacional até meados dos anos 60, mobiliza organizações nacionais, internacionais, organizações não governamentais, igrejas, entre outros, na busca de um modelo alternativo de desenvolvimento combinando preocupações sociais e ambientais, caracterizando assim o *modelo socioambientalista* de desenvolvimento (LÉNA, 2004).

No Brasil as propostas político-sociais de mudanças pautadas na necessidade de integrar as questões ambientais e sociais ao conceito de desenvolvimento passam para um plano mais operacional a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, a ECO-92. Este fato instituiu o modelo socioambientalista e estabeleceu os princípios gerais (formalizado oficialmente na Agenda 21) de ação e parceria entre os Estados-Nação, sociedade civil e população para o desenvolvimento sócio-econômico, mas também de reconhecimento da necessidade de conservação e proteção dos recursos naturais (LÉNA, 2004; VIOLA, 1987).

¹⁹ Informação disponível no site oficial da Embaixada do Brasil – Ottawa. http://www.brasembottawa.org/prt/brasil_en_resumo/terra.html, Acessado em: 18 abril de 2006.

O socioambientalismo reconhece no *desenvolvimento sustentável*²⁰, sobretudo para o contexto amazônico, a capacidade de conservar a floresta, produzir uma economia que garanta empregos e renda bem distribuídos, dar acesso à população aos serviços sociais públicos, implantar políticas redistributivas e integrar culturas locais ao processo de sustentabilidade de áreas naturais, ou seja, compreende o desenvolvimento como uma integração de cinco dimensões: a ecológica, a social, a cultural, a política e a econômica (LÉNA, 2004).

Desde 1991, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) já considerava necessário o relacionamento entre essas cinco dimensões de sustentabilidade como pilares para planejar o desenvolvimento. Dessa forma a IUCN define o desenvolvimento sustentável como capaz de melhorar as condições de vida de populações humanas, mas avaliando e respeitando também os limites de reprodução do ecossistema (SACHS, 1993).

A preocupação ambiental ganhou repercussão por exigência de uma revisão de postura da atuação político-econômico mundial que colocou em questão a dicotomia começo e finitude da própria humanidade. A transformação no próprio conceito, de ecodesenvolvimento para desenvolvimento sustentável, chama atenção para a integração da dimensão da sustentabilidade social à sustentabilidade ambiental (SACHS, 1993; 2004).

Na reestruturação das ações políticas de uma sociedade industrial, a questão que ganha visibilidade é a que dá continuidade aos recursos humanos e da natureza, que só seria possível através da construção de outra forma de conceber o desenvolvimento, colocando em concordância ao econômico os fatores sociais e ambientais que também estruturam uma sociedade. Neste sentido, o Relatório de Brundtland aponta para adoção de uma ação ecodesenvolvimentista pela e para a humanidade, com sentido imediato e futuro, e em articulação política no plano horizontal de comprometimento dos agentes públicos (SACHS, 1993).

Portanto, a década de 90 do século passado marca a importância do movimento socioambientalista como um movimento de ação global, social e

²⁰ Não vamos nos deter aqui em elaborar o histórico da construção do conceito de desenvolvimento sustentável em âmbito global que é datado nas últimas quatro décadas do século passado (sobre esta abordagem ver SACHS; 1993) e que foi marcada por três momentos principais: em 1972 com a I Conferência das Nações Unidas em Estocolmo; em 1987 com a elaboração do Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que reconhece o conceito de desenvolvimento sustentável como uma linha de ação para o desenvolvimento global e por último, a II Conferência no Rio de Janeiro em 1992.

responsável pelas mudanças estruturais das políticas direcionadas à busca de uma sustentabilidade ecológica e também social, ressaltando a necessidade de novas formulações sobre a relação do homem com a natureza e sobre o uso desenfreado dos recursos naturais. Essas mudanças foram largamente defendidas pelas agências de desenvolvimento através de políticas descentralizadas e de revalorização da escala local, apoiadas no interesse de investir em propostas de desenvolvimento sustentável, já que o modelo de desenvolvimento capitalista é considerado responsável pela crise ambiental (ESCOBAR, 2000; LÉNA, 2004; LIMA e POZZOBON, 2001).

Na Amazônia esta mudança no paradigma desenvolvimentista, considerando o surgimento de um modelo pela ótica do desenvolvimento sustentável, ocorreu sob forte pressão dos movimentos sociais organizados de um lado com base no processo democratizante brasileiro que abria espaço no campo político para a mobilização de várias demandas sociais e de outro pela perspectiva de que uma crise ambiental culmina também em uma crise social. Nesta dinâmica entre os processos sociais em curso se estabelece um movimento pela sustentabilidade social e ambiental.

Manuel Castells (1999) ao analisar a tipologia do movimento ambientalista caracteriza-o como um movimento descentralizado e que se manifesta de diversas formas se aliando a diversos outros movimentos de direitos e reivindicações, como as minorias étnicas e grupos de mulheres que incorporaram a questão da degradação da natureza como um problema de qualidade de vida. O movimento ambientalista em sua forma geral se manifesta contra: o desenvolvimento não-controlado, os agentes poluidores, o desenvolvimento global desenfreado, o estabelecimento político autoritário, e por fim, ao industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo. Por estes questionamentos os movimentos ambientalistas se caracterizam como um movimento social.

No Brasil, Eduardo Viola (1987) destaca o caráter mobilizador do movimento ecológico, constituído por valores e interesses universais – sem distinção de classe, raça, sexo ou nação – em benefício da humanidade, sendo esta a base social de desenvolvimento do mundo contemporâneo. Castells (1999) enfatiza que tendo em vista o legado histórico dos movimentos sociais no contexto social e político mundial, a partir de meados do século passado, o movimento ambientalista se apresenta como o de maior impacto na transformação das instituições e dos valores culturais da sociedade.

A título de exemplificação na Amazônia, sobretudo entre as populações rurais do Médio Solimões, os movimentos sócio-políticos e ecologistas, como os trabalhos do

MEB e da Prelazia de Tefé²¹ com o movimento de preservação dos lagos e de promoção da educação popular e as ONG's com o trabalho de manejo comunitário dos recursos naturais, desempenharam um importante papel de organização e conscientização do uso dos recursos e sua sustentabilidade para as gerações futuras e também de reconhecimento de direitos de cidadania como a alfabetização de jovens e adultos em situação de exclusão social e de melhoria da qualidade de vida. Com o tempo algumas reivindicações e demandas sociais sobre preservação ambiental foram parcialmente assumidas pelo Estado, como o sistema de ensino e a instituição de uma unidade de conservação.

As diretrizes do movimento ambientalista pautadas no desenvolvimento sustentável marcam mudanças de posição política brasileira entre 1982-1985. A relação entre o ecologismo e a política brasileira, ocorreu a princípio com a participação direta de associações ecológicas nas eleições de 1982, apoiando a candidatura de deputados estaduais que levantam a bandeira do ecologismo e em 1984 com as campanhas das diretas, vinculando a defesa do meio ambiente aos problemas de organização do poder (processo de politização do movimento ecológico) (VIOLA, 1987).

Na década de 90 o movimento ambientalista se consolida na Europa e América do Norte e nesta circunstância candidatos e partidos políticos não se elegeram sem *verdejarem* suas propostas e os governos e instituições internacionais se preocupavam cada vez mais com a gestão ambiental. O movimento ambientalista sempre se posicionou de forma a exercer influência na formulação de leis, atitudes e tomadas de decisões pelos administradores públicos para a composição de novas formas de planejamento em níveis global, regional e local, não pode ser considerado como um movimento simplesmente de conscientização (CASTELLS, 1999).

Durante os anos de 1990, Castells (1999) identifica que chefes de governo e instituições internacionais reorientam suas estruturas político-institucionais, desenvolvendo e ampliando órgãos especiais, programas e um conjunto de leis para dar concretude à questão ambiental, que começou a ganhar visibilidade mundial com movimento ambientalista ainda multifacetado que se apresentava no final dos anos 60. Entretanto, com a nova estrutura social que se formou com a sociedade em rede a partir dos anos 70 com a transformação do tempo e espaço, a dominação da identidade

²¹ No Capítulo 1 abordamos sobre a importância da atuação do MEB e da Prelazia de Tefé na localidade de Vila Alencar. Para saber mais sobre os trabalhos do MEB e Prelazia de Tefé no Médio Solimões, ver Neves, 2006; Reis, 2003.

cultural, a ciência, tecnologia e as redes da mídia possibilitaram a propagação das idéias ecológicas e a refletir na relação entre sociedade, economia e natureza como um processo de desenvolvimento de uma nova cultura pela valorização do ecologismo “(...) em sua capacidade de unir os traços de culturas distintas em um hipertexto humano, constituído de diversidade histórica e comunidade biológica. Chamo-a de *cultura verde* (...)” (grifo do autor. p. 160).

Na última década do século passado, Ignacy Sachs (1993) destaca o progresso da institucionalização da gestão ambiental internacional e nacional. Comparado com o início dos anos 70, atualmente quase todos os países instituíram ministérios ou agências para as políticas ambientais. O crescente envolvimento da opinião pública, a pressão dos movimentos civis e dos partidos verdes tiveram papel importante neste processo. E destaca ainda a presença da sociedade civil na estrutura política como um sistema de poder ao lado dos Estados e do poder econômico.

As primeiras experiências no Brasil com a proteção dos recursos naturais assentada em base legal e as mudanças no âmbito do Estado com atuação de seus organismos administrativos e legislação que tratam com maior destaque da questão ambiental ocorreu em 1921 com a criação do Serviço Florestal; em 1934 com a aprovação do primeiro Código Florestal, que introduziu a noção de *área reservada*, dividida em três categorias: Parques Nacionais; Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, e Florestas Protetoras (BARRETO, 2004).

Entre 1935 e 1939 foram criados os primeiros espaços naturais institucionalmente protegidos no Brasil – os Parques Nacionais: do Itatiaia, da Serra dos Órgãos e do Iguaçu²². Em 1973 a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), com ações voltadas para a conservação ambiental e uso racional dos recursos naturais (AMBIENTE BRASIL, 2010; FERREIRA, 2003; MMA, 2010).

O final dos anos 50 e início da década dos anos 60, com as repercussões da construção de Brasília a maioria das unidades de conservação foram criadas na região Centro-Oeste e a no final da década de 70 a região Amazônica concentrou grande parte das unidades de conservação de proteção integral, como uma ação estratégica do regime militar na gestão do território como forma de controle social (BARRETO, 2004). Mas, a partir dos anos de 1980 que marcam os avanços das políticas na questão ambiental no Brasil, para mediar ações de manejo sustentável dos recursos naturais, sobretudo na

²² Entre 1935 e 1974 foram criadas 18 áreas protegidas no Brasil e que ficavam sob a responsabilidade do IBDF.

Amazônia e que traz novas propostas de organização social e econômica para as pequenas populações locais, dentre as quais destaco neste estudo os ribeirinhos do Médio Solimões e seu *modo de vida* rural na várzea. Isto devido ao fato de a Constituição de 1988 apresentar um capítulo sobre o meio ambiente e durante os anos de 1990 com a criação de 69 Unidades de Conservação Federal e a promulgação de vários mecanismos institucionais e legais, a nível nacional, estadual e local, (AMBIENTE BRASIL, 2010; FERREIRA, 2003).

Entre as principais mudanças²³ dos agentes públicos que refletem para a formulação de políticas em torno da questão ambiental destaca-se a criação da SEMA em 1973 que, durante a década de 90, foi reestruturada como consequência da reforma do Estado sobre a questão ambiental, até ser instituído como Ministério do Meio Ambiente (MMA)²⁴ no governo de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente constitui sua área de competência (MMA, 2010):

- I - política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos;
- II - política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;
- III - proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;
- IV - políticas para a integração do meio ambiente e produção;
- V - políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e
- VI - zoneamento ecológico-econômico.

Em 1980 o biólogo José Marcio Ayres inicia sua pesquisa de doutorado na região no Lago Mmirauá no Médio Solimões. Em 1983 por intervenção do pesquisador Ayres, o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal do Amazonas (IBDF)²⁵ emite uma portaria proibindo a entrada de barcos pesqueiros no Lago Mmirauá. Essa atitude é reflexo também do movimento de preservação dos lagos naquela região iniciada pela Igreja Católica. Neste ritmo o biólogo concentra esforços para a criação do Projeto Mmirauá de conservação da biodiversidade de várzea e inicia pesquisas sociais e biológicas para a construção de um plano de manejo sustentável dos recursos com a ajuda da população local (MOURA, 2007).

²³ Ver em Moura (2007) o quadro cronológico das intermediações internacionais, nacionais e locais de acontecimentos sobre as políticas ambientais (p. 184).

²⁴ Sobre o detalhamento do histórico institucional ver:

<http://www.ambiente.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=88&idConteudo=8309#9>.

²⁵ É um órgão federal criado em 1967, mas com suas representações na esfera estadual, “que passou a ser responsável pela administração das Unidades já criadas, incluindo-se às suas atribuições a de criar novos parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e os parques de caça” (AMBIENTE BRASIL, 2010).

Em 1987, a elaboração do Relatório Brundtland colocou em evidência a proposta do desenvolvimento sustentável a nível mundial. Em 1990, como resposta ao movimento ambientalista mundial e pautado nas leis de criação de Estações Ecológicas e da Política Nacional do Meio Ambiente²⁶ e no Art. 225 da Constituição Federal de 1988 – que propõe a preservação e qualidade de vida do meio ambiente tanto pelo Poder Público quanto pela sociedade garantindo o meio ambiente equilibrado para gerações futuras – o Governo do Amazonas institui por meio de decreto²⁷ seis Unidades de Conservação Ambiental e cria a Estação Ecológica Mamirauá (EEM), que em 1993 passou a integrar a relação de áreas úmidas protegidas pela Convenção Ramsar²⁸.

O movimento ambientalista na Amazônia parece marcar as ações de agências governamentais, mas também das organizações não-governamentais (ONG's) em torno do cuidado com a natureza, sobretudo após a ECO-92. Em termos gerais, mas sem a intenção aqui de transpor a diversidade das práticas e homogeneizar suas particularidades²⁹, as ONG's se ocupam em desenvolver projetos sociais, promover a cidadania, defender o meio ambiente e os direitos de minorias e elaborar e propor políticas públicas em parceria com governos locais e organizações internacionais (AQUINO, 2003).

Dessa forma, as ONG's ganham importância em termos de gestão social e participação nos processos multilaterais para o desenvolvimento, valores democráticos e direitos humanos reconhecendo uma rede de agentes locais e internacionais importante para as tomadas de decisões políticas no mesmo nível que o Estado e o mercado, constituindo-se como um terceiro setor, que atua para o benefício público e em nome da sociedade civil (BUCLET, 2002).

Nesta situação a Sociedade Civil Mamirauá (SCM) foi estabelecida em 1991 como uma associação de direito privado e sem fins lucrativos, para captar recursos financeiros, administrar as atividades de pesquisas sobre os recursos naturais e levantar uma infra-estrutura no município de Tefé e dentro do território de Mamirauá para servir de apoio aos pesquisadores e *técnicos de desenvolvimento sustentável* nas atividades

²⁶ Respectivamente correspondem a: Lei Nº 6.902, de 27 de Abril de 1981 e Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto Nº 99.274, de 6 de Junho de 1990.

²⁷ Decreto N.º 12.836, de 09 de Março de 1990.

²⁸ Foi uma convenção realizada em 1971 na cidade de Ramsar no Irã sobre áreas úmidas de importância internacional. As áreas que fazem parte da lista de Ramsar atribuem prestígio para a área e pode assegurar mecanismos de proteção para os seus moradores (MOURA, 2007).

²⁹ Sobre estas análises no âmbito da diversidade das práticas e representações das ONG's, sobretudo ambientalistas criadas na Amazônia, ver o estudo de Aquino, 2002.

com as populações e de conhecimento da diversidade biológica. Os principais recursos obtidos para as primeiras atividades foram com agências de fomento internacionais, principalmente o Department for International Development (DFID) por meio de um acordo bilateral entre o Brasil e Reino Unido, mas a SCM também recebeu apoio dos órgãos governamentais para a realização das atividades de fiscalização através de um convênio assinado entre CNPq/IBAMA/SEMACT/SCM (MOURA, 2007).

Em 1996 o Governo do Amazonas cria a categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) com a finalidade de garantir o equilíbrio ecológico com a permanência e participação da população local e melhoria das suas condições de vida. É com esta intenção que a EE Mamirauá – as unidades de conservação desta categoria delimitam que 90%, ou mais, das áreas sejam destinadas à proteção integral da biota – passa a ser oficialmente instituída como a primeira Unidade de Conservação na categoria de RDS, denominada de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM)³⁰ como ação de política ambiental para a Amazônia com a ajuda da população local (IDSM, 2009).

Neste mesmo ano é publicado o primeiro plano de manejo para a RDSM, como um instrumento de ordenação dos princípios da conservação ambiental. Com a permanência das populações fica estabelecido no plano de manejo normas de uso sustentado dos recursos naturais, bem como a delimitação das áreas de proteção integral (espaços com impedimentos legais para a exploração, livre de interferência humana) e de uso sustentável (onde é permitida a exploração sustentável dos recursos e geralmente são os lugares tradicionalmente ocupados pelas populações), mediante o envolvimento e negociação com as populações locais (IDSM, 2009; MOURA, 2007; SNUC, 2000).

Este plano de manejo foi resultado de cinco anos de estudos sobre a biologia, ecologia e a adaptabilidade das populações humanas ao ambiente de várzea para uma área de 260.000 hectares da área total da RDSM (1.124.000 hectares) de florestas inundadas, sendo um espaço experimental para a implantação de *projetos experimentais*, “pelo fato de que havia um reconhecimento consensual entre os pesquisadores, os agentes financiadores, algumas das lideranças locais e os agentes do desenvolvimento sustentável do IDSM de que era necessário um tempo de acompanhamento para a incorporação das normas para o manejo dos recursos naturais às práticas locais e para que os produtores locais estabelecessem novas relações de

³⁰ Lei Nº 2.411, de 16 de Julho de 1996.

confiança com outros agentes de mercado, além das relações usuais com os comerciantes dos regatões” (MOURA, 2007, p. 247).

Durante a ECO-92 foi lançado no Brasil o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7) que desde 1994 subsidia projetos para proteção e manejo sustentável dos recursos naturais na Amazônia e na Mata Atlântica através de uma cooperação internacional entre países industrializados e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Para a população ribeirinha de Mamirauá a atuação do PPG-7 ocorreu através do ProManejo (Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia) em 1999 e do ProVárzea (Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea) em 2001, que subsidiaram os projetos experimentais na Reserva Mamirauá financiando atividades para a sustentabilidade dos recursos florestais madeireiros, de pesca, ordenamento jurídico da várzea e conhecimento da diversidade socioambiental da várzea, entre outros (MOURA, 2007).

Em 1998 ocorre a criação do Programa Nacional de Publicização (PNP)³¹ que descentraliza os serviços sociais considerados não-exclusivos do Estado para Organizações Sociais sem fins lucrativos, chamadas OS. As medidas tomadas refletem em parte a reforma do Estado brasileiro, ou seja, sua transição de administração pública burocrática, rígida e ineficiente para gerencial, flexível e eficiente e visando o cidadão como cliente (MARE, 1995).

Neste âmbito foi criado em 1999, no município de Tefé, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), que reflete a moderna forma de gestão descentralizada do Estado para gerenciar a RDS Mamirauá. Inicialmente, a partir 1991, as pesquisas desenvolvidas foram realizadas pelo Projeto Mamirauá, na área que abrange 260.000 hectares, com a finalidade de reunir informações sociais e biológicas sobre a área de várzea para subsidiar o preparo do plano de manejo e para a implantação dos projetos experimentais de pesquisa e extensão para conservação dos recursos e melhoria das condições de vida da população (MOURA, 2007).

A criação do IDSM é resultado da reforma do aparelho do Estado brasileiro no início dos anos 90 que, estruturado em três eixos de ação administrativa³², o Estado amplia as funções sociais e econômicas para outros níveis administrativos, agentes

³¹ Lei Nº 9.637, de 15 de Maio de 1998.

³² A Administração Pública Patrimonialista, a Administração Pública Burocrática e a Administração Pública Gerencial, é nesta última que vamos nos deter para as análises deste estudo.

públicos e organizações da sociedade civil, que passam a fazer uso de novos instrumentos de gestão (MARE, 1995).

A descentralização de alguns serviços do Estado brasileiro apresenta-se como um processo de *agencification* quando as atividades são consideradas exclusivas³³ do Estado e de “publicização” para os serviços não-exclusivos. A constituição do Instituto Mamirauá atinge aos objetivos desta segunda, pois ocorre por parte do Estado a contratação dos serviços – formalizada em um contrato de gestão com metas definidas para o cumprimento dos serviços sociais e científicos ao cidadão – com organizações sem fins lucrativos, públicas não-estatais ou do terceiro setor, que são reconhecidas como Organizações Sociais (OS) visto que não geram lucro e pela flexibilidade do gerenciamento financeiro, que em grande parte é repassada pelo Estado (BRESSER-PEREIRA e PACHECO, 2005, p. 5).

Na esfera nacional, os Planos Plurianuais (PPA's) – Brasil em Ação (1996-1999), Avança Brasil (2000-2003) e Plano Brasil de Todos, participação e inclusão (2004-2007) – usados como instrumentos para definir as metas a serem alcançadas pelo Governo Federal brasileiro em médio prazo, assinalam a mudança de paradigma da ação do Estado, com a maior participação dos governos estaduais e municipais no gerenciamento de políticas públicas e a adoção de estratégias que envolvam a Amazônia numa perspectiva geopolítica, mas equilibrando o desenvolvimento econômico e social pela perspectiva do desenvolvimento sustentável. O Plano Amazônia Sustentável (PAS) busca descentralizar as ações do Governo Federal para as esferas Estadual e Municipal da região amazônica através de estratégias de ação para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais, a viabilização de novas atividades econômicas e para o uso sustentável dos recursos naturais com manutenção do equilíbrio ecológico (BRASIL, 2003).

Dentro deste processo de proteção ao meio ambiente assentada em bases legais, destaca-se a criação pelo Governo Federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³⁴ em 2000, como instrumento legal que reúne mecanismos para a conservação e proteção ambiental e elaboração de estratégias para o uso racional dos

³³ Cabe ao Estado regulamentar, fiscalizar e fomentar, à exemplo: a cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica, o serviço de emissão de passaportes, etc (MARE, 1995, p. 41).

³⁴ Lei Nº 9.985 de 18 de Julho de 2000.

recursos naturais de maneira imediata, mas mantendo o potencial da diversidade biológica para as próximas gerações (FERREIRA, 2003; MOURA, 2007).

A categoria RDS passa a integrar o SNUC, que tem como objetivo “(...) preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.” (SNUC, Art. 20, § 1º, 2000).

A preocupação da sociedade nos últimos anos em conservar os recursos naturais, fez perceber a presença de grupos sociais locais na Amazônia que dispõem de um dinamismo próprio, que são capazes de fazer uso dos recursos naturais e na sua essência preservam costumes, valores e tradições dos seus antecessores. Destaca-se a relação conservacionista que as populações estabelecem com o meio ambiente e nesta situação as populações que ocupam uma área de unidade de conservação são consideradas como agentes sociais da conservação ambiental e dessa forma são também co-participantes dos compromissos ambientais de dimensão globalizante (MOURA, 2007).

A valorização das formas locais de ocupação do território e manejo tradicional sustentável dos recursos naturais é colocada em destaque no cenário de formulação de políticas no Brasil e, sobretudo na Amazônia. A partir da perspectiva interdisciplinar entre as ciências sociais e as ciências da natureza, várias foram as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas do século passado que reconheciam os saberes e as práticas de diferentes grupos sociais sobre o uso e conservação do ecossistema para garantir a reprodução social do grupo (CASTRO, 2000).

Na capacidade do homem de interagir com a natureza considera-se que a sociodiversidade revela biodiversidade, ou seja, esta relação refere-se à forma sobre como as populações detêm uma complexidade muito grande de informações a propósito dos ecossistemas de florestas tropicais e também a importância desses conhecimentos para a exploração dos recursos naturais sem comprometer a biodiversidade para outras gerações (NEVES, 1992).

A forma de organização das populações rurais no uso dos recursos para garantir a reprodução social dá ênfase à importância de grupos sociais classificados como populações tradicionais em programas e ações voltados à preservação da biodiversidade. De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos

Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)³⁵, compreende-se como povos e comunidades tradicionais os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

Nesse contexto evidencia-se o reconhecimento das populações tradicionais e seus elementos definidores, sistematicamente elaborados pelo movimento socioambientalista, pela academia e agências de produção de conhecimento que dialogam sobre a questão ambiental. Este reconhecimento objetiva garantir o foco de ação das políticas do Estado para a qualidade de vida de populações, que para a sua subsistência dependem diretamente do uso dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, garantir no campo da relação homem x ambiente o reconhecimento do papel das populações locais como agentes estratégicos importantes para a manutenção dos recursos naturais pelo conhecimento sobre a diversidade biológica.

Alfredo Wagner de Almeida (2006) destaca que novos padrões de relação política no campo e na cidade se desenvolvem desde 1988, através dos processos de territorialização. Estes processos são impulsionados por movimentos sociais que se manifestam em todo o país e incorporam elementos étnicos, de consciência ecológica, gênero e de autodefinição coletiva para relativizar a atuação de políticas públicas na divisão político-administrativa de categorias sociais como, os povos indígenas, os quilombolas, os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de côco de babaçu, os pescadores, ribeirinhos, entre outros³⁶.

Sérgio Shneider (2004) faz uma importante análise sobre a noção de território, como uma unidade de referência para o desenvolvimento rural nos aspectos políticos e sociais. Até meados dos anos 1970, a noção de região foi muito usada para designar o conjunto de características geográficas e de um determinado espaço, o que tornava possível estimar, medir e comparar a eficiência econômica que se atribui aos recursos existentes em cada região. Dessa forma, regiões desenvolvidas eram aquelas que apresentavam indicadores favoráveis de crescimento como os demográficos, educacionais e, sobretudo, econômicos (medidos pelo PIB, renda per capita, etc.).

³⁵ A PNPCT foi instituída com o Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007.

³⁶ Todas estas categorias sociais foram analisadas por Alfredo Wagner (2006) para mapear a diversidade de apropriações de terras e que devem ser consideradas na reestruturação da lógica formal e institucional dos poderes públicos.

A partir dos anos de 1980, novas abordagens passaram a fazer parte em primeiro plano da atuação do Estado e das políticas públicas, como a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida, atribuindo novas perspectivas ao desenvolvimento rural que não somente pelo econômico. “Mas ainda, o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc.” (SHNEIDER, 2004, 100-102 pp.).

Considera-se neste aspecto também a atuação dos agentes socioambientais em territórios rurais com o objetivo de conter o desmatamento, promover o manejo florestal, colocar em evidência o uso múltiplo da floresta por populações tradicionais e o baixo impacto nos recursos naturais, o uso coletivo da terra e o reconhecimento oficial do território tradicional, entre outras formas de ação do socioambientalismo (LÉNA, 2004).

No processo de territorialização com a criação da RDS Mamirauá o Estado reconhece os arranjos tradicionais, tais como os laços de parentesco, as redes de vizinhança e as identidades coletivas como forma de resguardar os direitos de acesso e uso dos recursos naturais pelas populações locais. Este processo inicia com o movimento de preservação de lagos que mobiliza a população em defesa de seus territórios e contribui para o reconhecimento jurídico das terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2006; MOURA, 2007). Neste contexto de mudanças políticas, as terras tradicionalmente ocupadas e a institucionalização política de uma RDS passam a simbolizar *campos* de ação entre as identidades locais e as mediações da ciência socioambiental a partir do ordenamento territorial com a criação da RDS Mamirauá (MOURA, 2007).

Assim, conforme enfatizado por Léna (2004) aos quais se somam os estudos de Moura (2007), Reis (2005), Lima (2002), Castro (2000) e outros, o ambientalismo é a mais recente orientação para o desenvolvimento social e ambiental para populações da Amazônia, que agora se estrutura em princípios democráticos com maior participação dos agentes sociais locais em processos decisórios e gerenciais. Neste sentido, a ruralidade passa a ser definida, segundo Ricardo Abramovay (2003), pela valorização do meio rural, onde não representa somente o local da produção agropecuária, mas a

preservação da biodiversidade e o reconhecimento das práticas tradicionais em relação ao ambiente.

Nesse âmbito de mudanças e de forma recente, a partir de 1990 até o presente – para atender às dinâmicas do modelo socioambientalista – a organização familiar passa a ser orientada para assegurar o uso sustentado dos recursos naturais, reelaboram as formas de produção e comercialização adequadas a condições do *mercado ecológico*, ou seja, o manejo de alguns recursos como o pirarucu, a madeira, a produção de artesanato e a venda de serviços ao ecoturismo passam a receber orientações de acordo com a legislação ambiental e as normas estabelecidas no plano de manejo, que valoriza nas relações comerciais a produção regulada pela conservação de recursos naturais nas relações comerciais (MOURA, 2007). A implantação da unidade de conservação no Médio Solimões a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá se localiza nesse contexto, e a localidade de Vila Alencar, objeto desse estudo, é um exemplo dessa nova orientação de desenvolvimento.

Nas novas dimensões da ruralidade pela valorização do ambientalismo, os elementos sociais do campesinato da várzea se reconfiguram em um *campesinato ecológico*, no sentido de que estas novas dimensões do uso do território ocorre através de regras para uso manejado dos recursos pelas populações locais, o que agrega novas práticas e busca por tecnologias sustentáveis (MOURA, 2007).

Esta forma de campesinato traz à população local situações de inovações sociais na produção camponesa, tais como a demanda por maior desenvoltura das lideranças para negociações comerciais fora do âmbito local e uso do conhecimento tradicional para fins comerciais, capacitações para fiscalização das áreas de uso sustentável e proteção total dos recursos naturais e comercialização da produção, ou seja, o desenvolvimento de novas regras e outras formas de comercialização que atendam às exigências de um mercado baseado nas ações desenvolvimento sustentável (MOURA, 2007).

Essas recentes políticas de desenvolvimento social chegam às localidades ribeirinhas da várzea do interior do Amazonas como elementos marcantes de uma presença mais continuada do Estado e o reconhecimento das populações tradicionais na esfera de planejamento das políticas públicas, o que traz elementos novos ao processo de reprodução social dessas populações. Nesta abordagem, “(...) as populações tradicionais não somente estão no meio dos processos de mudanças mais profundos de nossa contemporaneidade, marcada pela intensificação da lógica de mercado e das

estruturas de poder burocratizadas, como também são chamadas a participar como importantes interlocutoras.” (CASTRO, 2000, p. 171).

Inseridos no conjunto de novas relações sociais, percebe-se que a soma das políticas socioambientais com as políticas de transferência de renda imprime à população camponesa amazônica novas situações (Cf. BOURDIEU, 2000) e novas formas de reelaboração das suas condições de reprodução social, para as quais não estavam habituados. Esse conjunto de mudanças imprime as características de um *novo rural* como um espaço de mudanças e de intervenção social, reestruturando o *modo de vida* das diversas populações camponesas beneficiárias dessas políticas e ações uma vez que apontam para políticas compensatórias das oportunidades de acesso aos bens e serviços públicos relacionados à educação, saúde e distribuição de renda.

Jean Hébette, Sônia Magalhães e Cristina Maneschy (2002) que pesquisaram o contexto rural da Amazônia Oriental relatam que, em decorrência das transformações no âmbito nacional e internacional de ordem geopolítica, os processos sociais estão sendo modificados localmente. Ressaltam que o envolvimento da população rural amazônica às novas situações que se estabelecem a partir do espaço territorial, no sentido de expandir, defender ou regulamentar ações predatórias ou conservacionistas, reflete novas formas de adaptação dos agentes sociais.

Essas mudanças a partir de intervenções governamentais, tanto pela via do desenvolvimento sustentável, quanto pela busca de equidade social, sofre a “ação do capitalismo nos lugares e se vê obrigado a assumir novas regulações sem as quais não pode dialogar plenamente com o mundo” (MOTA, 2008, p. 81). Dessa forma, novas situações se apresentam ao *habitus* (Cf. BOURDIEU, 2000) local e aos processos de reprodução social dos grupos familiares.

O modelo analítico conceitual construído para essa análise pode ser representado pela figura 7. Nesse modelo destaca-se a localidade de Vila Alencar diante de novas situações com a implementação de políticas de desenvolvimento pensando o local a partir do global e mostrando a sobreposição dos acontecimentos que envolvem o *modo de vida* em Vila Alencar. Esta matriz analítica que apresenta de forma resumida os campos de intervenções política e ambiental foi elaborada com base na reflexão do pensamento sociológico de Pierre Bourdieu e do *Campo Socioambiental* da Reserva Mamirauá identificado por Edila Moura (2007). Segundo a concepção da autora nesse campo estão inseridas as relações sociais entre as populações locais e os agentes externos para a promoção do *desenvolvimento sustentável* mediante o conjunto dos

processos modernizadores com o desenvolvimento dos mercados ecológicos, o reconhecimento político das populações tradicionais e suas formas de ocupação e uso dos recursos naturais e o envolvimento dos agentes do Estado Moderno (MOURA, 2007).

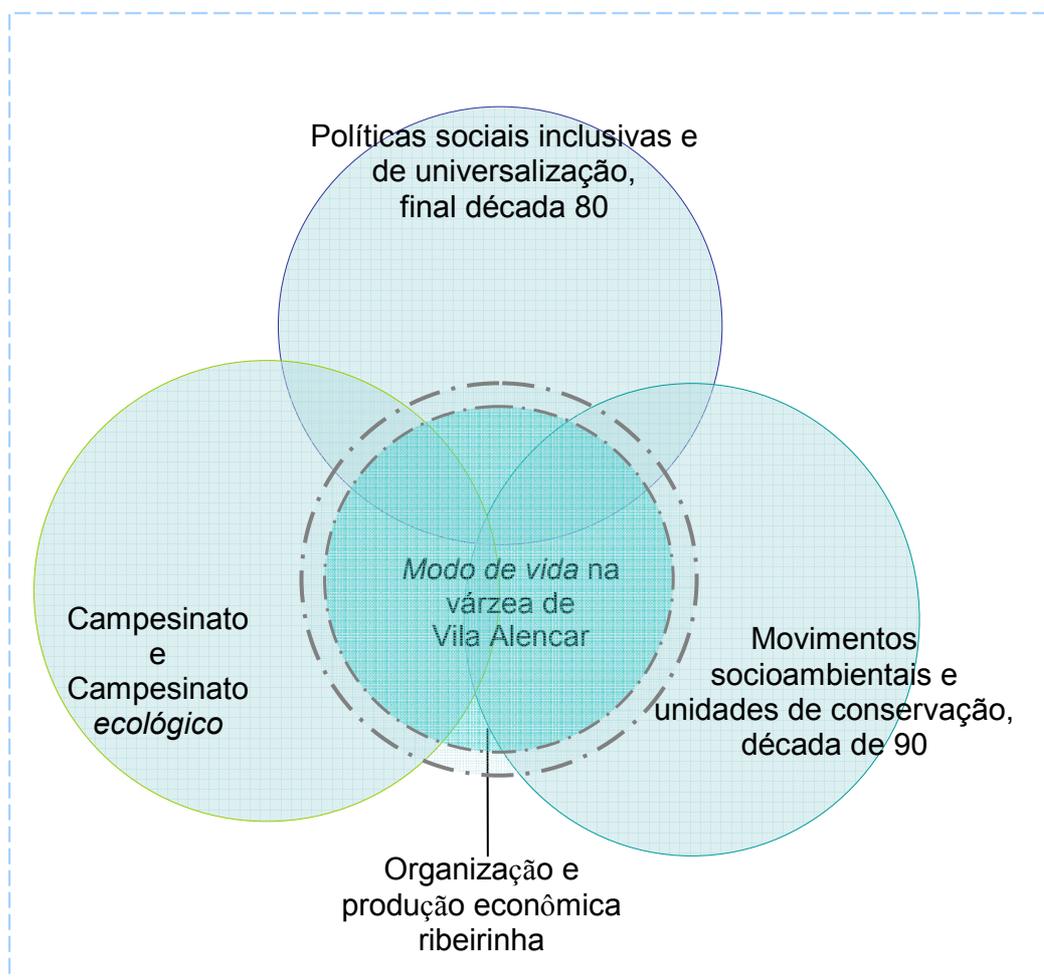


Figura 7. Matriz analítica e conceitual de mudanças no *modo de vida* de Vila Alencar.

A interrelação das esferas dos processos estruturantes identifica os espaços sociais da ação política em que estão inseridas as populações rurais e auxilia no entendimento sobre as ações e a posição adotada por estas populações, sobretudo os jovens, a partir de um conjunto de elementos dispostos a agirem frente às novas situações.

“Os *campos* são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Neste sentido, a posição que os moradores de Vila Alencar assumem nessas relações de forças é de

reorientar e desenvolver estratégias a essas implementações políticas que favoreça as propriedades do seu *modo de vida*, suas disposições adquiridas, independe de conservar ou transformar o objetivo inicial destas políticas.

O diagrama representa os *campos* e suas relações de forças mobilizadas pela implementação de políticas intervencionistas e o *lugar* de Vila Alencar, que a partir de sua lógica interna retraduz as demandas externas. Para fazer menção a Bourdieu, as ações externas, considerando suas intenções iniciais, podem ou não serem transformadas após a codificação pela lógica de interesse do campo interno.

Na sobreposição dos *campos*, percebe-se que os moradores de Vila Alencar se posicionam enquanto ribeirinhos que habitam uma área de desenvolvimento sustentável criada pelo Estado, e também por outros agentes de âmbito internacional, para guardar e proteger os recursos naturais. Esta posição identifica a interferência dos agentes externos – ou dos agentes do desenvolvimento – aos moradores, uma vez que os agentes do desenvolvimento atribuem à população a qualidade de guardiães da floresta. Não somente as políticas de ação do desenvolvimento sustentável, mas as políticas de universalização também qualificam os moradores de Vila Alencar, neste caso na situação de pobreza. Portanto, estas classificações imprimem condicionalidades à vida dos moradores que serão praticadas e atendidas de acordo com as necessidades familiares.

Em âmbito local, o território que constitui a Reserva Maimirauá está sendo (re)estruturado por iniciativas governamentais a partir das ações de políticas de sustentabilidade, com medidas restritivas aos usos dos recursos naturais. Para analisar os aspectos de mudanças e redefinições na territorialidade de uma área de várzea, identificam-se alguns elementos de mudança no *modo de vida* referente às dinâmicas populacionais e aos padrões de produção e consumo redefinidos pela maior intensificação na relação rural-urbano desta localidade.

Os instrumentos de promoção do desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável em localidades rurais.

Destacam-se, neste ponto, as políticas e programas de desenvolvimento social e sustentável como resultado dos processos estruturantes desencadeados pelas ações modernas do Estado, que envolvem os moradores de Vila Alencar, bem como as demais populações da RDS Maimirauá, nas estruturas objetivas de uma racionalidade

instrumental e interferem nas relações sociais do grupo local (MOURA, 2007). Destaco as ações de intervenção socioambiental com a criação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e a integração da população ao Programa Bolsa Família (PBF), que desencadearam mudanças na organização produtiva e familiar, como também impulsionaram as famílias na busca por melhores condições de vida.

O Instituto Mamirauá, foi formalizado no final na década de 90 para gerenciar as áreas das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, com ações direcionadas ao manejo participativo e sustentado dos recursos naturais e a promoção da qualidade de vida das populações locais, ou seja, o IDSM assume o compromisso de conduzir as intervenções socioambientais na área designada como Reserva Mamirauá (MOURA, 2007).

Dessa forma, o Instituto Mamirauá se consolida como uma nova gestão para as áreas das Reservas Mamirauá e Amanã. Constituído em sua forma jurídica como Organização Social está vinculada ao Estado por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), órgão com o qual celebra o contrato de gestão com direito à dotação orçamentária desde 2001, mediante de apresentação de resultados a partir de 12 indicadores de desempenho que são avaliados semestralmente por uma Comissão do MCT. Na possibilidade do não atendimento aos indicadores, o IDSM perde o direito de receber os recursos públicos. Embora a maior parte dos recursos financeiros sejam provenientes do contrato de gestão entre o IDSM e o MCT, é importante ressaltar que as atividades de pesquisas são desenvolvidas também com recursos de outras fontes de financiamento, inclusive para atender uma das exigências contratuais (MOURA, 2007).

Para a promoção das atividades de desenvolvimento sustentável junto às populações e para a fundamentação das atividades de manejo, no âmbito da estrutura institucional do IDSM encontram-se os programas de Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento Social com propostas de atividades de Ecoturismo, Agricultura Familiar, Artesanato, Gestão Comunitária, Manejo Florestal Comunitário, Manejo de Pesca e Qualidade de Vida.

Estes programas são implementados a partir de 1998, em localidades amostrais com a finalidade de desenvolver alternativas econômicas com uso sustentado dos recursos naturais; turismo de base comunitária; capacitações para atividades produtivas e gerenciais; manejo de recursos florestais não madeireiros; fortalecimento das lideranças comunitárias para gestão participativa da Reserva; atividades na área de educação ambiental e educação para saúde; e desenvolvimento de tecnologias

apropriadas aos usos no processo produtivo e para saneamento adequado à área de várzea (IDSM, 2009).

O *modo de vida* das populações rurais após a definição de uma área de unidade de conservação de uso sustentável (SNUC, 2000) e a implantação do Instituto Mamirauá, foi afetado pelas novas possibilidades de geração de renda que se apresentaram com as inovações sociais trazidas pelas propostas vinculadas aos projetos socioambientais e de desenvolvimento sustentável. Nesse conjunto de novas oportunidades e possibilidades os agentes locais se ressituaem em um quadro em que convivem com situações tradicionais de produção camponesa e com as novas situações vinculadas ao que pode ser identificado como a formação de relações direcionadas ao *mercado ecológico*, imprimindo assim as características de um *campesinato ecológico*. (MOURA, 2007).

Esse *mercado ecológico*, conforme definido por Edila Moura (2007, p. 245), “se caracteriza por relações comerciais onde ocorre uma agregação de valor aos produtos originados de áreas protegidas e que foram produzidos mediante o acatamento de normas de proteção ambiental”. Esta nova forma de se relacionar com o mercado é reflexo dos processos estruturantes e das ações modernizadoras do Estado em torno do desenvolvimento sustentável em localidades rurais da Amazônia.

Portanto, participar do *mercado ecológico*, significa adequar as condições das práticas locais tradicionais, do *campesinato da várzea*, às demandas do novo mercado, que imprime características de um *campesinato ecológico* pela necessidade de novas formas de organização da produção; incorporação de novos conhecimentos do processo produtivo; ampliação das redes de comercialização dos produtos e permanentes negociações institucionais para a emissão de licenças ambientais (MOURA, 2007). Nesta nova perspectiva para a valorização dos *produtos ecológicos* os programas de Manejo dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Social do IDSM e seus agentes de desenvolvimento apresentam-se como mediadores entre a produção local e o *mercado ecológico* através das capacitações para que os produtores incorporem novas práticas de conduta sustentável para a produção e comercialização.

Mas além das novas situações mediadas pela questão ambiental, as populações rurais passaram a participar também das políticas sociais inclusivas e de universalização, desenvolvida no final década 80 com as novas regras constitucionais. Por um lado com a inclusão dos trabalhadores rurais no sistema previdenciário desde

1991³⁷ e por outro a partir de 2001, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a criação de programas sociais de transferência de renda mínima³⁸, como benefícios de proteção social. Em 2003, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, unificou os programas de transferência de renda e instituiu o Programa Bolsa Família³⁹, como uma iniciativa do Fome Zero⁴⁰.

No conjunto de reformas, o Estado brasileiro age na esfera econômica com mecanismos de transferência de renda, com a função de redistribuir os recursos coletados através de impostos ou taxas destinados à manutenção da ordem interna, à justiça ou igualdade social e ao desenvolvimento econômico. No âmbito social, o Estado atua através dos serviços sociais com a educação e a saúde, promoção do cidadão por meio da democracia e a distribuição de uma renda justa (MARE, 1995).

Deste modo, a transferência de renda e as aposentadorias rurais são concebidas como um repasse monetário direto a indivíduos ou famílias de forma não contributiva, ou seja, sem a necessidade de pagar ou recolher alguma quantia, a exemplo do que ocorre na previdência social. Além da transferência de renda mínima, o programa social visa também articular renda com as políticas educacionais, de saúde e trabalho, voltados para as crianças, jovens e adultos de famílias pobres (SILVA, 2008; SPOSATI, 2007). A extensão dos direitos previdenciários para a área rural rompeu com a necessidade do vínculo empregatício garantindo um salário mínimo ao produtor rural que esteja associado a sindicatos rurais na condição de trabalhador ou produtor rural e na idade mínima de 55 anos para as mulheres e 60 anos de idade para os homens⁴¹.

Esta política social se assenta em dois eixos de ação e que estão diretamente associados: primeiro, com a transferência de renda para famílias pobres é possível que seus filhos sejam retirados da condição de trabalho infantil e da vulnerabilidade das ruas

³⁷ Lei Nº 8.213 de 24 de Julho de 1991.

³⁸ Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – "Bolsa Escola"; Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – "Cartão Alimentação"; Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde – "Bolsa Alimentação" e o Programa Auxílio Gás.

³⁹ Ressalta-se que as ações no Brasil acerca dos programas de transferência de renda advêm das experiências dos Programas de Geração de Renda Mínima que ocorreram em outros países, como na Alemanha em 1957 como Renda de Subsistência e na França em 1989 como Renda Mínima de Inserção. No Brasil as primeiras experiências ocorreram a partir de 1995, nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Santos em São Paulo e em Brasília (FARIAS, 2005; SILVA, 2008).

⁴⁰ É uma estratégia de articulação entre vários Ministérios do Governo Federal entre si e com os Estados e Municípios, que visa "assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome". Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acessado em: 16 abr. 10.

⁴¹ De acordo com o Ministério da Previdência Social. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/pg_secundarias/beneficios_02.asp>

e também interromper o ciclo de reprodução da pobreza e segundo, a articulação com as políticas estruturantes da sociedade, como a educação, saúde e trabalho, representa a possibilidade de um enfrentamento da pobreza, das desigualdades sociais e econômicas no país (SILVA, 2008).

A promoção do desenvolvimento social considera os grupos populacionais focalizados, vulneráveis no conjunto da sociedade pelo processo de pobreza estrutural das ações políticas, que demandam políticas de inserção social, tanto na esfera econômica ou social e que exigem da capacidade do Estado políticas intersetoriais no sistema de proteção social (COHN, 2009; SILVA, 2008). Por grupos focalizados entende-se a população ou grupos de indivíduos que atendem a critérios definidos de inclusão de forma a oportunizar a efetiva participação na divisão de riquezas, bens e serviços de responsabilidade social do Estado (SILVA, 2008).

Inseridos como beneficiários das políticas de redistribuição de renda mínima, as famílias das localidades da RDS Mamirauá passaram a ser caracterizadas como pobres ou extremamente pobres, que incluem uma parcela da população brasileira considerada à margem do desenvolvimento. Nesta circunstância os camponeses ao terem contato com o benefício desempenham o papel de potenciais consumidores e não de produtores rurais (CUNHA, 2006).

A classificação do tipo de renda, em renda familiar mensal per capita de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 e com a presença de crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos e renda de até R\$ 70,00 sem definição de idade, determina respectivamente se a família é considerada pobre ou extremamente pobre e estabelece também o valor a ser transferido podendo variar de R\$ 22,00 a R\$ 200,00⁴².

A transferência direta de renda à família pobre ou extremamente pobre tem por objetivo garantir o acesso aos direitos sociais básicos, previstos constitucionalmente: saúde, alimentação, educação e assistência social. Ou seja, “assegurar o direito humano à alimentação adequada, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome” (MDS,

⁴² Outros critérios que compõem a base de dados das famílias, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), também fazem parte da seleção, como: as características do domicílio (como nº de cômodos, lixo, esgoto, etc); a composição familiar (nº de membros, pessoas com deficiência); a identificação e documentação de cada membro familiar; a qualificação escolar dos componentes da família; a qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; a remuneração e as despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação, etc). Para entender como é pago o valor de benefício por família, ver a seção de Benefícios e Condições no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia>. Acessado em: 16 abr. 10.

2010). A concepção geral dos recentes programas do Estado é o desenvolvimento de uma política social permanente de combate à pobreza, que atingisse famílias em situação de desigualdade e exclusão social.

O enfrentamento da desigualdade e exclusão social e a promoção do desenvolvimento humano sustentável parece ser uma questão de âmbito mundial, que assegure os direitos essenciais da humanidade previstos em oito metas a serem alcançadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com o propósito principal de redução da pobreza pela metade até 2015, estabelecidas pela rede global de desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nestas circunstâncias o Programa Bolsa Família no Brasil se apresenta como uma ação dos Objetivos⁴³.

Estas políticas apontam para um reconhecimento político positivo das identidades e territorialidades das populações locais que, nessa condição, passam a ser consideradas como um segmento social em situação de exclusão de bens e serviços necessários à cidadania (CUNHA, 2006; MOURA, 2007). A questão a ser indagada entrelaça dimensões divergentes: são populações ribeirinhas, pobres e potenciais consumidores de mercado?

A resposta se desenrola da seguinte maneira: são ribeirinhos, esta é a resposta mais homogênea tanto pelos moradores quanto pelos agentes externos formuladores de políticas. São pobres de que ponto de vista? Pois se pensarmos na auto-identificação e na caracterização pelo Bolsa Família chegamos a uma resposta afirmativa, todavia se consideramos pela ótica da fartura dos recursos naturais o julgamento será de que são ricos. E por fim, a questão da potencialidade no consumo de mercado, a população provavelmente avaliará que não dispõe de recursos financeiros o suficiente para assegurar uma alimentação regular, de boa qualidade e em quantidade suficiente para o provimento do grupo familiar.

No Brasil uma questão central é por vezes minimizada na relação entre Estado e Sociedade na elaboração e aplicação de políticas: a consolidação dos direitos sociais é de fato elaborada para que grupo? Não pretendemos negar o avanço desta política como reconhecimento da cidadania e dos direitos de responsabilidade do Estado, mas chamar atenção para o fato de que uma inclusão social mediada somente por uma renda

⁴³ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pnud/>> . Acessado em: 16 abr. 10.

“financiada” pela prática de troca no mercado contribuirá para perdurar a desigualdade social entre as próximas gerações. A transferência direta de renda como uma política de inclusão social obscurece a precariedade do acesso aos bens e serviços públicos nos campos: da educação, da saúde, do trabalho, da moradia e da segurança.

A sobreposição das políticas de desenvolvimento social e sustentável colocam a população de Vila Alencar em um dilema permanente. Ora são incitados a atuarem como produtores e guardiães dos recursos naturais, ora são provocados a serem agentes, consumidores de uma economia de mercado e, ao mesmo tempo, são considerados “pobres” pela política social de transferência de renda. Esta incoerência acerca das funcionalidades objetivas das ações políticas provoca em nível local mudanças no padrão de consumo, alterações no desenvolvimento familiar e na organização do trabalho produtivo camponês, geram expectativas e desejos que extrapolam a dinâmica “tradicional” de pequenas sociedades agrárias.

A reforma político-institucional do Estado brasileiro se assentou na idéia de um desenvolvimento com base na justiça social e no equilíbrio ambiental, que segue uma linha de ação pautada por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Considerando, neste estudo, as populações da Amazônia e as políticas e os programas de ação do desenvolvimento social e ambiental, as ações intervencionistas, chegando a resultados positivos ou negativos, impactam na organização e economia local, exigindo por parte da população uma reinvenção de suas relações sociais já estabelecidas.

A reorientação na intervenção do Estado e as políticas públicas que buscam associar as preocupações sociais e ambientais para minimizar as desigualdades sociais, na busca de um modelo alternativo de desenvolvimento – o socioambientalismo – colocam em vigência temáticas de abordagem sobre o meio rural, ou mais marcadamente sobre o *modo de vida* das populações rurais, em torno da sustentabilidade ambiental, da relação territorial ao local, das atividades rurais não-agrícolas, das interrelações rural-urbano, entre outros (LÉNA, 2004; SHNEIDER, 2004), que serão abordados a seguir nos Capítulos 3 e 4.

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO DO *NOVO RURAL* EM VILA ALENCAR: AS MUDANÇAS COM A INTERIORIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ESTADO.

“A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno desse valor – e não somente de suas atividades econômicas setoriais – que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não-densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas. A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural.”
(ABRAMOVAY, 2003, p. 51)

O panorama de ações políticas esboçada acerca do desenvolvimento sustentável e social tem alcançado de forma mais intensa as pequenas populações rurais e imprimem mudanças sociais à organização familiar e produtiva, no uso comum do território constituído como uma RDS na relação com os centros urbanos e com o mercado.

Segundo Sérgio Shneider (2004), a partir de uma perspectiva ampla e de uma abordagem territorial, o desenvolvimento do rural pode ser definido como um processo resultado de ações articuladas tanto pelo Estado nacional quanto por organismos internacionais com a finalidade de promover no meio rural mudanças socioeconômicas e ambientais, para a melhoria da renda, qualidade de vida e bem-estar das populações.

As políticas e programas de ação dos agentes públicos desenvolvidos nos últimos anos com a mudança de gestão do Estado no Brasil e, sobretudo para o meio rural, abrangem duas dimensões: a ambiental e a social, que representam um conjunto de novas situações e estratégias de reprodução social.

Neste sentido, o *modo de vida* dos moradores de Vila Alencar confronta-se com os processos estruturantes das políticas ambientais e sociais do Estado. A presença de agentes mediadores das novas relações, que se estabelecem entre as famílias e as políticas de desenvolvimento na vida da localidade, expressam elementos de simbologias externas à organização local. Segundo Ricardo Abramovay (2003), as mudanças pela crescente valorização e agregação de valor econômico e social da biodiversidade, do rico patrimônio paisagístico e das formas de vida rurais, que ganham dimensões promissoras ao processo de desenvolvimento, desencadeiam as feições de uma nova ruralidade em algumas regiões interioranas do Brasil.

O *modo de vida* das populações de Vila Alencar, conflita com a reestruturação político-administrativa do Estado e o desenvolvimento de políticas sociais, durante as décadas de 80 e 90. Dessa forma, o *novo rural* imprime situações contingenciais (Cf. BOURDIEU, 2000) de redefinição do desenvolvimento rural territorial com a presença de novas situações que reestruturam a vida local (ALMEIDA, 2006; ROCHA, 2008).

Na localidade de Vila Alencar o Instituto Mamirauá, desde 1992, tem investido em ações de desenvolvimento sustentável, através do fortalecimento da organização comunitária, com a capacitação anual de líderes comunitários atuantes como agentes ambientais voluntários, professores, agentes de saúde, fortalecimento da associação comunitária, formação do grupo de mulheres; investimentos em infraestrutura com sistemas de fossas adequadas à várzea, sistemas para tratamento de água, uso de energia solar na escola; instalação na comunidade de um centro agrícola, com produção e armazenamento de sementes; e implantação, há mais de dez anos, de atividades econômicas com uso sustentado dos recursos naturais, com destaque para a produção de artesanato e venda de produtos e serviços para uma pousada de ecoturismo administrada em co-gestão com o IDSM. Mais recentemente, passaram a ter grande importância na economia doméstica os programas de benefício social não contributivo do Governo Federal, o Programa Bolsa Família (PBF), e o Programa Bolsa Floresta do governo estadual.

No decorrer deste capítulo apresento algumas das mudanças na organização social e econômica dos moradores de Vila Alencar, a partir do desenvolvimento de *meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos*, conforme estabelecido pelo SNUC (2000) e onde os agentes do desenvolvimento sustentável⁴⁴ do IDSM se encarregam de elaborar alternativas para as práticas do manejo sustentado dos recursos naturais e a promoção da qualidade de vida das populações locais em cumprimento às orientações do plano de manejo (MOURA, 2007). Também são identificadas as formas de intervenção dos programas de transferência de renda mínima não contributiva, como o Bolsa Família e as aposentadorias rurais.

As ações para o desenvolvimento sustentável e as políticas não agrícolas para as pequenas populações rurais têm dinamizado as atividades de trabalho e a renda

⁴⁴ São pesquisadores e técnicos de diversas áreas do conhecimento que assumem atividades de pesquisas e promoção do desenvolvimento sustentável (denominados de *extensionistas*) e alguns destes se responsabilizam pela busca de recursos financeiros complementares para a execução de atividades junto as localidades (MOURA, 2007).

familiar dos moradores de Vila Alencar, em outras formas de ocupação e fontes de renda que não estão ligadas diretamente à produção na terra pelo trabalho familiar. A estas novas perspectivas em relação à ruralidade brasileira que tem se apresentado a partir dos anos 80 e 90, José Graziano da Silva (1997) denomina de *Novo Rural* brasileiro. É neste contexto que se fundamentam as análises deste capítulo sobre a pequena localidade de Vila Alencar.

A construção deste capítulo foi feita com base nos seguintes instrumentos: leitura dos relatórios anuais das assembleias dos moradores e usuários da RDSM e consulta aos bancos de dados demográficos e socioeconômicos do Instituto Mamirauá que trazem informações populacionais, fontes de renda e de consumo dos moradores de Vila Alencar e demais localidades da Reserva.

3.1. Mudanças sociais no uso de um território de *reserva de desenvolvimento sustentável*.

Pode-se dizer que as reconfigurações locais inseridas nos processos de expansão das fronteiras brasileiras, entre os séculos XVI e XIX⁴⁵, possibilitaram segundo Paul Little (2002), construções históricas que provocaram processos de territorialização. Estes processos se desenvolvem em um contexto de relações sociais de conflitos, de um lado por grupos sociais locais que querem garantir a defesa dos seus territórios e por outro os grupos externos, ou o governo da sociedade, que exercem pressão com objetivo de promover outras formas de uso e ocupação das terras.

Os aspectos sociais, econômicos e geográficos direcionam o tipo de ocupação e os interesses pelo território entre os distintos grupos sociais. É nesta circunstância que a questão ambiental ganha destaque mundial, em meados do século XX, pela esfera do movimento socioambientalista, provoca uma nova dinâmica territorial na região Amazônica, por meio das unidades de conservação, que representam tipos específicos de gestão do território e dos seus recursos naturais baseado nas proposições do desenvolvimento sustentável (LITTLE, 2002).

⁴⁵ Para fazer menção aos processos de expansão das fronteiras Paul Little (2002) destaca: a colonização do litoral no século XVI; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das *plantations* açucareiras e algodozeiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste a partir do século XVIII e a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX.

Novas alianças se formaram a partir do novo paradigma de desenvolvimento e pela busca de uma alternativa sustentável para os territórios ocupados. Dessa forma, as populações locais ganharam importância para a co-gestão do território devido às suas práticas históricas de ocupação. Basicamente, essa co-gestão ocorre em parceria com o Estado através de seus órgãos governamentais e um grupo social para o uso sustentado dos recursos naturais em um espaço específico (LITTLE, 2002).

A valorização da biodiversidade local pelo global imprime novos desafios para grupos indígenas e/ou comunidades tradicionais no que tange o uso dos recursos naturais em um determinado território, este atualmente entendido enquanto um “(...) espaço ao qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade de tempo” (CASTRO, 2000, p. 166). Assim, o desafio está em adaptar aspectos do conhecimento tradicional acumulados sobre o território que garanta a reprodução dos grupos e a construção de estratégias apropriadas ao manejo sustentável dos recursos naturais.

Em Vila Alencar e também nas demais localidades da Reserva, as práticas sociais relacionadas ao uso dos recursos naturais, que definem o *modo de vida* da população, estão estruturadas em um *sistema de uso comum* dos recursos naturais. Identificado pelas características da subtração e da dificuldade em controlar o acesso, o uso dos recursos naturais de base comum pode causar conflitos entre o uso individual e coletivo do recurso. Por este motivo, a formulação de regras é fundamental para definir as formas de acesso, uso e garantir a sobrevivência do recurso (MCKEAN e OSTROM, 2001).

A propriedade comum é definida por Mckean e Ostrom (2001), como *propriedade privada compartilhada* por uma coletividade de indivíduos, com direitos claramente identificados. No sistema de uso comum dos recursos identificado na Reserva Mamirauá, percebe-se que seus moradores são um grupo de consumidores que, reconhecidamente, possuem direitos tradicionais de acesso e responsabilidades legais de uso sobre esses recursos.

O uso do território em Vila Alencar, implica no uso dos recursos naturais para a manutenção do grupo familiar, através de estratégias e regras de convivência local e de conhecimento da natureza. Após a criação da RDS Mamirauá, um conjunto de regras foi elaborado pelos agentes do IDSM em conjunto com a população moradora e usuária dos recursos da reserva para que se estabelecesse um planejamento comum sobre o uso manejável dos recursos naturais.

Neste sentido, o Plano de Manejo, a partir de 1996, passou a ser o documento legal que estabelece áreas de proteção integral e de manejo sustentado e normas para o uso dos recursos entre as populações da Reserva Mamirauá. Em um nível mais micro e no intuito de cumprir os acordos firmados no Plano de Manejo, cada setor geopolítico, que agrupa um determinado número de localidades, foi orientado a estabelecer uma Política de Ocupação de acesso e uso dos recursos naturais. Dentro do setor Mamirauá, a qual pertence Vila Alencar e outras sete localidades, as normas formuladas com o processo constitutivo do reordenamento territorial com a criação da RDS Mamirauá estabelecem que:

- Os parentes que não moram nas Comunidades não têm direito de usar os recursos;
- Os parentes que não moram na comunidade e não obedecem às normas serão chamados para ouvir os esclarecimentos sobre as normas de uso;
- Para os parentes que não pararem de fazer danos predatórios, serão tomadas outras medidas e caso continuem desrespeitando serão afastados da comunidade;
- Os parentes ou outras pessoas não podem formar Comunidade sem permissão dos moradores do setor;
- Os parentes ou outras pessoas que não são sócios do setor Mamirauá não podem entrar nas áreas do setor.⁴⁶

As mudanças no uso do território foram subsidiadas pelas ações do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (como órgão gestor da RDS Mamirauá) juntamente com o IBAMA (com o poder de fiscalização), com a finalidade de negociar, implementar normas, delimitar áreas de acesso e uso dos recursos e definir ações compensatórias às medidas restritivas com o plano de manejo.

No plano de manejo para a execução de projetos experimentais foi proposto o sistema de zoneamento para o acesso e uso dos recursos na área da RDSM, que estrategicamente divide-se entre a zona ou área de proteção integral da biodiversidade, onde as atividades permitidas referem-se às pesquisas científicas e de fiscalização e, também, onde estão os lagos considerados de preservação ou procriação, livres de qualquer atividade pesqueira, para permitir que as espécies de peixes realizem sua reprodução para o repovoamento dos lagos de manutenção ou subsistência. Além desses, os lagos de comercialização são os destinados às atividades de pesca exclusivos para a subsistência da população e venda da produção. A área total determinada para a

⁴⁶ O registro destas normas encontra-se na Ata da X Assembléia Geral dos Moradores e Usuários da RDS Mamirauá, realizada em 2003. Durante a Assembléia os moradores do setor Mamirauá, bem como dos demais setores, avaliaram o cumprimento das normas que já haviam sido estabelecidas desde a VIII Assembléia Geral em 2000.

proteção integral da biodiversidade abrange uma delimitação de aproximadamente 650 km² do total da área experimental (260.000 hectares) (SCM, 1996).

A zona ou área de uso sustentado também se integra ao sistema de zoneamento destinado às atividades de uso sustentado dos recursos sob as condições das normas previstas no plano de manejo. Esta área se subdivide nas zonas de assentamento permanente que se referem às áreas habitadas pelas populações e as zonas de manejo especial, onde determinados recursos ou uma parcela destes é limitado por normas diferenciadas do total da área de uso sustentado como uma forma de diminuir a pressão sobre os recursos que ficam de fora da área de proteção total. No entanto, entre as zonas de manejo especial⁴⁷, foi criada a zona de manejo de Ecoturismo com a finalidade de se desenvolver uma alternativa econômica para as populações do entorno, para deslocar parte da pressão sobre os recursos naturais tradicionalmente explorados, uma vez que esta área localiza-se no interior da zona de proteção. A área total determinada para o uso sustentado dos recursos compreende aproximadamente 730 km² do total da área experimental (SCM, 1996).

A partir de meados dos anos 90, os moradores de Vila Alencar também participam de processos ecológicos modernizadores que apresentam novas relações sociais de ocupação e uso do espaço natural, tanto da população local entre si quanto com agentes sociais externos. Nesta situação, os moradores de Vila Alencar se tornam receptores das ações intervencionistas do desenvolvimento sustentável que media o uso institucionalizado do território.

Com o acesso a outras fontes de renda pelas políticas de sustentabilidade e de inclusão social percebe-se uma diminuição na produção agrícola e do pescado, conseqüentemente uma diminuição no uso do território. Neste sentido, o uso da terra pelos moradores que antes parecia ser bem definido nas proximidades dos domicílios e o uso de lagos nas redondezas da localidade, ganham outro sentido de uso, deixando de ser um uso destinado para a venda e mais explorado para o consumo direto ou direcionado às demandas da Pousada de Ecoturismo. Os relatos abaixo ilustram a mudança no uso das terras e lagos pelos moradores de Vila Alencar.

*“As roças que o pessoal tem lá agora é pouquinho (...).
Tenho uma rocinha lá, mas é pouco é só pra comer.”*
(Homem, 80 anos de idade, casado há 55 anos. Alvarães, 2010).

⁴⁷ Os recursos naturais preservados dentro desta área são: populações de aves aquáticas, Tambaquis e Peixes-Bois, Quelônios e Jacarés.

“(...) trabalhei muito pra criar meus filhos, muito mesmo (...) pesquei muito pirarucu, peixe-boi, tudo (...) e agora não pode pegar peixe no Mamirauá que é reservado. Pescava em todo canto, porque naquele tempo não tinha esse negócio de preservação, tudo era liberto, pescava pra todo canto. Pra todo canto que ia pescava e matava pirarucu (...) não tava nem aí. Agora não pode.”

(Homem, 78 anos de idade, casado há 50 anos. Alvarães, 2010).

3.2. Atividades não-agrícolas e de sustentabilidade dos recursos naturais e complementação de renda por benefícios sociais.

No início deste século vários estudos têm abordado a questão da renda familiar no meio rural brasileiro como uma renda não exclusivamente agrícola, ou seja, da produção de atividades agrícola, pecuária, pesca e de extração, composta também por outras formas de complementação de renda e ocupação de atividades não-agrícolas. Essa evidência é maior em áreas rurais com atrativos naturais e integrada com a questão da preservação ambiental que estimula o turismo ecológico, ecoturismo e turismo da natureza, algumas das várias denominações atribuídas para identificar o turismo sustentável que se diferencia do turismo tradicional (ABRAMOVAY, 2003; ANJOS, et al. 2004; BEZERRA, 2005; CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2004; GRAZIANO DA SILVA, et al. 2002; SHNEIDER, 2004).

Entre as formas de complementação de renda no meio rural destacam-se os benefícios concedido por políticas sociais do governo como: as aposentadorias rurais, as pensões, o Bolsa Família, o Bolsa Floresta, o salário-maternidade e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para citar alguns, que junto com as ocupações rurais não-agrícolas são considerados como medidas de estratégia para o desenvolvimento territorial rural (ANJOS, et al. 2004; VEIGA, 2001).

Com o ordenamento territorial a partir da criação da Reserva Mamirauá, a produção foi orientada de forma a assegurar o uso sustentado dos recursos na tentativa de conservar a rica biodiversidade da floresta de várzea. Neste sentido, Vila Alencar recebeu do IDSM apoio e incentivo para a formação da Associação de Mulheres de Vila Alencar (AMUVA) em 1998, tendo como objetivos o resgate e a valorização das práticas artesanais locais para serem repassadas de geração a geração. Por este motivo, a prática artesanal se tornou uma alternativa econômica entre as famílias. O Programa de Ecoturismo, implantado em 1998, foi outra forma de geração de renda para a população

local, beneficiada pelo fato de que a área de manejo do ecoturismo está localizada no mesmo setor que a comunidade de Vila Alencar, proporcionando a participação principalmente dos jovens, como gerente administrativo, guia turístico, auxiliar de cozinha, prestação de serviços (pintura, reforma etc.), venda da produção agrícola e de artesanato e participação política na Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo (AAGEMAM)⁴⁸ (BEZERRA, 2005).

Estas iniciativas em torno do artesanato e do ecoturismo são exemplos de atividades econômicas alternativas, de caráter tradicional ou não-tradicional e de baixo impacto ambiental e social, implementadas pelo Instituto Mamirauá e que fazem parte de um conjunto de medidas compensatórias às proibições e restrições com a criação da unidade de conservação. Estas novas práticas alternativas à economia local complementam o modelo de proteção à biodiversidade com a presença de populações humanas, que tem por finalidade garantir uma diminuição na demanda sobre os recursos naturais (BEZERRA, 2005; MOURA, 2007; SCM, 1996).

A Pousada Flutuante de Ecoturismo, denominada de Uacari em homenagem a espécie *Cacajao calvus calvus* ameaçado de extinção e endêmico na área da RDSM, foi inaugurada em 2001. Sete localidades, incluindo Vila Alencar, estão localizadas próximas a zona de manejo especial de ecoturismo, em destaque na figura 8, estabelecida no plano de manejo.

As localidades participantes das atividades de ecoturismo foram orientadas pelos agentes de desenvolvimento sustentável do IDSM para a elaboração de um mapeamento turístico participativo na finalidade de estabelecer um levantamento e planejamento de quais seriam os pontos atrativos conciliados com o ciclo sazonal da várzea e como conduzir o turista durante as visitas (BEZERRA, 2005).

As atividades de ecoturismo subsidiam a população através da geração de atividades sócio-econômicas de mínimo impacto ambiental e melhoria da qualidade de vida. Além da geração de renda para as famílias, os excedentes gerados são divididos (50%) entre as sete localidades, segundo critérios de avaliação acordados entre os moradores em onze normas de conduta e (50%) para as atividades de fiscalização dessa área (BEZERRA, 2005).

⁴⁸ Esta associação foi criada em 1999 por meio de uma oficina promovida pelo IDSM sobre associativismo, com o objetivo de ser parceira na gestão da Pousada Uacari e na capacitação dos trabalhadores e organização das localidades do setor Mamirauá para participarem das atividades de ecoturismo, tem a função também de tomar decisões na divisão dos excedentes gerados pela Pousada (BEZERRA, 2005).

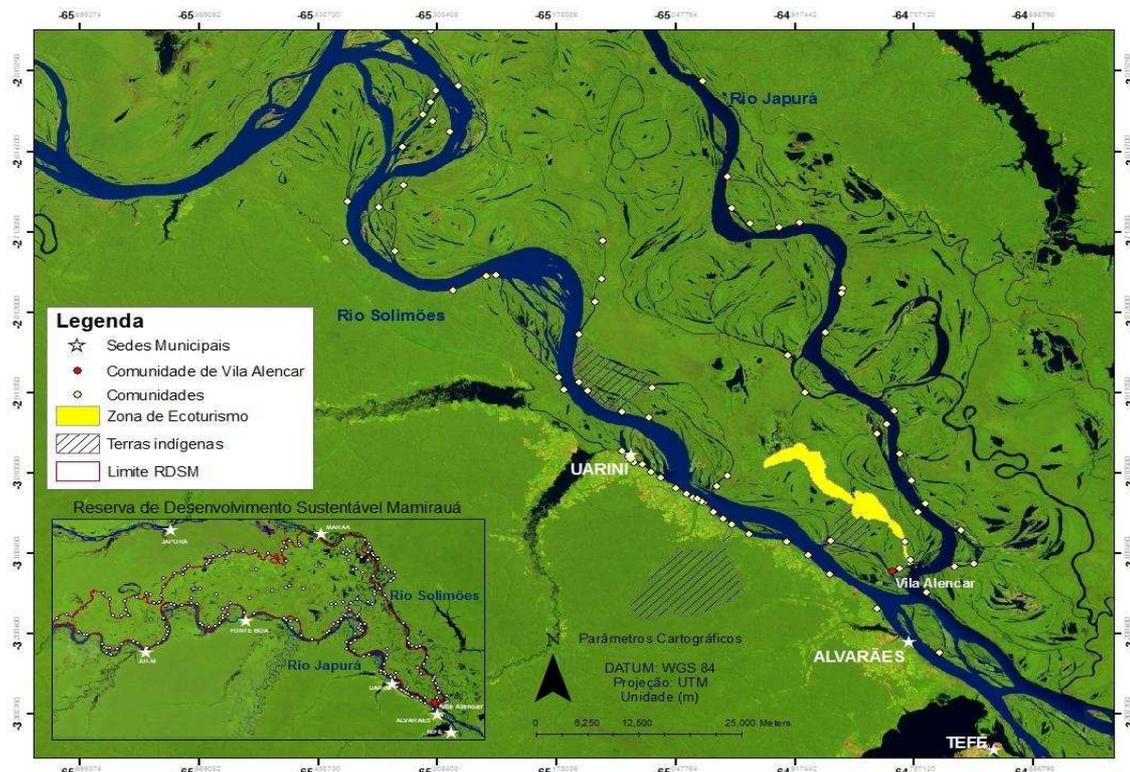


Figura 8. Localização da zona de ecoturismo e da localidade de Vila Alencar na RDSM Mamirauá.

Fonte: Geoprocessamento do IDSM, 2009.

As políticas de conservação favorecem outras oportunidades de renda que abrem “caminho” para atividades econômicas que se diferenciam do tipo de trabalho organizado a partir da unidade familiar camponesa, conforme descrito no Capítulo 1 deste trabalho. Estas novas atividades, em sua grande maioria, constituem-se em trabalho não-familiar, que se realiza para além das atividades de organização familiar rural.

O quadro 1, apresenta a diversificação das ocupações que geram renda em forma de salários e prestação de serviços, comparando os anos de 1995 e 2005. Observa-se que a oferta de novas possibilidades de obtenção de renda em Vila Alencar no período de 2005, como assistente de pesquisa, vigia, fiscal, carpinteiro, zelador, cozinheira, guia turístico e pintor, expressa o envolvimento dos grupos domésticos com os programas do IDSM.

Quadro 1. Relação das ocupações que geram salários ou pagamento por prestações de serviços. Vila Alencar-1995-2005

1995	2005
Assistente de pesquisa	Agente de saúde
Agente de saúde	Assistente de pesquisa
Professor	Carpinteiro
	Cozinheira
	Fiscalização
	Guia turístico
	Pintor
	Professor
	Vigia
	Zelador

Fonte: Banco de Dados do Monitoramento Socioeconômico do IDSM, 1995 e 2005.

A maioria dos jovens moradores de Vila Alencar desenvolve alguma atividade de trabalho relacionada ao manejo de ecoturismo ou às demais atividades ligadas ao Instituto Mamirauá. Tanto os jovens quanto os moradores mais velhos da comunidade vêem nestas atividades uma oportunidade de permanecer morando na localidade, mas sem exercer trabalhos “*penosos*” e “*perigosos*”, é como os moradores se referem ao trabalho na roça, e que muitas vezes avaliado pelos mais velhos como um trabalho que “*não dá futuro*” para os filhos.

As mudanças na economia local, decorrentes dos investimentos realizados por políticas de intervenção ambiental e social direcionados às práticas de uso sustentado dos recursos e na melhoria na qualidade de vida da população, produziram como principal resultado um grande crescimento de atividades não vinculadas diretamente ao trabalho na terra e um novo leque de opções de trabalho e renda para os moradores locais.

O relato abaixo de um dos moradores mais antigos da comunidade revela as aspirações pela oportunidade em desenvolver outras atividades que não estão vinculadas ao trabalho da terra:

“[o Mamirauá] trouxe trabalho para quem não tinha. Antes quem não tinha roça passava fome, agora têm mais oportunidades de arrumar trabalho, a gente não precisa ter só a roça”.

(Mulher, 40 anos, casada há 21 anos. Vila Alencar, 2008).

Assim como também os relatos dos jovens maridos:

“A fartura do peixe acabou, agora tem a época certa pra pegar o peixe. Antes, no tempo dos nossos pais tinha muito

pirarucu, aí ninguém preservou, e agora pode se acabar se não preservar. Aí o trabalho no ecoturismo é bom pra gente agora, porque ajuda na falta da pesca”.

(Homem, 24 anos, casado há 5 anos. Vila Alencar, 2003).

“Antigamente as pessoas só trabalhavam com a roça, e o trabalho da roça é pesado. Agora os novos casais estão fazendo algum trabalho que está ligado ao projeto [Mamirauá], trabalhando no ecoturismo, na fiscalização ou no flutuante do boto”.

(Homem, 29 anos, casado há 5 anos. Vila Alencar, 2003).

Para participar das atividades de ecoturismo a população recebe treinamento dos técnicos do IDSM e da AAGEMAM e também tem que respeitar onze normas de conduta que se referem: à participação na organização política do Setor Mamirauá, no uso sustentável dos recursos naturais e acatamento as normas da gestão do turismo (BEZERRA, 2005).

Para atender a esta nova dinâmica o IDSM investiu em capacitações das populações para que pudessem participar das possibilidades oferecidas no mercado, em especial do *mercado ecológico*. Entre os anos de 2000 a 2006, o IDSM subsidiou treinamento para guias locais, de copa, cozinha e governança de ecoturismo; cursos para guias comunitários, de noções básicas de contabilidade; de inglês básico para hotelaria; computação; manutenção de motores de voadeira e primeiros socorros, para citar alguns da extensa lista de cursos, treinamento e capacitações que imprimem novos códigos de conduta na relação com os recursos naturais (MOURA, 2007).

Em Vila Alencar algumas mulheres, além de exercerem atividades na Pousada de Ecoturismo, participam ainda das atividades de produção de artesanato para atender a demanda de turistas. As decisões sobre a produção do artesanato, como a organização da venda, melhor forma de confecção (uso de produtos extraídos da floresta: sementes, cipós, talas, madeira e argila) e valor atribuído aos artefatos são discutidos pelos associados da AMUVA, organismo responsável pelo gerenciamento contábil da produção e que foi criada e formalizada com o apoio das capacitações sobre associativismo por intermediação do IDSM.

As populações da RDS Mamirauá também fazem parte das ações de prioridade do Governo Federal, com a presença de programas voltados para a cidadania e inclusão social, sobretudo através da saúde e educação. Neste campo de atuação, a população de Vila Alencar é beneficiada pelos programas sociais Bolsa Família e pelas aposentadorias rurais.

Considerando o Índice de Desenvolvimento da Família⁴⁹ (IDF) e suas seis dimensões básicas para as condições de vida – sendo estas: ausência de vulnerabilidade; acesso ao conhecimento; acesso ao trabalho; disponibilidade de recursos; desenvolvimento infantil e condições habitacionais – destaca-se que as famílias de Vila Alencar por apresentarem entre seus membros familiares muitas crianças e adolescentes, estão mais vulneráveis o que sugere um aumento dos recursos necessários para a satisfação das necessidades básicas da família (BARROS, R. et al, 2003).

Em 2006, do total de 25 domicílios em Vila Alencar, 32% da população se beneficiavam com o Bolsa Família. Em 2008, dos 24 domicílios habilitados para a concessão do benefício, 46% recebem o benefício e 13% foram cadastrados, mas nunca receberam por informação incompleta ou falta de documentação. Do total de 41 (em 2008) crianças e adolescentes na faixa etária entre 6 e 17 anos de idade⁵⁰, 66% estão cadastradas e recebendo o benefício. O valor médio do benefício concedido pelo governo por núcleo familiar é de R\$ 104,20 (min. R\$ 70,00 e máx. 124,00). Quanto aos aposentados rurais do total de 10 moradores com 55 anos ou mais de idade⁵¹ em Vila Alencar, 70% estavam aposentados em 2008. Nessa condição, ter crianças e adolescentes nos domicílios é outra fonte de renda familiar, o que no caso da sazonalidade da várzea, significa uma renda relativamente mais estável.

A presença de benefícios sociais do governo como o Programa Bolsa Família, as aposentadorias e pensões compõe a renda familiar de outras localidades da RDS Mamirauá. Do total de 312 domicílios da RDSM em 2006, 22% se beneficiavam com o Programa Bolsa Família (PBF) e do número de pessoas com mais de 55 anos de idade moradoras na reserva (n= 108) 58% estavam aposentadas (MOURA, 2006).

⁴⁹ O Índice de Desenvolvimento da Família é um índice construído pelo IPEA é que tem por finalidade agregar informações temáticas sobre as famílias que é representado em seis dimensões avaliadas a partir das informações da PNAD.

⁵⁰ É a faixa etária que compreende a condicionalidade relacionada à educação, que exige frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos de idade, conforme definição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades>>

⁵¹ É a idade mínima que os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade, sendo com cinco anos a menos que os trabalhadores urbanos: aos 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, de acordo com o Ministério da Previdência Social.

Disponível em: < http://www.mpas.gov.br/pg_secundarias/beneficios_02.asp>. Acessado em: 6 jan. 2009.

Os moradores de Vila Alencar entendem o PBF como uma ajuda do governo que serve:

“É para a gente comprar com o benefício às coisas para a criança, para o estudo, o calçado e para se alimentar”.

(Mulher, 26 anos de idade, casada há 6 anos. Vila Alencar, 2008).

“(...) digo assim, pra mim não é muito, mas já é uma ajuda pra nós aqui né, ribeirinho”.

(Mulher, 22 anos de idade, casada há 5 anos. Vila Alencar, 2008).

“(...) é um recurso do Governo, e se não levar as crianças pra pesar e se não estiverem na escola é bloqueado”.

(Mulher, 34 anos de idade, casada há 8 anos. Vila Alencar, 2008).

“(...) não sei nem lhe explicar, foi o Governo Lula que fez esse benefício para as pessoas carentes. Começou com o Bolsa Escola e agora é Bolsa Família. Agora a gente é muito fiscalizado sobre esse cartão, [porque] se o meu filho não estiver indo para a escola eu perco o recebimento dele. Quando fui cadastrar este ano, já tive que levar o boletim dele.”

(Mulher, 38 anos de idade, casada há 19 anos. Vila Alencar, 2008).

As políticas de desenvolvimento sustentável e social nessa localidade têm contribuído com uma diminuição do trabalho na produção da agricultura. Os moradores se encontram ligados à natureza, menos como cultivador e mais na condição de guardião da floresta ao passo que as famílias são também consideradas em situação de pobreza e extrema pobreza e por este motivo estão auxiliadas por benefícios sociais.

Segundo considerações feitas pelos moradores, o que é bom na localidade é a facilidade de obter alimentos nas terras férteis, mas o trabalho na roça, considerando as adversidades encontradas no interior da floresta, é avaliado como uma tarefa *penosa* pelo esforço em ter que abrir a mata, limpar o terreno, fazer o plantio e depois a colheita; e *perigosa* pela possibilidade em encontrar no caminho para a roça animais como a onça, a cobra e sofrer acidentes com os instrumentos de trabalho.

A implementação de políticas no cotidiano da população de Vila Alencar, traduz-se em uma possibilidade de uma renda mais estável, ou seja, menos dependente

dos ciclos produtivos que se configuram com a sazonalidade da várzea, e neste sentido, configura-se em Vila Alencar um *novo rural* em desenvolvimento.

3.3. Nova dinâmica familiar e mudanças econômicas entre os casais de Vila Alencar.

Segundo Lima e Moura (1998), o elemento básico para a reprodução da sociedade constitui-se na reposição social dos grupos domésticos, onde o ciclo de desenvolvimento incorpora, concomitantemente, elementos internos do grupo e elementos externos presentes na estrutura social, sujeita à mudanças. Neste sentido, na relação com as novas propostas de desenvolvimento as famílias reelaboram suas estratégias de reprodução social e estrutura familiar.

A partir de uma pesquisa realizada entre oito localidades da RDS Mamirauá em 2008⁵², comparando três categorias de casais: jovens, adultos e mais antigos⁵³, constatou-se que Vila Alencar apresenta a maior distribuição de grupos familiares jovens (23%), do total de 30 famílias jovens pesquisadas entre as oito localidades. Internamente, a estrutura familiar da localidade de Vila Alencar também é composta na maioria por casais jovens, sendo de 37% do total de 19 grupos familiares em 2008. Em média estas famílias são compostas por quatro pessoas, sendo o casal e seus filhos.

Estudos realizados em localidades amostrais da RDS Mamirauá – dentre estas Vila Alencar – sobre a saúde reprodutiva identificaram que a idade média da última gestação é de 45 anos de idade, por causa deste longo período reprodutivo, as taxas de fecundidade⁵⁴ para dois períodos de pesquisa apresentaram-se elevados, sendo oito filhos por mulher em 1995 e 10 filhos em 2008 (MOURA e LIMA, 1995; MOURA e FARIAS, 2008).

Em 2006, a partir de um estudo com oito mulheres jovens de Vila Alencar, entre 20 e 25 anos de idade, identificou-se uma tendência à redução do número médio de filhos desejados, sendo de três filhos por mulher (min.= 2, max.= 5), segundo o

⁵² Conforme já esclarecido nas partes iniciais deste estudo, esta pesquisa refere-se ao levantamento sociodemográfico do projeto Indicadores Ecológicos de Saúde realizada em oito localidades da RDS Mamirauá.

⁵³ Pela dificuldade em obter a informação precisa sobre os anos de união conjugal entre as famílias rurais da RDS Mamirauá, estas categorias foram construídas tendo por base a idade dos filhos mais velhos, pois na maioria dos casos as uniões conjugais ocorrem com menos de um ano de namoro e por ocasião acompanhada da primeira reprodução do casal.

⁵⁴ Considerou-se a faixa etária de 40 a 45 anos de idade para estimar o número médio de filhos nascidos vivos.

relato de uma jovem mãe “(...) três é o suficiente, o meu objetivo era ter um menino e duas meninas, já é o suficiente para dar uma educação melhor (...)” (CORRÊA, 2006). Em 2008, as mulheres entre 20 e 29 anos possuíam em média dois filhos, dessa forma constatou-se que a taxa de fecundidade das mulheres jovens de Vila Alencar tendencia a ficar no nível de reposição populacional, que é de dois filhos por mulher⁵⁵. As mulheres na faixa etária de 40 anos já fizeram laqueadura e as mais jovens relataram que fazem uso da pílula contraceptiva (MOURA, 2008).

Em relação às famílias jovens e adultas as entrevistas, para este estudo, em 2010, identificaram que dentre as mulheres com 28 a 38 anos, a maioria, já estavam esterilizadas e possuem em média três filhos.

Em 1993, a atividade econômica que se destacou em Vila Alencar foi a agricultura, com o cultivo de mandioca, banana, milho e feijão. A banana e a farinha, além de serem consumidos diretamente pelas famílias, também eram vendidas nos comércios de Alvarães e Tefê (ALENCAR, 1993).

Informações referentes ao ano de 1995 sobre a composição do orçamento familiar registraram que as fontes de renda monetária são características de uma economia doméstica camponesa, com a venda de produtos oriundos do trabalho familiar como a produção de farinha, retirada da madeira e a pesca, entre outros, alternadas de acordo com as estações do ano. Além disso, fazem parte também das estratégias de reprodução social, outras importantes fontes de renda que não estão vinculadas ao trabalho camponês tradicional também compõem o orçamento doméstico, destacam-se neste ponto o trabalho assalariado e as prestações de serviços e os benefícios de transferência de renda.

A fonte de renda das famílias de Vila Alencar pode ser representada pela seguinte equação: Fonte de renda= venda da produção + salários ou prestação de serviços + benefícios sociais. Na venda da produção estão os itens da agricultura, artesanato e, eventualmente, da pesca, criação de animais e extrativismo madeireiro e não-madeireiro; entre os salários estão as atividades de agente de saúde, professor municipal e funcionários do IDSM (com atividades de fiscalização, promotor comunitário e do ecoturismo); nas prestações de serviços estão as atividades para a

⁵⁵ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2007 registrou-se 1,95 nascimentos por mulher. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>>. Acesso em: 2 de maio de 2010.

Pousada de Ecoturismo e assistentes de pesquisa e por fim, nos benefícios sociais identifica-se a presença das aposentadorias e da Bolsa Família.

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas assume papel importante na composição da renda familiar, o que traz novas perspectivas a reprodução social. A renda média oriunda de salários e prestações de serviços para 1995 foi de R\$ 839,33 (n= 6 famílias) e para 2005 foi R\$ 4.935,58 (n= 5 famílias).

A tabela 1 mostra que a renda média anual familiar na localidade de Vila Alencar, em 1995, era de cerca de R\$ 1.000,00 (6 famílias) e passou a R\$ 5.000,00 no ano de 2005 (5 famílias), representando um extraordinário aumento de mais de 300%. No ano de 1995, a maior contribuição para a renda familiar (76%) era a prestação de serviços e em 2005, o maior percentual, 87% foi originário de salários junto com as prestações de serviços.

Tabela 1. Contribuição percentual de cada fonte de renda, 1995-2005.

Período	Renda média (R\$)	% das fontes de renda		
		Vendas da produção	Salários e prestações de serviços	Benefícios sociais do governo
1995 (n= 6 famílias)	1.101,05	24	76	—
2005 (n=5 famílias)	5.683,68	7	87	6

Fonte: Banco de Dados Socioeconômico, IDSM, 1995 e 2005.

Em dez anos (1995 e 2005), a venda da produção do pescado diminuiu 65 p.p.⁵⁶ e a produção com a venda de artesanato ganhou destaque em 2005. A venda da produção da agricultura também se destaca, pois em sua grande maioria é comercializada para a Pousada de Ecoturismo.

Segunda a fala de uma das moradoras mais antigas de Vila Alencar, a venda da produção de agricultura para a Pousada de Ecoturismo foi importante porque “(...) trabalhei na Vila vendendo verdura pro Ecoturismo quando fundou e construí minha casa com o dinheiro das minhas verduras.” (Figura 9).

⁵⁶ pontos percentuais.

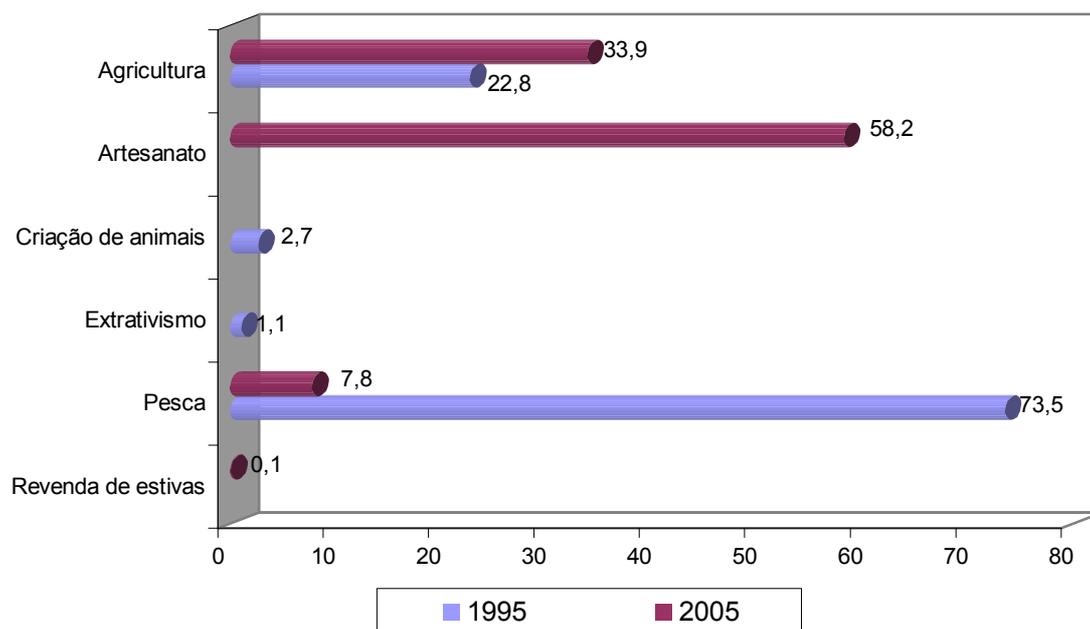


Figura 9. Distribuição percentual da venda de produtos pelos moradores de Vila Alencar, 1995 (n= 6 famílias) e 2005 (n= 5 famílias).

Fonte: Banco de Dados do Monitoramento Socioeconômico do IDSM, 1995 e 2005.

De acordo com análises da renda doméstica e sazonalidade, em sete localidades da RDS Mamirauá para o ano de 2005, Vila Alencar se destacou pelo maior percentual de renda composta por salários, prestações de serviços para o IDSM e benefícios sociais do governo, representando 90% da renda da comunidade. Deste montante, 55% são provenientes das atividades de prestação de serviços ligadas ao ecoturismo (PERALTA et al, 2009).

Os dados apresentados na tabela 2 ressaltam as mudanças ocorridas no acesso à renda monetária em Vila Alencar a partir dos programas de desenvolvimento social do IDSM e do acesso aos benefícios sociais do Governo Federal. Nessa tabela os dados estão distribuídos considerando as etapas de formação dos grupos familiares, distinguindo as condições daquelas famílias com até cinco anos de união conjugal e as famílias com mais de cinco anos de união, moradores na localidade no ano de 2005.

Em Vila Alencar os casais que estão no início de sua formação conjugal, geralmente estabelecem sua primeira moradia na casa dos pais de um dos cônjuges ou de parentes e o tempo para se obter residência própria constitui-se em média entre um a cinco anos de união conjugal, como o tempo necessário de formação e estabilização do jovem grupo familiar (CORRÊA, 2006).

Tabela 2. Distribuição percentual das fontes de renda por famílias segundo tempo de união. Vila Alencar 2005.

Fonte de renda		Famílias até 5 anos de união (n= 3 famílias)		Famílias + de 5 anos de união (n= 11 famílias)	
		Nº de famílias	%	Nº de famílias	%
Venda da produção	Agricultura	1	0,3	14	5,6
	Artesanato	3	7,9	4	2,7
	Pesca	1	0,9	4	1,1
	Madeira serrada	—	—	1	0,7
Benefícios, Salários e Diárias	Aposentadoria	—	—	3	9,1
	Prestação de serviços	3	22,5	9	34,1
	Salários	2	61,2	7	42,2
	Programa Bolsa Família	1	7,1	9	4,5
Total		—	100	—	100

Fonte: Banco de Dados do Monitoramento Socioeconômico do IDSM, 2005.

A tabela 2 mostra a contribuição relativa de cada fonte de renda na formação da economia doméstica camponesa de Vila Alencar e a presença de novos elementos na composição desta renda, que indicam características de mudanças e desenvolvimento de um novo rural, tanto para os grupos mais antigos, com mais de cinco anos de união, quanto para os grupos em formação, ou seja, de até cinco anos de união.

Conforme apresentado na tabela, percentualmente, se destacou a renda das atividades assalariadas, 61% entre as famílias com até cinco anos de união e 42% entre as famílias com mais de cinco anos de união conjugal. Os salários e a prestação de serviços constituem-se dessa forma, a maior fonte proporcional de renda na comunidade. É importante destacar também que as famílias exercem mais de uma atividade econômica, assim como também é possível perceber, na tabela 2, o aumento do número de grupos familiares em Vila Alencar envolvidos nas atividades de prestação de serviços e salários.

A análise para o período de 2005 identifica que a confecção de artesanato e a ocupação como auxiliar de cozinha e guia turístico para a Pousada de Ecoturismo tem ganhado destaque na obtenção de renda em Vila Alencar. Na tabela 2, entre as famílias com mais de cinco anos de união, a venda da produção da agricultura é, em sua grande maioria, destinada à Pousada de Ecoturismo e a produção de artesanato entre as famílias com até cinco anos de união conjugal é para atender a demanda de turistas que visitam a localidade.

Observa-se ainda, na tabela 2, a presença do Programa Social do Governo Federal Bolsa Família para o ano de 2005 e das aposentadorias rurais na composição da renda familiar em Vila Alencar. Do total de 3 famílias com até cinco anos de união 1 recebe este auxílio e de 11 famílias com mais de cinco anos de união, 9 estão recebendo o benefício.

A complementação de renda com o Bolsa Família em sua maioria é usada mensalmente para a compra do “*rancho*”⁵⁷ e de roupas para os filhos. A compra do material escolar ocorre somente em dois períodos do ano e produtos de bens duráveis também são itens de investimento com o Programa Bolsa Família (PBF), a exemplo de colchões e televisores. Segundo o documento “Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família”, elaborado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR, 2007), percebe-se que Vila Alencar corresponde ao padrão da região Norte em relação ao gasto domiciliar, onde o consumo se concentrou no aumento de alimentos e em vestuários infantis.

3.4. Entre o rural e o urbano: intensificação de relações sociais e econômicas.

“A sociologia rural no Brasil teve como ponto de partida o ‘exotismo’ da vida de caipiras, caboclos, tabaréus, isto é, dos homens do campo, seja qual for o nome por que são conhecidos nas diversas regiões do país”, chamou atenção dos estudiosos pela perspectiva conservacionista da vida (QUEIROZ, 1979, p. 160).

No século XIX, a relação do rural e do urbano no Brasil, de forma coincidente ou não, a partir do processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico, se torna alvo das análises e estudos sociológicos, uma vez que não existem processos exclusivamente rurais. E por este motivo, mesmo que a princípio os estudos rurais, em alguns casos, sejam exclusivamente concentrados na área rural, não se pode deixar de considerar o *contínuo* rural-urbano, que significa uma gradação infinita que varia de acordo com as circunstâncias e a estrutura sociocultural em que se encontram as sociedades (QUEIROZ, 1979; SOLARI, 1979). A relação rural e urbana que constatei neste estudo, se intensifica, mais recentemente, a partir das transformações políticas do Estado brasileiro, através da oferta de bens e serviços.

⁵⁷ Expressão local que significa a compra dos itens básicos da alimentação no mercado.

O rural apresenta-se, desde a década de 90, em processo de mudança com a intervenção de políticas públicas que reconfiguram as estruturas de relações, propriedades que se encontram na origem dos indivíduos reunidos, que os classificam como distintivo e que passam a compartilhar das *propriedades secundárias*⁵⁸, conjunto de características auxiliares, que tacitamente integram o sistema de disposição (BOURDIEU, 2008).

O modo de vida dos moradores de Vila Alencar exprime a sua maneira de conviver com as possibilidades do espaço social rural. A renda doméstica ligada ao cultivo da terra e ao uso de recursos naturais de um ambiente de várzea limitava as relações sociais da população aos espaços da pequena localidade. Entretanto, os processos estruturantes advindos com as novas formas de gestão do Estado, leis e políticas públicas, redimensionam as relações sociais e comerciais entre Vila Alencar e os núcleos urbanos, Tefé e Alvarães.

Vila Alencar, administrativamente, pertence ao município de Uarini, mas sua população utiliza os serviços de educação, saúde e comércio nas sedes dos municípios de Alvarães e Tefé, por serem os mais próximos desta localidade. O município de Tefé possui cerca de 64.671 habitantes (IBGE, 2009), é o principal centro urbano da região do Médio Solimões com uma infra-estrutura composta por: agências bancárias, serviços de saúde, aeroporto, porto fluvial, órgãos públicos como o IBAMA, o Exército Brasileiro e uma unidade da Universidade Estadual do Amazonas (UEA)⁵⁹ e uma economia que se destaca com a comercialização de vários tipos de pescado, gerando divisas para o município e também para o Estado.

O município de Alvarães apresenta 13.566 habitantes (IBGE, 2009) habitantes e as principais atividades econômicas são: a agricultura, a pesca e estabelecimentos comerciais. O principal acesso ao município é por via fluvial e os serviços de saúde e educação são todos públicos. Em 2010, foi implantado o primeiro curso de graduação da UEA em Alvarães, em Licenciatura Intercultural Indígena.

Pela proximidade geográfica, o maior fluxo de mobilidade em busca de serviços é para Alvarães. O tempo de deslocamento fluvial varia de acordo com a potência da condução, com o volume da produção da agricultura e o número de pessoas

⁵⁸ Que significa inserir uma variável nova – podendo estabelecer os agentes em uma nova classificação – no sistema de variáveis que se encontra na origem de uma determinada classe (BOURDIEU, 2008).

⁵⁹ Os cursos oferecidos pela UEA em Tefé são: Pedagogia, Normal Superior e os cursos de licenciatura em Biologia, Física, Geografia, História, Matemática, Letras, Química, Educação Física e Intercultural Indígena.

na embarcação, mas, sobretudo o fator ambiental é o traço determinante. No período da cheia a viagem dura 45 minutos “*baixando*” para a cidade e 1 hora “*subindo*” para a comunidade, usando como transporte uma canoa que carrega na popa um motor rabeta, geralmente, de potência 5,5 hp. De acordo com o relato de um morador que costuma ir semanalmente a Alvarães afirma que “*(...) na cheia é mais fácil a gente pega a canoa aqui na beira (...) é mais perto*”.

Durante a seca quem precisa se deslocar até a cidade faz um percurso que dura em média 45 minutos de caminhada pela praia até a saída do Paraná,⁶⁰ onde ficam atracadas as embarcações, o barco mantido pela prefeitura para transporte dos alunos e das canoas dos moradores, na beira do rio. Segue quase uma hora para ir e de retorno é pouco menos que duas horas. Em geral cada chefe de domicílio possui um motor rabeta, mas na estação da seca pela dificuldade de deslocamento os moradores vão pouco à cidade.

Quando os moradores precisam se deslocar até Tefé chegando à Alvarães pegam uma condução até a localidade de Nogueira, que demora em média uma hora de carro e 40 minutos de moto. O percurso entre Nogueira e Tefé é feito por uma catraia⁶¹ que dura aproximadamente 40 minutos. Dificilmente os moradores realizam o trajeto entre Vila Alencar e Tefé direto pelo rio, pois o tempo de viagem somente de ida dura mais de três horas.

Os custos dos moradores para se deslocarem até Alvarães e retornarem para a localidade usando o “*rabetinha*”, é como se referem ao transporte, durante a cheia, é em média de dois litros de combustível para todo o percurso e na “*seca gasta mais a pisada*”, quatro litros (1 litro custa em média R\$ 3,00). Quando vão para Tefé o custo aumenta, pois pagam R\$ 5,00 na condução via terrestre e depois mais R\$ 5,00 na catraia. Esses valores são pagos por pessoa e para cada trecho, ou seja, para percorrer o trajeto Alvarães-Tefé-Alvarães o custo de transporte, por pessoa, é de R\$ 20,00.

Essa relação entre a população de Vila Alencar e os municípios próximos, principalmente Alvarães e Tefé, foi intensificada pela presença dos benefícios de transferência de renda. Na situação da várzea com as variações sazonais, diante do risco em haver uma grande enchente ou seca, esse benefício significa ter uma renda garantida todos os meses, trazida pelas aposentadorias rurais e o Bolsa Família.

⁶⁰ É um braço de um rio que liga duas pontas do rio.

⁶¹ Pequena embarcação conduzido por uma só pessoa, com lotação entre 7 a 12 passageiros.

Com as mudanças na renda familiar, os moradores de Vila Alencar passaram a frequentar mais os centros urbanos e encontram-se situações em que as famílias estão mantendo duas moradias, uma na localidade e outra na cidade. É possível perceber moradias que durante muitos dias da semana ficam fechadas. São domicílios de moradores que possuem casa também na cidade e costumam ir somente ao final de semana passar poucos dias em Vila Alencar. Permanecer com uma moradia na localidade significa que os moradores vão retornar e continuam ocupando o lugar (MOURA, 2007), inclusive colocando roça e pescando em lagos dentro área da Reserva. De um total de 24 famílias, em 2008, quatro possuem casa em Alvarães e uma em Tefé. Outro fator de proximidade com a cidade, são os casos em que as famílias conseguem mandar os filhos para estudarem em Alvarães, na maioria das vezes a partir da 5ª série escolar.

Novas relações se estabeleceram entre o rural de Vila Alencar e o urbano de Tefé e Alvarães, proporcionado pelo movimento constante dos agentes sociais que participam dos processos estruturantes das políticas sociais e ambientais. Esta nova relação rural-urbana ocorre pela possibilidade de adquirir na cidade os bens e serviços que não podem ser encontrados em Vila Alencar. Entretanto, os moradores elegem a localidade para residir permanentemente, julgam que em caso de necessidade podem conseguir o “*sustento*” do dia-a-dia nas redondezas das moradias, diferente da cidade onde todo produto, mesmo o peixe, tem que ser comprado no mercado.

As falas seguintes, de um jovem pai, ilustram a preferência da maioria dos moradores por preferirem morar em Vila Alencar: “*Gosto de morar na comunidade, porque na cidade tudo compra, gosto de ir lá, mas prefiro tá na comunidade*”. “*(...) na comunidade pode dormir de porta aberta e lá [em Alvarães] tudo é perigoso*”.

Entre as famílias mais antigas foi possível observar em suas falas que havia uma tendência de constituírem moradia na cidade em busca de “*cuidar da saúde*”, pois já não “*servia mais pro trabalho*”, porque estão cansados, “*velho,*” ou sofrem de alguma doença e também ter uma casa na cidade é um amparo para toda a família na época da seca, pois “*é muito ruim no verão*” e nas situações das grandes cheias.

No entanto, comprar a casa e se manter na cidade só se tornou possível porque os mais velhos recebem aposentadoria rural e em alguns casos recebem também o auxílio do Bolsa Família, pelos filhos que estão estudando. Dentre as quatro famílias mais antigas entrevistadas, três possuem casa em Alvarães e fizeram empréstimo para poder efetuar a compra.

“Eu disse pro meu esposo: - digo vou comprar uma casa na cidade pra ver que mudança que tem né! Porque nasci, me criei e estou com 57 anos morando na Vila, nunca sai pra morar num outro canto [risos] vou morar aqui [Alvarães] uns dias, pra ver que diferença que tem (...). Mas eu estou gostando, a vida da cidade não é do interior né! Aqui na cidade você não tem vizinho pra tá batendo papo, como no interior, que a gente está com vontade se senta e vai conversar, vai andar pela casa do outro. Aqui na cidade amanheceu o dia todo mundo procura seu trabalho. (...) a gente conhece os vizinhos assim de vista né! Não tem entrosamento (...).”

(Mulher, 57 anos de idade, casada há 38 anos. Alvarães, 2010).

“E aqui na cidade é bom, mas é ruim. Porque aqui no que você abre a porta da casa, você já amanhece o dia comprando tudo e lá não a gente tem a banana, tem a macaxeira, o jerimum, tudo que a gente planta, a mandioca que faz a farinha, o peixe ninguém compra e aqui [Alvarães] não, amanheceu o dia já comprando o pão, compra o peixe, amanhece o dia comprando as coisas. Na cidade só é bom quando você tem o seu dinheiro, aí você não sofre de nada, só com a doença mesmo. Porque a doença não tem remédio e nem dinheiro que cure (...). Mas se você quer comer uma carne, você tem, se você quer comer ovo, o que for tem se você tiver dinheiro pra comprar. No interior são mais difíceis essas coisas, se você não plantar mesmo não tem!”

(Mulher, 59 anos de idade, casada há 41 anos. Alvarães, 2010).

É importante destacar que os filhos desses casais mais antigos também já possuem casa na cidade e em Vila Alencar, para poderem levar os filhos para estudar. E outros se mudaram de vez para Alvarães, seja porque conseguiram algum trabalho ou porque casaram, e quando vão à Vila Alencar é para passear, participar dos festejos ou pescar, mas geralmente não têm vontade de voltar a morar no interior, porque no período da seca os moradores costumam dizer que *“tá complicado, seca muito”*.

A figura 10, abaixo, mostra as casas em Alvarães de duas das famílias mais antigas de Vila Alencar. Estas famílias também possuem domicílios na comunidade, mas durante o mês passam a maior parte dos dias na cidade.



Figura 10. Casas de moradores de Vila Alencar em Alvarães. Fotos: Dávila Corrêa

Os moradores passaram a usufruir com mais frequência de produtos adquiridos na cidade. Em relação à compra do “*rancho*”, a maioria dos moradores destaca sua preferência por Tefé, embora mais distante que Alvarães, pois em Tefé existe uma maior variedade de produtos e oferta de preços. O maior fluxo de entrada de produtos industrializados em Vila Alencar, proporcionado pela oferta de novas possibilidades de obtenção de renda, redefine as relações com o mercado muito mais no sentido de potencializar o consumo de bens duráveis e não-duráveis do que de fortalecer a venda da produção local.

A presença de uma renda doméstica mais estável e diversa, a partir do envolvimento da população de Vila Alencar, tanto nas políticas ambientais quanto pelas políticas de desenvolvimento social, impulsiona para o consumo no mercado urbano e reflete mudanças no padrão de consumo dos moradores da RDSM, que aos poucos tendem a substituir as panelas de barro, fogão a lenha, cobertura feita de palha, tupé e redes usadas para dormir, por produtos mais industrializados (CORRÊA, 2006).

De acordo com informações do Censo Demográfico de 2006, dentre os domicílios (n= 24) em Vila Alencar, aproximadamente 70% possuem rabeta e TV, em sua maioria de 5,5 hp de potência⁶² e 20 polegadas respectivamente. Além disso, o rádio, aparelho de som, aparelho de DVD, antena parabólica, fogão à gás, cama e colchão também compõem a lista de bens duráveis consumido pela maioria dos moradores (MOURA, 2006).

A presença dos benefícios sociais, contribuindo para a renda doméstica, fez aumentar o número de transportes, motores rabeta, em Vila Alencar, o que pela proximidade geográfica possibilitou um maior fluxo para a cidade. A população se desloca quase que semanalmente em direção à cidade, Alvarães ou Tefé, seja para a compra do rancho, para consultas médicas ou para fazer visitas a familiares que moram na cidade.

O transporte, ou a facilidade para chegar à cidade, assim como também possuir uma casa em Alvarães ou Tefé, foi ressaltado entre os moradores mais antigos como um fator de mudança, no sentido de que quando eram mais novos iam pouco a cidade. Segundo esses moradores, “(...) *era difícil até vir na cidade, só vinha pra fazer compra e era só, porque não tinha o que vir fazer na cidade. Agora tô pra cá por causa dos*

⁶² O custo de um motor dessa potência em 2006 custava em média R\$ 960,00 (MOURA, 2007).

meus filhos que estudam aqui”. “(...) era a coisa mais difícil nós vir na cidade, não tinha necessidade. Hoje as mães têm casa na cidade pra trazer os filhos pra estudar”.

Entre 1995 e 2005, ocorreram mudanças no consumo entre as famílias de Vila Alencar. A figura 11, abaixo, apresenta as classes dos produtos de consumidos no mercado. Nos dados de 1995, o consumo se concentra na alimentação (53%) que em geral compõem os produtos da cesta básica local: açúcar, café, sabão em pedra, óleo de soja, leite em pó, sal farinha e bolacha; em 2005, o consumo se diversifica entre a alimentação (41%), energia (15%) e vestuário (15%). Os gastos com energia segundo Moura (2007), se justificam com o aumento do número de motores rabeta, pois este equipamento também pode ser adaptado para gerar energia de uso domiciliar e, por este motivo, aumenta o consumo de gasolina. Sobre o consumo com o vestuário, muitas mães relatam que têm usado o dinheiro do Bolsa Família para a compra de roupa e calçado para os filhos.

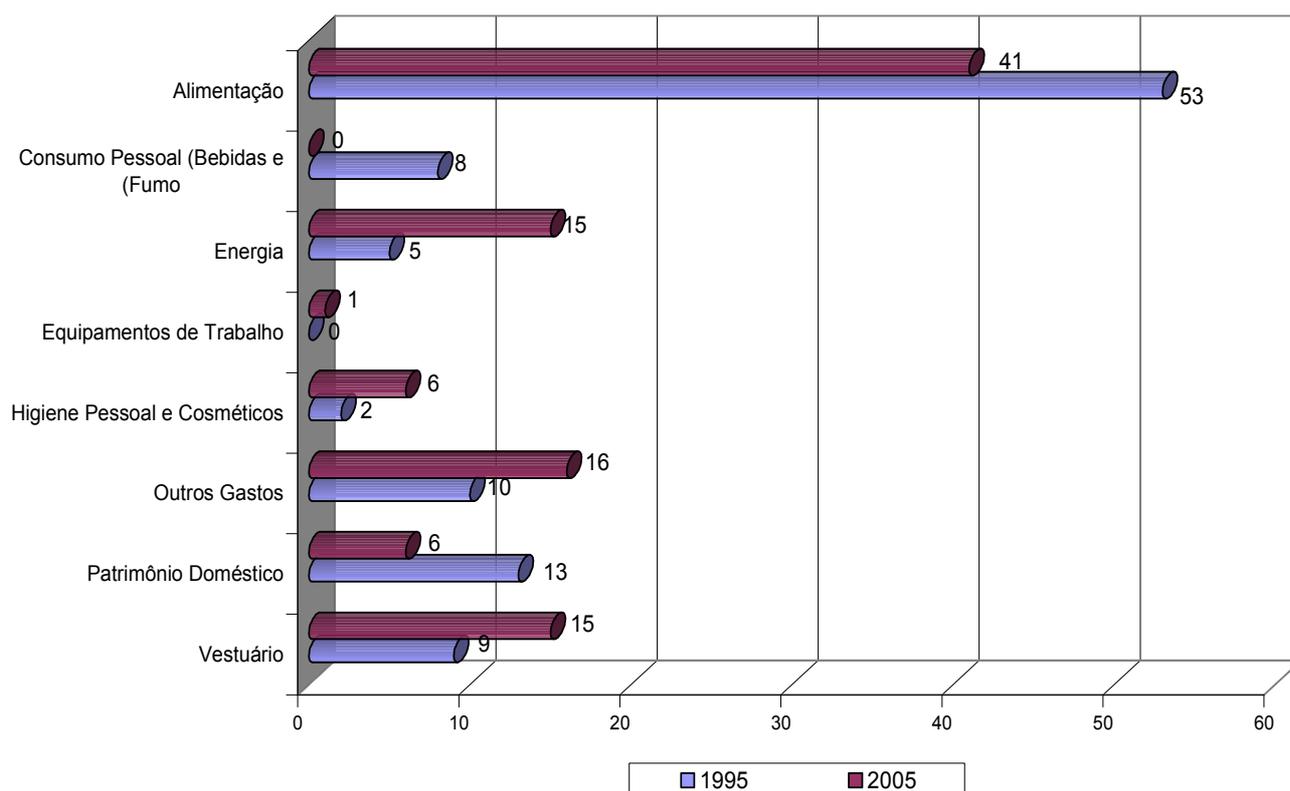


Figura 11. Distribuição percentual pela classe do produto de consumo (%) pelos moradores de Vila Alencar, 1995 (n= 6 famílias) e 2005 (n= 5 famílias).

Fonte: Banco de Dados do Monitoramento Socioeconômico do IDSM, 1995 e 2005.

As mudanças na renda possibilitaram também o aumento no poder de compra⁶³ entre as famílias de Vila Alencar. A tabela 3, destaca a diferença de consumo do *ranchos* entre os anos de 1995 e 2005. Considerando o mínimo de 12 *ranchos* adquirido ao ano, em 1995, a maioria das famílias (50%) podiam consumir no mercado entre 25 a 36 número de *ranchos*; entretanto, em 2005, esse consumo aumenta para mais de 49 *ranchos* em 60% das famílias.

Tabela 3. Distribuição percentual do poder de compra, entre as famílias de Vila Alencar, 1995 e 2005.

Ano	% de famílias em relação ao nº <i>ranchos</i> adquiridos ao ano				
	- 12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	+ 49 <i>ranchos</i>
1995 (n= 6 famílias)	33,3	16,7	50,0		
2005 (n= 5 famílias)			20,0	20,0	60,0

Fonte: Banco de Dados do Monitoramento Socioeconômico do IDSM, 1995 e 2005.

* Esta tabela foi organizada por Moura, 2007.

Antes a capacidade em adquirir mercadorias estava diretamente relacionada ao tamanho da produção doméstica. Com as mudanças na composição da renda pode-se afirmar que economicamente as famílias de Vila Alencar estão cada vez mais envolvidas com o mercado, através do aumento de consumo de artigos industrializados.

Este estudo não objetiva tecer análises sobre a urbanização do campo, mas evidenciar que políticas públicas conflitam com a dinâmica de vida das populações rurais e em algumas situações intensifica a relação rural-urbano e, finalmente, trazer contribuições para os estudos sobre o meio rural que concentram esforços em repensar as literaturas que, equivocadamente, identificam o rural em oposição ao urbano ou pelo seu esvaziamento demográfico.

É neste panorama que o *modo de vida* em Vila Alencar se estende para além dos limites da localidade, resultado de um conjunto de fatores conferidos pelas políticas de desenvolvimento sustentável e as políticas de benefícios sociais. Esses fatores tornam favorável a organização familiar das localidades rurais com as características de feições modernizadoras e atrativas do conforto urbano, sobretudo pela expectativa da compra de uma casa na cidade e de mudanças no padrão reprodutivo.

⁶³ Renda média anual das famílias dividido pelo valor da cesta básica do ano correspondente = número de cestas básicas (*ranchos*) que em média cada família poderia comprar naquele ano. O valor da cesta básica para 1995 é de R\$ 39,89 e para 2005 é R\$ 72,11 de acordo com o mercado de Tefê. Os produtos que compõem a cesta básica são: açúcar, café, sabão em pedra, óleo de soja, leite em pó, sal farinha, bolacha e gasolina.

Em outras localidades rurais da Amazônia na região do Baixo Amazonas, a partir do final do século XX, a população local passou por mudanças em suas estruturas socioeconômicas tradicionais com o desenvolvimento de políticas de integração do espaço verde, com suas potencialidades naturais, a grandes projetos modernizantes. Segundo Edma Moreira (2004 *apud* MOREIRA, 2008), os moradores reagiram a um processo de continuidades e descontinuidades, tradição e modernidade, que tornava visível suas perspectivas de garantir seu *modo de vida* no seu lugar de origem, mas em condições melhores de vida, colocando a tradição e a modernidade num processo em movimento.

Com algumas similitudes a outras localidades, identifiquei entre os moradores de Vila Alencar, objeto de reflexão desta dissertação, um processo de mudanças sociais, que é mediada tanto pela experiência social não formalizada por regras escritas, quanto pelos constrangimentos sociais, que daí derivam as demandas locais, pois os moradores agem em certa medida para fazer prevalecer suas tradições e se manterem no lugar, mas também dando destaque às suas perspectivas de melhorar de vida. Dessa forma, os pais demonstram que “(...) *não quero que eles [os filhos] sejam pescador ou agricultor, é pra estudar, mas aí são eles que decide*”. Esses anseios dos pais de não pensarem mais nos filhos como uma mão-de-obra familiar disponível para o trabalho agrícola, reflete em mudança na dimensão econômica familiar.

Diante das mudanças ambientais e sociais a população, de Vila Alencar, se reorganiza elaborando, e reelaborando, estratégias diante das diversas situações. Sejam aquelas situações inerente ao *modo de vida*, como por exemplo, já estarem adaptados a viver com a enchente, cheia, vazante e seca, mas em outros momentos vão se deparar com situações de constrangimento, onde estará tudo imbricado em um processo em movimento (Cf. BOURDIEU, 2000 e 2003).

O *novo rural*, apresenta-se como uma nova situação (Cf. BOURDIEU, 2000), redefinindo as dinâmicas populacionais e os padrões de produção e consumo camponês. A renda doméstica concentrada nos salários e prestações de serviços para o IDSM, somado a contribuição mensal da política social do Bolsa Família, aponta para uma grande diminuição da influência da sazonalidade ambiental na renda doméstica, um estreitamento das relações com o mercado e uma nova relação rural-urbano na comunidade de Vila Alencar. O *novo rural*, em Vila Alencar, se define com a interiorização e sobreposição das políticas, que apresentam esferas de mudanças interrelacionadas conforme demonstrado na figura 12.

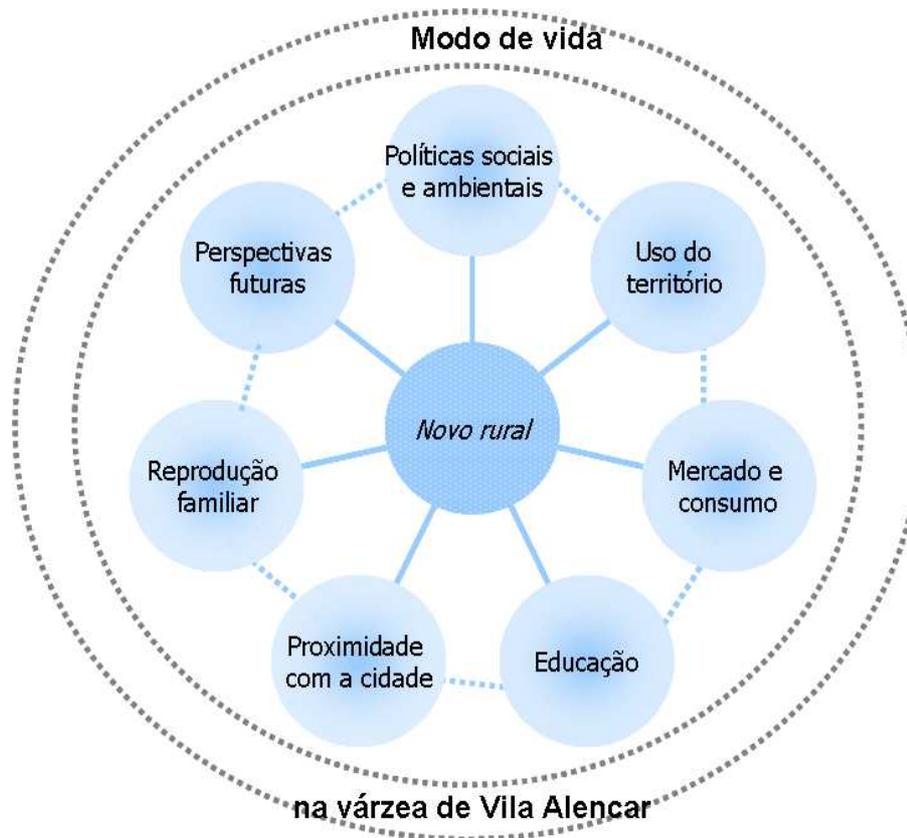


Figura 12. Elementos do *novo rural* em Vila Alencar.

CAPÍTULO 4

**OS JOVENS E SUAS PERSPECTIVAS:
O FUTURO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.**

“(...) Mas se eu terminar esse ano, se Deus quiser vou terminar e estou querendo fazer uma faculdade, e estudar pra Direito. Porque teve muita gente já da família que já estudou bastante, tem gente que é professor. Fiquei pensando em mim, não tem ninguém da família pra estudar pra Direito, se algo acontecer aqui dentro dessa grande mata, quem pode proteger nós? (...)”
(Morador, 24 anos, solteiro. Vila Alencar, 2010).



Figura 13. Jovens de Vila Alencar na entrevista de grupo focal. Foto: Dávila Corrêa

Pierre Bourdieu, a partir de um estudo etnográfico em uma área rural francesa, constatou na análise sobre os episódios dos bailes entre os jovens solteiros de vilarejos camponeses e da cidade, os elementos de mediação das tensões e conflitos do sistema de trocas matrimoniais como expressão da transformação global que eclode nas sociedades camponesas. Estes elementos mediadores, os *habitus*, da ação social correspondem à consciência incorporada dos indivíduos que legitimam sua posição social e suas possibilidades na sociedade (BOURDIEU, 2006).

Durante o baile dos jovens solteiros, Bourdieu identifica este acontecimento como uma ação de relações objetivas gerais e anterior⁶⁴, uma vez que os padrões culturais urbanos penetram na vida do jovem camponês de forma exterior a eles. Mas os

⁶⁴ Estas relações Bourdieu refere como características que definem o *fato social* na sociologia Durkheimiana: exterioridade, coercitividade e generalidade.

campos social e cultural, nas suas formas objetivas, determinam e imputam diferenças entre o comportamento dos jovens rurais e urbanos. Neste caso, a situação do baile, também conflita com o *modo de ser* do “jeito camponês”, uma vez que acionam estratégias para romper com as formas objetivas e se manterem no jogo, mesmo que seja na forma de aversão à dança (BOURDIEU, 2003 e 2006).

Esta situação fazia com que os jovens rurais introjetassem conscientemente sua condição camponesa e com ela todas as características pejorativas de sua aparência que eram elaboradas pelos moradores da cidade. Os modelos culturais da cidade faziam parte da lógica de formação das jovens camponesas e esses valores foram traspassados para a lógica das trocas matrimoniais, o que determinou o celibato entre muitos dos jovens camponeses, já que as camponesas preferiam casar com os jovens citadinos. Este fato trouxe mudanças às estruturas de reprodução social e econômica (BOURDIEU, 2006).

Baseado nas interpretações do baile, como um embate entre dois mundos, urbano e rural, com significados culturais e de relação social distintos, e sobre as determinações ocasionadas pela posição econômica e social do indivíduo na sociedade e que também regulam, consciente ou inconscientemente, suas ações sociais, busquei assim compreender os comportamentos e perspectivas dos jovens de Vila Alencar, frente aos processos de constituição atuais da sociedade que lhes são alheios, mas que para agirem, imporem e se reposicionarem buscam inconscientemente suas experiências primeiras e se apresentam como sujeitos sociais autônomos capazes de produzir reação ao conjunto de políticas universalizantes.

Na análise sobre a reprodução social da localidade de Vila Alencar, considerei duas gerações, a geração dos pais e dos seus filhos, que tem compartilhado e vivenciado as mudanças locais com a implantação da RDS Mamirauá e o crescente processo das políticas de inclusão social e cidadania para grupos sociais em situação de pobreza. Neste capítulo será abordado com maior destaque os comportamentos e expectativas dos filhos, que se encontram na fase biossocial considerada jovem e que apresentam uma relativa predisposição de ações para os mesmos processos sociais em curso.

As dimensões de abordagem entre os jovens que suscitaram novos arranjos de organização social e econômica local são: a continuidade nos estudos; o significado do morar no rural ou no urbano, como opção de moradia e as expectativas futuras. Nota-se que estes elementos não se apresentam de forma isolada na análise sobre os jovens de Vila Alencar.

É importante destacar que junto às políticas de desenvolvimento e geração de renda para o meio rural, no âmbito da reforma do Estado, os jovens deste universo passaram a ser um eminente objeto de estudo, em consequência às novas demandas sociais e econômicas que se constituíram em detrimento deste grupo social com o desenvolvimento de políticas públicas de oportunidade tanto no que se refere às questões ambientais quanto de direitos sociais.

Este capítulo foi composto pelas falas de dezesseis jovens de Vila Alencar que participaram da reunião realizada na escola da comunidade, durante minha visita de campo. As dimensões relevantes investigadas com os jovens foram questões sobre a vida na comunidade e na cidade, o estudo e o trabalho. Optei por delimitar esta análise entre os jovens solteiros – ou seja, aqueles que ainda vivem sob o “poder dos pais” – por entender que ainda estão em condições sociais de fazer escolhas que manifestem outras percepções e expectativas de vida que extrapolam a organização social camponesa amazônica.

Para fins de orientação metodológica considerei, neste estudo, a faixa etária de 15 a 29 anos de idade, para a classificação de juventude, proposta pelo grupo de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com a finalidade de estabelecer coesão entre as diversas políticas públicas promovidas pelo Estado, mas que operam com diferentes categorias de idade. De maneira geral, os jovens são reconhecidos pela fase da vida que se encontram, ou seja, na transição da fase infantil para a vida adulta na busca da emancipação social e econômica na sociedade (CASTRO et al, 2009).

Esta compreensão genérica sobre o jovem e seu estado de ser, o associa a uma complexa rede de problemáticas, percebidas, a exemplos, na dimensão do mundo do trabalho, nas situações de pobreza, discriminação e fragilização social e mudanças de geração e expectativas de vida, que chamam atenção de pesquisadores e concentram ações de políticas públicas. Neste sentido, os jovens passam a ser visualizados em suas dimensões específicas que os diferenciam no universo juvenil e são identificados por uma dinâmica organizativa de um determinado tempo e espaço (CASTRO et al, 2009).

Sobre os jovens da várzea em análise neste capítulo, suas situações de vida e expectativas são construídas pela relação que estabelecem com o ambiente ribeirinho que define as estratégias de organização social para o acesso e uso dos recursos naturais para a manutenção do grupo familiar (ALENCAR, 2002; MOURA, 2007). Entretanto, as mudanças de atuação política em torno da questão ambiental e da problemática da

desigualdade social, conforme abordados nesta dissertação, reestruturam a organização social e produtiva o que levam os membros das famílias, sobretudo os filhos a assumirem outras responsabilidades.

Os filhos assumiam papel importante na divisão do trabalho familiar, mas com o aparecimento de novas atividades e formas de complementação de renda, os pais passam a liberar os filhos do trabalho produtivo e investir na escolarização para que, segundo a fala de um pai, 28 anos de idade, possam “(...) *ter melhor condição de vida* (...)”.

A análise sobre os jovens manifesta o entendimento da população sobre as ações políticas de desenvolvimento social e sustentável e como as famílias de estruturação camponesa passam a se organizar socialmente em busca de melhores oportunidades de vida frente às mudanças políticas e econômicas. O crescente investimento na escolarização dos filhos, e a não participação nas atividades do trabalho familiar agrícola, reflete a nova configuração que os moradores de Vila Alencar vêm atribuindo ao meio rural.

4.1. Entre o rural e o urbano: “os filhos não se criam mais na roça”.

Ser jovem em Vila Alencar é aprender a se harmonizar no ambiente de várzea e estabelecer estratégias para conhecer a natureza e entender que tem seu tempo para se manifestar. Essa afirmação foi constatada a partir da fala de uma jovem de 16 anos de idade, quando questionada qual o melhor período da roça: “*agosto e setembro tem que plantar (...) colher em fevereiro, abril. Mas aqui depende do mês da roça e do tempo na descida e subida do rio*”. É possível perceber também, que para a manutenção do grupo familiar, o jovem “(...) *aprende a trabalhar na roça, pescar, esticar uma malhadeira*”.

Mas as condições sociais atuais de desenvolvimento da juventude conflitam com a organização familiar local, pois desequilibra a divisão do trabalho camponês, extrapolam ao ritmo de vida do *lugar* de Vila Alencar e por último, diminuem a fronteira entre o rural e o urbano. Percebe-se ainda que a família exige menor participação do jovem na divisão do trabalho familiar.

Um estudo realizado na região do Alto Solimões demonstra que a maior preocupação das mães é garantir estudo aos filhos para que tenham outras opções de trabalho diferente dos pais. Neste sentido, as mães apontam a necessidade de apoio do poder público na área da educação (ALENCAR, 2008). Em Vila Alencar as

expectativas dos pais em relação ao futuro dos filhos ocorre no sentido de promovê-los e dar condições de acesso para prosseguirem nos estudos e exercerem profissões como: professor, biólogo, engenheiro, médico ou soldado. Dessa forma, a educação apresenta-se como um caminho possível para que os filhos tenham melhores condições de vida.

O acesso à escolarização formal em Vila Alencar

Em Vila Alencar, assim como em muitas localidades da Reserva Mimirauá, as escolas são municipais e oferecem escolarização até a 4ª série do ensino fundamental. Para continuarem os estudos os pais levam seus filhos para os centros urbanos mais próximos. Os que permanecem nas localidades, geralmente ficam com a escolaridade limitada à 4ª série do ensino fundamental e em alguns casos para não pararem os estudos os alunos repetem por vários anos essa série escolar.

A proximidade entre a Vila Alencar e a cidade de Alvarães possibilita que um barco escolar saia diariamente desta localidade levando crianças e adolescentes para a escola municipal. Esse barco é mantido pela prefeitura com a verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Em 2008, entre os 55 alunos na idade de 4 a 37 anos, 53% estudavam na cidade e, dentre estes, a maioria encontrava-se na idade entre 15 a 19 anos de idade.

No período da cheia, para os alunos que estudam na cidade, a rotina escolar inicia às 6 horas da manhã com retorno às 13 horas da tarde. Mas com a diminuição do nível do rio – na estação da seca – esse tempo de ida e volta da escola da cidade aumenta, assim como o esforço físico dos alunos também. Conforme a fala de um aluno que diz que na cheia “*é ruim porque [os alunos] saem de madrugada*”, às 4 horas da manhã, e caminham aproximadamente uma hora até a “*boca*” (i.e. saída) do Solimões, onde ficam os transportes, por não conseguirem chegar até a beira da comunidade. E nesse caminho os alunos disseram que “*(...) se sujaram muito de lama*”.

Até o ano de 2009, a prefeitura de Alvarães subsidiava os moradores no atendimento ao serviço escolar e de saúde, pagando o frete do barco⁶⁵, motorista e combustível para levar os alunos para a escola em Alvarães; um agente de saúde da própria localidade e professores para os alunos da escola local. No entanto, a partir de

⁶⁵ O barco fretado é da própria comunidade.

2010, a prefeitura de Uarini implantou o pólo de ensino⁶⁶, que é uma política de nucleação escolar, com a criação de redes de ensino em pólos, viabilizada pelas prefeituras municipais (MOURA, 2007). Segundo uma moradora de Vila Alencar que também trabalha como secretária na escola da comunidade, *“o pólo foi uma busca com incentivo da comunidade, porque procuraram a prefeitura de Alvarães, mas o prefeito [de lá] não ajudou”*.

De acordo com a informação dos moradores, para implantar o pólo foram necessários no mínimo 60 alunos matriculados. Atualmente, a escola de Vila Alencar funciona em três turnos. No turno da manhã são atendidas as séries da educação infantil, com alunos entre 3 a 5 anos de idade; no turno da tarde os alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental e no turno da noite funcionam as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁶⁷ em dois grupos: o primeiro da 5ª a 8ª série do ensino fundamental e o segundo do 1º ao 3º ano do ensino médio.

Para o funcionamento da nova estrutura de ensino em Vila Alencar foram contratados seis professores pela prefeitura de Uarini, sendo que três são da cidade e três são da própria localidade, uma secretária e para cada turno de aula um zelador e uma merendeira, que trabalham em esquema de rodízio com trocas a cada dois meses, todos esses são de Vila Alencar. Todo final de mês a secretária vai a Uarini pegar a merenda escolar e o diesel para o funcionamento da escola no horário da noite.

No entanto, conforme relatos de mães sobre a preocupação dos filhos estudarem na cidade ou na comunidade, foi possível perceber que algumas famílias continuam levando os filhos para estudar na cidade: *“têm algumas mães que acham que [seus filhos] não aprendem com os professores da comunidade”*, já outras mães afirmam que: *“A escola [aqui] foi bom, porque antes [os alunos] acordavam 5 horas da manhã para chegar 7 horas na escola, agora dá pra trabalhar de dia e estudar de noite”*.

Na análise do nível de escolaridade da população de Vila Alencar foi considerada a população dividida em dois grupos de análise. O primeiro refere-se aos moradores que não estavam freqüentando a escola em 2008, assim como também não

⁶⁶ Por conta desta mudança de atuação política entre as prefeituras de Alvarães e Uarini, alguns moradores estão transferindo o título de eleitor para o município de Uarini, mas outros dissertam que não vão transferir porque Alvarães é mais perto e os filhos vão continuar estudando nesta cidade.

⁶⁷ A Lei de Diretrizes e Base da Educação brasileira e o Plano Nacional de Educação, respectivamente: Lei Nº 9.394 de 1996, Art. 37 e Lei Nº 10.172 de 2001, assegura oportunidades de estudos adequados a jovens e adultos que não tiveram acesso ou não puderam continuar os estudos nos ensino fundamental e médio na idade regular.

estudaram no ano anterior. O segundo grupo diz respeito aos estudantes, ou seja, que estavam cursando alguma série durante o primeiro semestre letivo de 2008 e também estudaram todo o semestre letivo no ano anterior.

Os moradores que não estavam mais estudando, abrangeu a população de 20 e mais anos de idade (n= 41). O nível de escolaridade foi medido por anos de estudo a partir da informação da última série freqüentada. Dessa forma, a tabela 4 mostra que a maioria, 56%, possui baixa escolaridade com o ensino fundamental incompleto, entre quatro a sete anos de estudo (n= 23 pessoas). O menor nível de ensino foi a 2ª série do ensino fundamental e o maior o 3º ano do ensino médio. As faixas etárias mais jovens (20 a 34 anos de idade) concentram os maiores anos de estudo e apenas oito moradores possuem o ensino fundamental completo (com duração de oito anos de estudo). A tabela abaixo mostra ainda que 17% nunca estudaram.

Tabela 4. Anos de estudo da população com mais de 20 anos de idade, segundo a faixa etária, Vila Alencar, 2008 (N= 41 informantes).

Anos de estudo	Faixa etária									Total	%
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60 anos ou mais		
< de 4 anos de estudo	1							1	1	3	7
4 a 7 anos de estudo	3	5	4	2	2	3	3		1	23	56
8 a 11 anos de estudo	4	1	2						1	8	20
Nunca estudou				1				1	5	7	17
Total	8	6	6	3	2	3	3	2	8	41	100

Fonte: Pesquisa Indicadores Ecosistêmicos de Saúde na Várzea Amazônica, 2008.

Entre os estudantes (n= 55 alunos) a escolaridade foi medida pela série que estavam freqüentando no momento da coleta de dados. A Lei de Diretrizes e Base da Educação⁶⁸ (LDB) determina que é obrigatório aos pais ou responsáveis matricularem as crianças a partir de sete anos de idade no ensino fundamental⁶⁹ e segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) até os 14 anos o aluno terá concluído o ensino fundamental e até aos 17 anos o ensino médio.

Com referência as legislações, a tabela 5, mostra a distorção série-idade entre os estudantes de Vila Alencar, pois a idade dos alunos que estão cursando as séries do ensino fundamental e ensino médio é muito superior à faixa etária apropriada a cada série. A maioria dos alunos que se encontram na faixa etária de 10 a 14 anos de idade,

⁶⁸ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

⁶⁹ Neste estudo, não consideraremos a Lei nº 11.274 de fevereiro de 2006 – que dispõe sobre a ampliação de 8 para 9 anos de estudo no Ensino Fundamental – pois os Municípios, Estados e o Distrito Federal estão realizando a adequação idade/série gradualmente de maneira a finalizar completamente em 2010.

ainda, estão cursando as três primeiras séries do ensino fundamental. A presença de jovens e adultos nas séries do ensino médio apresenta a participação dos alunos no EJA.

Tabela 5. População de estudantes no ano de 2008, por idade e série em curso, Vila Alencar (N= 55 alunos).

Etapas de ensino	Série	Idade							Total
		5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	
Ens. Fundamental	Alfabetização	10							10
	1ª Série		5						5
	2ª Série	1	2						3
	3ª Série	1	6						7
	4ª Série		5						5
	5ª Série		1	1					2
	6ª Série		1						1
	7ª Série			4					4
Ens. Médio	1º Ano			2	3			1	6
	2º Ano			1	3	1	1		6
	3º Ano			1		1			2
Total		12	21	12	6	2	1	1	55

Fonte: Pesquisa Indicadores Ecosistêmicos de Saúde na Várzea Amazônica 2008.

Considerando os dados sobre o indicador de capacidade de leitura para o ano de 2008, a figura 14 mostra que os maiores níveis de leitura se concentra entre a população mais jovens, com destaque para faixa etária de 15 a 29 anos de idade com 96,9% que sabem ler. Comparando a população jovem com os maiores de 50 anos de idade, observa-se que este indicador apresenta as mudanças no acesso à escolaridade com incentivo do ensino pelo EJA e do programa Bolsa Família.

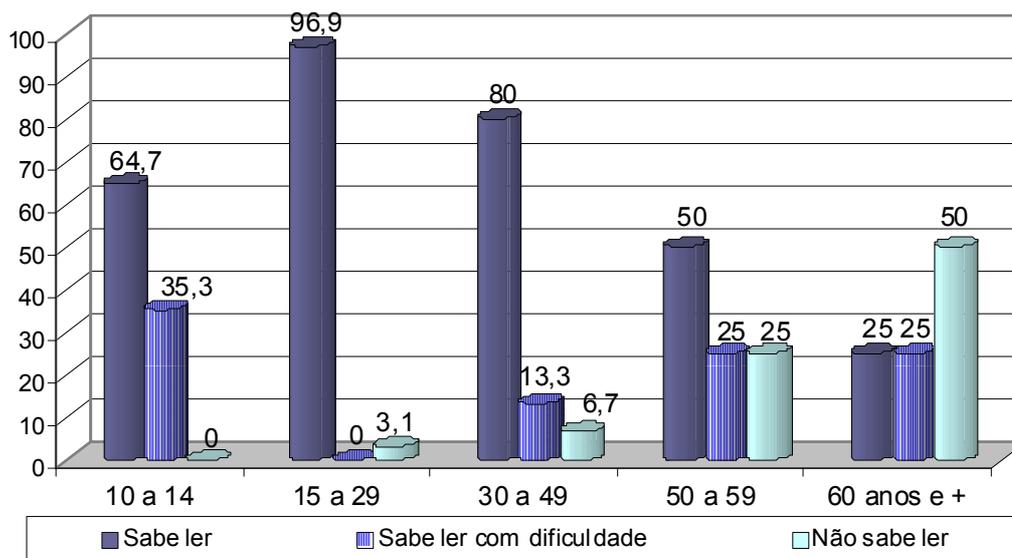


Figura 14. Distribuição % da população de moradores pelo nível de leitura na localidade de Vila Alencar, segundo a faixa etária, 2008. (N= 76 informantes).

Fonte: Pesquisa Indicadores Ecosistêmicos de Saúde na Várzea Amazônica 2008.

Subsidiados pelas políticas que chegam até a população rural, a organização social e do trabalho camponês é afetada na medida em que a família, para ter direito ao recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, tem que cumprir as exigências do programa em manter a frequência escolar do filho. Pois algumas mães entendem que o Bolsa Família significa uma *“(...) ajuda que o governo dá na compra de alimentação para mandar os filhos para a escola, também ajuda na prevenção da saúde, mas só se a criança tiver indo para a aula (...)”*. Nesse sentido, as famílias optam por investir na qualificação dos filhos.

É comum perceber entre os moradores que sempre almejaram comprar casa na cidade e dar melhores condições de qualificação aos filhos para prosperarem em alguma profissão. A complementação da economia familiar camponesa por meio de políticas não-agrícolas trouxe mudanças para a organização familiar, pois segundo muitos pais os *“filhos não se criam mais na roça”*. Aos jovens são delegadas outras responsabilidades que não se inserem exclusivamente no contexto produtivo do trabalho familiar.

O relato abaixo manifesta a vontade de uma mãe para a implantação de uma escola com nível de ensino mais elevado na comunidade:

“(...) uma escola, mas que não fosse uma escola só de nível de 3º ano, que fosse uma escola de nível técnico, porque dessas outras escolas a gente tem no município (...). Os nossos filhos chegam lá, estudam até o 3º ano, aí os pais não têm condições de manter eles numa universidade, aí para tudo. Aí no que ele vai se tornar? Agricultor, pescador ou arranjar um empregozinho bem baixinho lá, só pra manter sua família (...). E aí surgiu a idéia de fazer uma escola técnica. (...)”
(Mulher, 38 anos de idade, casada há 19 anos. Vila Alencar, 2010).

“Gosto de ir lá [em Tefé] passar uns dias, vou a alguma festa e volto. Mas não tenho vontade de morar na cidade porque é perigoso, mas quero que minhas filhas estudem lá”
(Mulher, 24 anos de idade, casada há 7 anos. Vila Alencar, 2010).

“Gosto de festa, jogo [de futebol] e para comprar rancho, mas não penso em morar na cidade, penso só em fazer casa para as crianças estudarem. Se aqui tivesse o 2º e 3º grau não levava para lá”.
(Homem, 26 anos de idade, casado há 6 anos. Vila Alencar, 2008).

As fronteiras entre campo e cidade se estreitam com a continuidade dos estudos fora de Vila Alencar o que colabora também para a dinâmica rural-urbana, pois diariamente as crianças e adolescentes vão e voltam da escola que fica em Alvarães. Há situações em que os alunos ficam em Alvarães durante a semana, na casa dos pais ou de algum parente, e retornam para Vila Alencar no final de semana.

Embora alguns jovens expressem a opinião de que estudar “(...) *nos dois lugares [na Vila Alencar ou em Alvarães] é importante né, vai do interesse de cada um (...)*”, mas no geral consideram que o estudo “(...) *aqui na comunidade é mais pra começo quando aprende a ler e pra escrever, mas é na cidade que desenvolve mais (...)*”.

Quando questionados sobre o aprendizado na escola da cidade três jovens, de 15, 16 e 21 anos de idade, responderam que:

- “*Na cidade cada matéria tem um professor, aqui tem pouco para várias matérias*”. (Mulher, 15 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).
- “*Na cidade o estudo é mais avançado, tem mais coisas, assim do mundo atual, na comunidade tem poucas coisas*”. (Mulher, 16 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).
- “*(...) também na cidade têm muitos professores mais capacitados do que os professores que vem pra comunidade*”. (Homem, 21 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

Mesmo entendendo que os estudos na cidade possibilitam a chance de encontrar melhor qualidade de estudos, os jovens de Vila Alencar reconhecem sua condição *vargeira* que os diferenciam dos jovens citadinos. Os moradores da comunidade, assim como de outras localidades da Reserva Mamirauá, se identificam com o *lugar* pelo sentimento de pertencimento, e dessa forma, confrontam seu *modo de vida* rural com o da cidade quando definem que gostam da cidade por causa:

- “*(...) da balada... Lá todo dia é bom... É mais alegre, é mais movimentado lá*”. (Homem, 15 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).
- “*Na cidade é bom porque agente conhece mais pessoas, é bom porque agente estuda também e namora*”. (Mulher, 17 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).
- “*Lá têm cursos de informática, aqui diz que vai ter esse ano (...)*”. (Homem, 18 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).
- “*É bom lá porque tem estudo de informática, têm vários estudos como a biologia (...)*”. (Homem, 21 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

Mas também tem o outro lado, o contragosto:

- “(...) não gosto da violência lá, porque machuca várias pessoas inocentes”. (Mulher, 15 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).
- “Lá em Alvarães não tem muita não [violência], só final de semana, nas casas de festa”. (Mulher, 15 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).
- “[não gosto] de maconheiro, drogado, cachaça. Não gostava das ruas também, mas agora tô gostando, não gostava porque eram todas esburacadas”. (Homem, 15 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).
- “[não gosto] quem vende droga, a gente fica sabendo que muita gente lá tem roça de droga, [sei] porque tenho um primo que ele é viciado em droga”. (Mulher, 16 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).
- “Lá tem muito lixo e poluição”. (Homem, 18 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

Com suas experiências primeiras construídas no *lugar vargeiro*, os jovens são capazes de identificar as vantagens e as desvantagens da vida na cidade, assim como, também, estabelecer limite na fronteira entre os valores culturais do rural e do urbano. Segundo Bourdieu, os esquemas de percepção, pensamento e ação construídos socialmente, quando confrontados na prática cotidiana das condições econômicas e sociais, o indivíduo acaba por manifestar diferenças no estilo de vida e, portanto, expressar a realidade em que vive. Desta maneira, os jovens justificam, inconscientemente, suas escolhas e preferências (BOURDIEU, 2004b e 2008).

A vida na cidade e na comunidade tem diferença porque,

“Aqui [na comunidade] é ruim pela seca (...), porque aqui a gente tem que ir pegar uma água lá na beira [pra] lavar uma vasilha, lá [na cidade] a água chega pelo tubo (...).”
(Mulher, 15 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“Mas pra cidade e pra comunidade tem diferença né! Todo tempo da seca aqui é ruim. (...). No tempo de seca, é ruim de água, não tem encanação, tinha, mas não tem mais. Pra pegar água fica longe daqui lá na beira. Na cidade não, lá tem a encanação é só ligar, isso é fácil, e aqui é difícil já. E aqui fica difícil, essa passagem seca muito, aí essa entrada fica lá fora, e é mais de uma hora [andando]. Pra sair de manhã é aquele sono, a Kalice é acostumada não sente mais sono. A gente acostuma, não estranha mais. (Mesmo assim você quer morar aqui na comunidade) Porque aqui tem muita fartura, na cidade tem, mas a gente tem que ter dinheiro na mão (...). Aqui é só ir

atrás, correr atrás pra ter, mas lá não a gente já corre atrás com o dinheiro. [Aqui] fica muito mais fácil”

(Homem, 22 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

“[Na cidade] se a gente quiser comer tambaqui vai comprar, aqui se a gente quiser tambaqui vai pescar, é mais fácil.”

(Mulher, 15 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“Na cidade não é tudo que tem água não, se a gente não paga o valor da água, aí eles cortam a água.”

(Homem, 15 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

Estas interpretações sobre a vida na cidade formam o julgamento que os jovens elaboram na hora de definir sobre o melhor lugar para se viver, onde a maioria expressou suas pretensões de residirem tanto em Vila Alencar quanto na cidade. A investigação com os jovens, acerca desta observação, foi baseada no seguinte questionamento: onde pretendiam ou gostariam de morar?

“Em todos dois, porque aqui é bom e lá também é bom. (Aqui é bom por quê?) Aqui é mais calmo, lá é barulhento, mas é muito mais animado. [Quando crescer vou] arranjar uma gata de uma comunidade, pegar uma mulher da comunidade, aí a gente vai ter que ir né! (Ir para onde?) pra comunidade, morar lá. Mas na cidade também é bom, ganha dinheiro lá”.

(Homem, 15 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

“Na cidade, porque é bom lá pra gente morar. Lá a gente liga a televisão pra assistir alguma coisa.”

(Homem, 15 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

“Na cidade, mas eu também queria ter uma casa na comunidade. É bom a gente ficar pra lá e ter um canto aqui na comunidade, pra quando a gente precisar descansar tem a comunidade.”

(Mulher, 16 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“Nos dois também, na cidade a gente tem algumas possibilidades. Na comunidade as coisas são mais como a fruta, a comida e na cidade não, pra gente morar tem que ter dinheiro pra poder sobreviver nela, tem que comprar as coisas pra gente comer. Na comunidade não, a gente plantando pode colher pra comer.”

(Mulher, 17 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“Pra mim nos dois também, porque aqui tem a fartura, o negócio de fruta, pra comer alimento, o peixe e lá tem que ter dinheiro pra poder ter essas coisas aí.”

(Homem, 27 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

“Nas duas também, porque na cidade se a gente não tiver dinheiro a gente não come e aqui não, qualquer coisa vai pescar por ali o que a gente quiser. Lá a gente tem que comprar e aqui não a gente planta, com tudo o que a gente sabe que vai plantar [com as dificuldades] mas ainda é melhor, um dia a gente sabe que colhe.”

(Mulher, 15 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“Na verdade não tenho preferência ainda não, minha preferência é ficar ainda do lado dos meus pais e terminar os estudos. Estão ficando mais idosos, enquanto eles estiverem vivos não saio de perto. (...) Podem precisar de ajuda.”

(Homem, 21 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

Segundo Bourdieu (2004b) os agentes sociais adquirem uma posição no mundo social através de uma experiência durável denominada de *habitus*, que produz práticas e também representações – sistema de esquemas de percepção e apreciação – como estruturas cognitivas, avaliatórias e classificatórias, percebidos pelos agentes que possuem o código para compreender o sentido social. Os agentes se auto-classificam e também exprimem juízo classificatório “(...) eles mesmos se expõem à classificação ao escolherem, em conformidade com seus gostos, (...) o que convém à sua posição” (BOURDIEU, 2004b, p. 159). Ou seja, elaboram suas escolhas entre os bens e serviços disponíveis que estejam em posição homóloga a que ocupam no espaço social.

O que determina a escolha do jovem sobre o melhor lugar para morar está relacionado com as possibilidades dadas, seja pela cidade ou pela comunidade, para proverem seu sustento. Nesta situação de confronto dos valores entre o rural e o urbano, os jovens elaboram seus critérios a partir de um *modus operandi* de um camponês da várzea.

4.2. Quem serão os jovens camponeses de Vila Alencar: a geração da autonomia?

O desenvolvimento de políticas no âmbito no meio rural e de acesso aos direitos sociais coloca em questão o futuro dos jovens rurais. Estas políticas conflitam com as condições precárias de vida no meio rural e, por este motivo, o acesso as políticas de complementação de renda passa a proporcionar novas situações na relação de forças das estruturas objetivas da racionalidade instrumental, pois os moradores criaram perspectivas de uma melhoria de vida e conquista de autonomia social.

As políticas trouxeram aos jovens a possibilidade de uma emancipação e conquista de autonomia a partir de uma nova lógica de interesses. As famílias direcionam os investimentos para a educação dos filhos, pois entendem que os jovens são uma possibilidade de trazer mais conhecimento e entendimento em torno das questões institucionais que envolvem a comunidade.

É importante destacar que a questão da perspectiva futura abordada neste estudo, foi sugerida pelos próprios jovens de Vila Alencar, que de forma explícita se viram confrontados entre a organização social do *modo de vida* rural ribeirão e as ações políticas em torno de uma melhor gestão dos recursos naturais e da continuidade dos estudos.

Os campos da racionalidade instrumental das ações políticas, mais especificamente do desenvolvimento sustentável e das racionalidades subjetivas, parecem conflitar e, nesta relação, os jovens se vêem na possibilidade de ser um mediador ou um profissional que possa defender os direitos dos moradores. Esta análise foi elaborada pelos próprios jovens quando questionados sobre como o aprendizado na escola da cidade pode ajudar na vida na comunidade:

“(...) de lá [da cidade] a gente vem mais desenvolvido, tendo mais conhecimento e que pode também dar mais conhecimento para as crianças, ou a gente dá conhecimento pra eles ou eles dão pra gente. Aí a gente fica revezando, como os professores que já vieram de lá e estão dando aula aqui, eles foram os primeiros (...) e eles já tão dando os conhecimentos que tiveram lá no colégio de Alvarães aqui. A mesma coisa pode ser com a gente, ser um professor, um diretor, um comunicador, um jornalista.”

(Homem, 27 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

“Ajuda, ajuda o comportamento, trazendo de lá a ajuda pata uma reunião, um lazer e um esporte. [Ajuda na reunião] a entender mais as pessoas, entender e explicar as coisas para as pessoas, porque tem reunião aí que engata muito, um fala daqui e outro dali e no lazer dá pra incentivar pra não ficar batendo boca e brigando.”

(Homem, 18 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

Uma nova dinâmica é dada ao modo de vida da população local, a partir da proximidade dos benefícios econômicos dos programas e políticas públicas. No interior desta dinâmica a população de Vila Alencar imprimiu características peculiares do seu *modo de vida*, que incitaram em mudanças na sua estrutura organizativa familiar, como

a atribuição ao jovem da garantia de autonomia em administrar os direitos da comunidade frente às pressões externas da política socioambiental. O relato abaixo demonstra a preocupação de um jovem sobre a importância em concluir os estudos, como também de ingressar numa universidade, para garantir seus direitos futuros ao lugar constituído como Reserva de Desenvolvimento Sustentável:

“[É importante] estudar por vários motivos, como o Alfredo falou tem gente que estuda para ser uma coisa e têm outros que estudam para ser outra né! Mas se eu terminar esse ano, se Deus quiser vou terminar e estou querendo fazer uma faculdade, e estudar pra Direito. Porque teve muita gente já da família que já estudou bastante, tem gente que é professor. Fiquei pensando em mim, não tem ninguém da família pra estudar pra Direito, se algo acontecer aqui dentro dessa grande mata, quem pode proteger nós? (Acontecer o que aqui?) Assim como tem grandes invasores, quem vai procurar os direitos do pessoal daqui, a maioria é do Mamirauá, tem apoio do Mamirauá, mas não tem aquele advogado assim que está para todas aquelas horas.”

(Homem, 22 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

As novas compreensões e significados que os jovens atribuem ao modo de vida rural, é mediado pelas mudanças de organismo do Estado Mínimo, seja através dos agentes de desenvolvimento sustentável que servem de intermediário, e os colocam em contato com outros lugares da Reserva Mamirauá, ou pelo acesso a informação por meio da escolaridade proporcionada pelo Bolsa Família. Esta observação é percebida nas respostas dadas pelos jovens quando indagados sobre o que gostariam de aprender além do que já estudam na escola:

“Fazer cursos nas comunidades, (...) como os encontros de mulheres, assim como vocês andam pesquisando as pessoas. Assim é bom também a gente aprende com as pessoas.”

(Mulher, 15 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“Gostaria de estar fazendo cursos, tendo acesso as outras comunidades, sabendo o que eles fazem, trazendo para cá pra nossa comunidade e pra nós também a convivência deles, o desenvolvimento deles lá, como é que eles fazem, como posso dizer? O ensinamento que eles têm assim, pra conviver lá no lugar deles.”

(Mulher, 17 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“Tenho vontade de fazer o curso para engenheiro agrônomo, também penso mais assim sabe, de engenheiro florestal. Porque o papai trabalhava com madeira, pra botar o

plano de manejo aqui na comunidade, mas já acabou, a comunidade não quis mais. Tenho vontade de aprender, acho interessante.”

(Mulher, 16 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“(...) já fiz vários cursos, mas quero conhecer mais um, não quero ficar parado, tem um pra engenheiro florestal, um pra agrônomo como ela falou.”

(Homem, 22 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

“O que eu queria aprender era mexer no computador, estudar computação, se comunicar com as pessoas de outra cidade no Orkut. [No computador] têm várias coisas, como escrever texto, tirar cópia, fazer pesquisa na internet a qualquer momento que você quiser.”

(Mulher, 15 anos de idade, solteira. Vila Alencar, 2010).

“(...) porque no computador como o pessoal falava, têm muitas coisas que o professor dar a aula que quer. Muitas vezes ele [o professor] manda a gente buscar no computador, na internet, porque no computador têm várias coisas, tem o próprio dicionário, o Aurélio, aí ele manda buscar (...). Muitas vezes falam que eles [os professores] nem explicam muito assim como era o nosso antepassado, porque muitas vezes eles não têm estudo, eles não têm esse conhecimento todo como era o passado até chegar o tempo moderno e o computador ajuda a aprender a história da humanidade. É uma fonte que poderia ser de ajuda para nós daqui dessa mata. Agora esse ano que vai ter aqui no colégio (...) tá na hora né!”

(Homem, 22 anos de idade, solteiro. Vila Alencar, 2010).

CAPÍTULO 5**A “DERRADEIRA” ANÁLISE DAS NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO DA RURALIDADE EM VILA ALENCAR.**

No decorrer dessa dissertação foram apresentadas duas questões, a ambiental e a social, como resultado da mobilização de movimentos sociais em âmbito mundial e das mudanças com a reestruturação da atuação política brasileira para promover o desenvolvimento articulado em diferentes esferas de sustentabilidade – social, econômica, política, ambiental/ecológica e cultural – que marca o contexto sócio-político do início do século XXI. A nível local, estas mudanças chegam até as populações rurais amazônicas em forma de programas ou políticas de conservação ambiental e desenvolvimento social, que interferem, provocam ou condicionam suas estratégias de reprodução social muitas vezes com referência a rede de parentesco e ao uso comum dos recursos naturais (HARRIS, 2006; LÉNA, 2004; SACHS, 2004).

A “*derradeira*” reflexão, deste capítulo, tem por finalidade apresentar a maneira como as populações ribeirinhas, estrategicamente, adaptam os processos estruturantes da modernização política em suas micro-estruturas de reprodução social e econômica como partes de um mesmo processo em movimento e que são motivadas em grande parte pela perspectiva de garantir melhores oportunidades de vida para o grupo familiar (HARRIS, 2006; MOURA, 2007).

Os anos 90 enfatizaram a importância do conceito de sustentabilidade ecológica e dessa forma, desencadeou pressupostos para uma racionalidade ambiental alternativa. Estas novas formulações sobre a relação do homem com a natureza acarretaram em mudanças políticas pelas agências de desenvolvimento, abordando agora o conceito de desenvolvimento sustentável, já que o modelo atual de desenvolvimento capitalista é considerado responsável pela crise ambiental (LIMA e POZZOBON, 2001).

Eduardo Viola (1996) aborda as múltiplas dimensões entre o processo de globalização e a relação natureza-homem, sobretudo, a partir de uma relação institucionalizada, e demonstra que o desenvolvimento mundial está além do econômico, envolvendo contextos tais como: o militar, o econômico-produtivo, o comunicacional-cultural, o religioso, o interpessoal-afetivo, o científico-tecnológico, o

populacional-migratório, o ecológico-ambiental, o epidemiológico, o criminal-policial e o político.

Todas estas dimensões apontadas são, segundo Viola (1996), reguladoras da vida social e tiveram amplo destaque na conjuntura brasileira a partir da década de 80, período de intensificação do processo de globalização, onde progressivamente os ambientes locais parecem perder seus limites na relação local-global.

Neste sentido, as múltiplas dimensões do processo de globalização parecem sugerir uma nova relação com a natureza, onde “(...) o macrosocial passa a ser a sociedade planetária, o social, diversos níveis intermediários, incluído o nacional, e o microsociaL continua associado ao nível local. Contudo, o social-microsocial está profundamente penetrado pelo macrosocial, de modo tal que sua dinâmica está globalizada, sempre em graus variáveis, desde o mais intenso das cidades mundiais (...) até a mais rarefeita dos lugares mais remotos (...)” (VIOLA, 1996, p. 17).

Mario Giuliani (1998) ao estudar a sociologia do meio ambiente analisa as novas formulações para a solução dos problemas ambientais, enfocando não somente a entrada de um paradigma teórico, mas a de valores de uma nova cultura ambientalista, que contribua e favoreça para a relação entre homem e natureza. É na busca desta relação harmoniosa que ecólogos e cientistas sociais procuram construir o diálogo em torno do desenvolvimento sustentável, visando o desenvolvimento qualitativo, independente dos avanços quantitativos, com a finalidade de conservar os elementos não renováveis pela natureza e renovar aqueles usados pela população.

Pode-se referenciar neste contexto as análises de Ulrich Beck et al (1997), quando propõe que a modernidade tenta reinventar a política, buscando nela algo que haja uma preocupação com o desenvolvimento das políticas de modernização, como no caso do problema ambiental. A proposição é a de uma política que tem que ser reinventada de tal forma que dê conta da complexidade da questão ambiental e das exigências do homem moderno.

A política a que Beck et al (1997) se refere não são as políticas de estrutura dos partidos e dos Estados (as instituições tradicionais da política), pois esta está puramente falida no contexto da modernização reflexiva. Nesta nova estrutura cabe à atuação dos atores sociais, os quais o autor denomina de uma dimensão sub-política, onde tudo se encontra fora – pelo menos na origem – das instituições tradicionais da política. O sentido desta dimensão é fazer com que a política se estruture sobre uma

finalidade social e prática, e a melhor referência, nesta acepção, são os movimentos sociais.

Por este motivo, a questão social vivida no século XXI, sobretudo, a questão ligada à degradação da natureza e conseqüentemente do próprio homem na sociedade moderna reflexiva, acabou por determinar uma nova perspectiva das políticas públicas de sustentabilidade, ou seja, são as ações de responsabilidade tanto por parte do Estado quanto dos cidadãos, na intenção em atingir um equilíbrio entre o social e o econômico (Cf. BECK, 1997).

Para Giddens et al (1997) a modernidade não finalizou seu projeto, e sim passou assumir outra escala de desenvolvimento, onde a Modernidade Reflexiva se caracteriza por uma auto-preocupação, em refletir nas conseqüências. De acordo com a ciência contemporânea, o homem faz parte (está contido no) do processo da natureza, enquanto duas perspectivas: o ser habitante e o ser usuário da natureza. O homem também não (ou pelo menos por enquanto) possui o pleno domínio da natureza e sim somente o conceitual, o técnico, o parcial, o limiar do que a ciência deu e ainda dá conta de explicar.

É nessa abordagem da nova relação que o homem estabelece com o ambiente natural na sociedade moderna e com o intuito de garantir a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras, que foi pensado o modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável que envolve a participação e traz mudanças na organização social e econômica de pequenas populações rurais ribeirinha. Dentro dessa dinâmica é importante, citar ainda o processo de universalização dos direitos e da cidadania na forma de auxílio de complementação de renda para minimizar a situação de pobreza e exclusão social.

Neste contexto, torna-se importante refletir que tanto os moradores de Vila Alencar, quanto de outras localidades do Médio Solimões, participam como agentes sociais modernos aos recentes processos estruturantes, mas também localistas, pois “a modernidade do sistema caminha junto com a invisibilidade das sociedades camponesas” (HARRIS, 2006, p. 92).

A este respeito Mark Harris (2006) analisa o dinamismo das populações amazônicas considerando os aspectos históricos de formação social e econômica dessa região de *booms* e estagnações de atividades econômicas específicas, sobretudo para os habitantes das várzeas do Médio-Baixo Amazonas, que produziram um modo de ser característico dessas populações, ou seja, expressões e variações locais de formação

e constituição das sociedades locais, às condições ambientais severas e históricas desfavoráveis.

Harris (2006) argumenta que o camponês não pode ser colocado em oposição às políticas modernizantes da Amazônia, que tem início no final dos anos 60 com a intervenção do governo militar, e sim que deve ser considerado como agente social moderno, pois historicamente os ribeirinhos desenvolveram a capacidade de flexibilidade e resiliência, que os colocam em um constante processo adaptativo de renovação do passado no presente no que tange as mudanças econômicas e políticas de demandas externas.

O processo de adaptação às mudanças não significa simplesmente acomodar-se a movimentação dos mercados, mas de se reorganizar e se reproduzir diante das novas situações mediada pelo *modo de vida*, pois “(...) essa economia agrária é suficientemente resiliente para se expandir nas épocas de relativa estagnação do mercado. A chave desse sucesso é a organização e o controle da mão-de-obra e dos recursos através das relações de parentescos” (HARRIS, 2006, p. 91). Os estudos que contrapõem o moderno e o tradicional desconhecem ou amenizam a importância dessas formas de expressões locais da reprodução social, o que torna invisível o dinamismo das relações produtivas dos ribeirinhos às condições da modernidade (HARRIS, 2006).

Tomando como exemplo as populações estudadas por Harris (2006), pode-se ressaltar que tal situação também se estende às populações varzeiras do Médio Solimões, que adaptam o passado – ou seja, a forma local de organização baseada nas relações de parentesco e no uso comum dos recursos naturais – ao presente considerando os constrangimentos sociais das recentes políticas de desenvolvimento social e conservação ambiental e também às mudanças sazonais da produção econômica local em decorrência dos períodos de enchente, de cheia, de vazante e de seca.

As políticas que serviram de alicerce para a constituição da RDS Mamirauá e seu órgão gestor são ações de ordem geopolíticas que seguem diretrizes de uma estrutura global em contextos locais e nesta situação, a questão ambiental se relaciona com a questão social, onde as populações convergem ou resistem às mudanças resultantes de um presente ambivalente (Cf. HARRIS, 2006).

Entre as populações de Mamirauá os interesses econômicos e sociais ou a finalidade em garantir melhores condições de vida para o grupo familiar ora convergem ora conflitam com os processos de gestão do desenvolvimento sustentável. A motivação da população local não corresponde à mesma motivação ecológica encontrada no

movimento socioambientalista. Dessa forma, a reação aos pescadores de fora ou a pesca intensiva é uma conduta mais em defesa do território ocupado, que define o uso dos recursos naturais pela rede de parentesco, do que em apoiar intrinsecamente as reivindicações de uma sustentabilidade ambiental. Para os moradores se desenvolver economicamente significa melhorar as condições de comercialização, armazenamento, crédito e assessoria técnica, entre outras questões; as demandas sociais são expressas pelos desejos de garantir o acesso as serviços públicos de saúde e principalmente de educação (LIMA, 2005; MOURA, 2007).

Os primeiros estudos sobre mobilidade na várzea da Reserva Mamirauá apresentaram que famílias ou localidades inteiras migram tanto em decorrências das condições ambientais como as alagações ou mudanças geomorfológicas das margens do rio, quanto pela busca de melhores condições de vida, como escolas para os filhos em outra localidade ou para a cidade (LIMA, 2005).

Sobre os moradores de Vila Alencar, constatou-se que a procura por atendimento às necessidades de saúde, educação e infra-estrutura de saneamento são os principais motivos que levam os jovens e os adultos a estabelecerem um fluxo permanente entre a localidade e a cidade. Ressalta-se que esta relação se intensifica por meio das mudanças com a diversificação da renda familiar através dos benefícios de transferência de renda, aposentadoria rural e Bolsa Família, e das novas formas de trabalho relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Mas as ações do Instituto Mamirauá em torno da elaboração de novas atividades econômicas compensatórias às medidas restritivas de uso dos recursos naturais também geram conflitos. Percebe-se que algumas atividades não atendem às demandas de todos os moradores e privilegiam aqueles que se organizaram por meio do *mercado ecológico* no cumprimento de normas de produção e comercialização. Ou seja, as ações do desenvolvimento sustentável ora são reconhecidas pela população, à medida que os moradores se sentem beneficiados diretamente, e ora conflitam com o *modo de vida* local.

O relato abaixo foi fornecido por uma mãe que estava descontente com a “*preservação*” na área de Mamirauá, pois os filhos ficaram sem trabalho e é difícil chamarem para as atividades na Pousada de Ecoturismo. A mãe afirma que seus filhos “(...) *só podem viver do peixe*”, e por este motivo, são acusados pelos outros moradores da comunidade de invadirem os lagos.

“(...) o trabalho deles era aquele e agora é tudo reservado né! Então eles não podem pegar o peixe (...) se pegam, falam que eles pegam o peixe pra vender (...). Se eles [do Mamirauá] dessem trabalho para eles, não iam mexer no peixe do lago, porque eles têm trabalho, estão fazendo o trabalho deles (se referiu a fiscalização). Agora que procuraram por eles e foram trabalhar de guia, aí voltam e não sabe quando vão de novo. Eles podiam dar um trabalho que assinasse a carteira pra trabalhar né! Mas não, [eles] não têm trabalho, agora de lá da Vila Alencar tudo tem seu trabalho, o Adelmo tem trabalho, o Afonso tem o trabalho dele, os filhos do Afonso tudo têm o trabalho deles lá no Mamirauá e já meus filhos já não tem trabalho (...) eles lá da Vila têm muita queixa dos meus filhos (...) é uma fofocagem lá, não gostei não.

Aí disseram que iam botar o pessoal de lá que moram aqui [pra fora], que tem casa lá e não mora lá. Mas só se comprarem minha casa, aí não vou mais lá, porque senão não saio (...) de onde eu criei meus filhos e eu gosto de Vila Alencar (...) por causa que é bom, a gente planta as coisas e come um peixe tão gostoso. Mas não gosto que fiquem falando dos meus filhos, que ficam mexendo no lago. [Mas é] porque tem necessidade, tem filho, tem filho e não tem muito trabalho, o trabalho que tinha era a banana, era a farinha, mas acabou tudo, o inverno matou e não foi só na Vila, foi pros vargeiros todinho (...).”

(Mulher, 75 anos de idade, casada há 55 anos. Alvarães, 2010).

Mas existem também depoimentos em perspectiva contrária em relação a questão das mudanças com a criação da Reserva:

“[Para as famílias jovens] mudou o estudo e agora a renda de trabalho, porque agora tem mais emprego, antes as famílias só ganhavam com a agricultura. Agora cada qual já tem seu ganho e condições de trabalho, porque tem mais saber.”

(Mulher, 57 anos de idade, casada há 38. anos. Alvarães, 2010).

Os problemas que permeiam a questão social no interior da Amazônia se apresentam como um fator limitante para o desenvolvimento das ações de sustentabilidade dos recursos naturais por parte das populações locais. Na tentativa de suprir as necessidades imediatas de subsistência da família, alguns moradores acabam não respeitando as normas de uso sustentado dos recursos naturais, o que gera conflitos internos de convivência.

Se podemos caracterizar os moradores de Vila Alencar enquanto agentes de mudança na perspectiva do movimento ambientalista, temos que o fazer considerando o caráter multidimensional de suas ações, podendo agir tanto como indivíduos que anseiam assegurar suas condições de vida e bem-estar de seu grupo familiar ou como

indivíduos que agem objetivamente para um coletivo maior, ou seja, independente dos resultados sobre o seu bem-estar pessoal, como a mobilização em defesa ao meio ambiente (SEN *apud* KERSTENETZKY, 2000). Nestas circunstâncias, percebe-se que as famílias de Vila Alencar, moradoras de uma área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, se manifestam a favor ou em oposição aos processos de conservação dos recursos naturais na medida em que possam garantir o bem-estar do seu grupo familiar.

Neste sentido, segundo as análises de Amartya Sen (2000), deve-se considerar o bem-estar social pelo ângulo da coletividade que em geral incorre na necessidade de suprir ou diminuir as privações sociais – sendo estas reconhecidas na pobreza e na falta de oportunidades econômicas e no atendimento dos serviços públicos – o que significa colocar o indivíduo em estado de privação da liberdade social e liberdade econômica. Mas o desenvolvimento tem que garantir a expansão das liberdades reais aptas a serem desfrutadas.

Para as populações de Vila Alencar, que vivem em situação de pobreza e exclusão social, as dimensões ambiental e social esbarram no limite do atendimento às demandas imediatas pelos grupos familiares na busca de suprir as necessidades básicas através de uma melhor qualificação para os filhos, cuidados com a saúde da família e agregação de outras formas de geração de renda familiar.

Percebe-se que os moradores de Vila Alencar agem no campo de sobreposição das ações políticas sociais e ambientais mobilizados em primeiro plano mais por uma consciência de obter benefícios sociais que assegure a sobrevivência do grupo familiar, do que por uma consciência ecológica. Nesta situação de conflito de interesses, os moradores se mobilizaram para solicitar o autoreconhecimento pela identidade étnica indígena, pois almejavam garantir os direitos indígenas de implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)⁷⁰ com ações de atendimento à saúde e educação. Mas, como a demarcação da localidade de Vila Alencar como terra indígena os moradores não poderiam mais ser atendidos com as ações de manejo sustentável dos recursos naturais promovidos pelo Instituto Mamirauá, como o manejo de ecoturismo, e por este motivo, recuaram no pedido de reconhecimento indígena.

É perceptível que as mudanças de atuação do Estado não alcançaram, pelo menos ainda, seu objetivo principal de redução da pobreza e da desigualdade social na

⁷⁰ São bases implantadas em localidades indígenas com o objetivo de garantir atenção básica de saúde e que está articulada ao Sistema Único de Saúde e de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde. Disponível em: < <http://www.funasa.gov.br/Web%20Funasa/ind/ind01.htm#6>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

zona rural. No entanto, marcadamente estas ações políticas desempenham um papel social transformador na organização familiar camponesa na localidade de Vila Alencar, sobretudo, no redirecionamento da escolarização dos filhos para que possam garantir melhores condições de vida e de trabalho. O rendimento dos benefícios sociais, orientado para assegurar a permanência das crianças e dos jovens na escola, é usado pelas famílias para suprir as necessidades básicas, sobretudo em relação à complementação da alimentação para a família.

O *novo rural* como linha de análise geral neste estudo não significa uma dicotomia com um pseudo “velho rural”, mas a identificação de novos mecanismos que passam a fazer parte da organização social e econômica do *modo de vida* de uma pequena população rural, a partir da confrontação com um conjunto de ações políticas sociais e ambientais.

O *novo rural* apresenta um cenário com sobreposição das ações instrumentalizadas pelos novos atores políticos diante do desenvolvimento de políticas sociais para: o combate à pobreza e à exclusão social; a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais⁷¹. O *novo rural* não é completamente novo, pois se considera a capacidade dos moradores de Vila Alencar se reinventarem e estabelecerem novas estratégias de organização social mediante o recente processo de reformas das políticas públicas, tanto para proteção do meio ambiente quanto para a promoção da cidadania.

⁷¹ Estes são os temas de ação do Brasil no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pnud/>> . Acesso em: 13 out. 2009.

Referência bibliográfica

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1998. 79-131 pp.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 11-56 pp.

ALENCAR, Edna F. **Memórias de Mamirauá: histórico da formação de 14 localidades da Estação Ecológica Mamirauá**. Belém: 1993.

_____. **Terra caída: encanto, lugares e identidades**. Tese de doutorado em Antropologia. Brasília, Universidade de Brasília, 2002, 245 pág.

_____. **Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade**. Teoria & Pesquisa. Vol. XVI - nº 02 - Jul/Dez de 2007.

_____. **Gênero, políticas públicas e sustentabilidade social na várzea do Alto Solimões, AM**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

AMBIENTE BRASIL. **Histórico da Criação das UC's Federais**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/categorias1.html>>. Acesso em: 2 abr. 10.

ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul**. RER, Rio de Janeiro, vol. 42, nº 03, p. 529-548, jul/set 2004.

AQUINO, Maria José. **A Casa dos Nossos Gens: um estudo sobre as ONGs ambientalistas na Amazônia**. 346p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. 18-62 pp.

BARP, Wilson José. Teoria do Conhecimento em Pierre Bourdieu. In: JACKSON COSTA, Maria José. **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001. 13-30 pp.

BARRETO FILHO, Henyo T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. IN: RICARDO, Fany (org) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. 53-63 pp.

BARROS, Ricardo P. de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. Texto para discussão n° 986. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética ns ordem social moderna**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997. (Capítulo 1).

BENICÁ, Ciomara Ribeiro Silva; GOMES, William B. **Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações**. Estudos de Psicologia 1998, 3 (2), 177-205.

BEZERRA, Nelissa P. **Os Ecoturistas estão chegando: aspectos da mudança social na RDS Mamirauá, AM**. 2005. 204f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 61-73 pp.

_____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. 119-126 pp.

_____. **Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004a.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004b. 146-168 pp.

_____. **O camponês e o seu corpo**. Revista de sociologia e política, n° 26: 83-92, Jun. 2006.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008. 162-211 pp.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Estado de Comunicação do Governo. **Brasil 1994 - 2002: a era do real**. Brasília: SECOM, 2002. 43-51 pp.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial**. Brasília: MP, 2003.

BRITO, Daniel. Reforma do Estado e Sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. In: COELHO, Maria Célia N.; MATHIS, Armin; CASTRO, Edna; HURTIENNE, Thomas. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001. 147-173 pp.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos; PACHECO, Regina da Silva. Instituições, Bom Estado e Reforma da Gestão Pública. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n° 3, setembro/outubro/novembro, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

BUCLET, Benjamin. Uma tipologia das ONG's. **Boletim Rede Amazônia**. Rio de Janeiro, n.1, ano 1, p. 29-34, 2002.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização, v. 7. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 141- 168. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Annablume/NUPAUB/HUCITEC, 2000: pp. 165-182.

_____. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, M. C. N.; MATHIS, A; CASTRO, E.; HURTIENNE, T. (Org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 7-32.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. 13-40 pp.

CEDEPLAR/ MDS. **Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família**. Minas Gerais: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional/ UFMG e Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2007.

COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**. Estudos e Pesquisas nº 85. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em 13 de maio de 2009.

CORRÊA, Dávila S. S. **Formação de Jovens Casais na comunidade de Vila Alencar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Amazonas**. 2006. 61 p. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CUNHA, Lidiane Alves da. Renda mínima, consumo e cidadania: o caso do Programa Bolsa Escola em Areia Branca-RN. In: GOMES, Aldenôr (Org.). **Da mobilização as mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas: Centro de Estudos Rurais, 2006. 193-207 pp.

DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e Recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos e MOREIRA, André de Castro (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2001. 97-124 pp.

DRAIBE, Sônia Miriam. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje**, 1989. São Paulo: Vértice e ANPOCS, 1989, p.13-61.

_____. **Novas formas de política social.** Nepp/Unicamp, 1996, mimeo.

_____. **A reforma dos programas sociais brasileiros: panorama e trajetórias.** XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000. Disponível em: <http://dc110.4shared.com/download/53006091/ab5c428f/Sonia_Draibe_Reforma_Programas.pdf?forceOpen=true>. Acesso em: 25 jan. 2009.

ESCOBAR, Arturo. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo?** 2000. Disponível em: <<http://www.unc.edu/~aescobar/>>. Acesso em: 28 maio 2008.

FARIAS, Polyanna. **As políticas sociais de seguridade social e os programas de transferências de renda em comunidades ribeirinhas da reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá- AM: O caso da comunidade de Nova Betânia.** Relatório de atividades. Tefé: IDSM, 2005.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2003. 13-63 pp.

FLIK, Uwe. Questões de Pesquisa. In: **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Bookam, 2004.

FORTES, Meyer. **O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico.** Cambridge, CUP, 1958.

GIULIANI, Gian Mario. Sociologia e Ecologia: um diálogo reconstruído. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, PB, ano XVII, nº 16, p. 25-40, mar. 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro.** Nova Economia, Belo Horizonte. 7(1):43-81, maio 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr.2002.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA R.; NEVES, W. (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annablume, 2006. 81-107 pp.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia B.; MANESCHY, Maria C. (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém: EDUFPA, 2002. 359 p. Introdução: 29-45.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 77-164 pp.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades@. Contagem da População de Alvarães e Tefé 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 03 out. 2009.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM. Website Institucional. Disponível em: <www.mamiraua.org.br>. Acessado em: 20 mar. 2009.

IVO, Anete Brito Leal. A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. **São Paulo em Perspectiva**. 18 (2): 57-67, 2004.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios**. Paper. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2007.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Desigualdade e Pobreza: lições de Sen**. RBCS Vol. 15 nº 42 fevereiro/2000.

LÉNA, Philippe. Matrizes de desenvolvimento na Amazônia: história e contemporaneidade. In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras indígenas & Unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. 146-152 pp.

LIMA-AYRES, Deborah de Magalhães. **History, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian region (the middle Solimões)**. 1992. 342 f. Dissertation. Department of Social Anthropology, University of Cambridge, Cambridge.

LIMA, Deborah de M. A Economia Doméstica na Várzea de Mamirauá. In: **Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: USP, Instituto de Biociências, Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, 2002. Manuscrito.

_____. Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. In: LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005. 337-386 pp.

LIMA, Deborah de M; MOURA, Edila A. **A Reprodução Social de Grupos Domésticos em Comunidades do Mamirauá**. Projeto Mamirauá – Relatório Semestral nº 6, 1995. Manuscrito.

LIMA, Deborah de M; MOURA, Edila A. **Reprodução, Desenvolvimento e Mobilidade dos Grupos Domésticos**. Belém (Impresso), 1998.

LIMA, Deborah de M.; ALENCAR, Edna F. Histórico da Ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões-AM. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa (Org.). **População e Meio Ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000. p. 133-161.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia Socioambiental - sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, Ima Célia G. (org.) [et al]. **Diversidade biológica e cultural da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Trabalho apresentado no Simpósio **Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a Antropologia**, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, 2002, 37 p.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância camponesa: processos de socialização. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: UNESP; Brasília: Nead, 2008. 113-134 pp.

McKEAN, Margaret; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado. In: DIEGUES, Antônio Carlos e MOREIRA, André de Castro (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. USP, 2001. 79-95 pp.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DA REFORMA DO ESTADO – MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Imprensa Nacional, 1995.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Programa Bolsa Família**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e>. Acesso em: 16 abr. 10.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Estrutura regimental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=88>>. Acesso em: 2 abr. 10.

MOREIRA, Edma Silva. **Movimento Social Amazônico em Defesa de Territórios e de Modos de Vida Rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu**. 2008. 278fs. Tese (Doutorado em co-tutela em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará e Université Paris 13, Belém, 2008.

MOTTA, Alda Britto da. **Gênero, Idades e Gerações**. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 42, p. 349-355, Set./Dez. 2004.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios).

MOURA, E.; NASCIMENTO, A. C. **Banco de Dados do Monitoramento Sócio-econômico da RDS Mamirauá**. Tefé: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2000.

MOURA, Edila A. F. (Org.) **Censo Demográfico da Reserva Mamirauá. Relatório de Pesquisa**. Tefé: IDSM, 2006.

MOURA, E. A. F. **Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MOURA, Edila; FARIAS, Thabata. **Indicadores de Saúde Reprodutiva em localidades da Várzea de Mamirauá**. In: IV Encontro Amazônico Sobre Mulheres e Gênero. UFPA, 2008.

MOURA, Edila. **Indicadores ecossistêmicos de saúde**. Relatório técnico. Tefé: IDSM, 2008.

MOTA, Giovane. Entre a comunidade e o lugar: aportes teóricos para um debate. In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES, S., [et al] (Orgs). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. Os agricultores de várzea no médio Solimões: condições socioambientais de vida. In: LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005. 101-156 pp.

_____. **O MEB - Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental**. In: Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006. Ecuador: FLASCO, 2006. Disponível em: < www.alasru.org/.../08%20GT%20Delma%20P.%20Neves.pdf>. Acesso em: 9 mar 2010.

NEVES, Walter A. **Sociodiversidade e Biodiversidade: dois lados de uma mesma equação**. In: ARAGÓN, Luiz Eduardo. (org.). Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos. Belém: UNAMAZ/UFPA, TOMO II, 1992: pp. 365-398.

PERALTA, Nelissa.; MOURA, Edila.; NASCIMENTO, Ana Claudeise.; LIMA, Dedorah M. **Renda doméstica e sazonalidade em comunidades da RDS Mamirauá, 1995-2005**. Uakari, v.5, n.1, p. 7-19, jun. 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECYANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1979. 160-176 pp.

REIS, Marise Batista dos. **As reações populares à criação da RDS Mamirauá e ao manejo sustentável e participativo dos recursos naturais**. 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

_____. **Arengas & Picicas: reações populares a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005. (Estudos do Mamirauá; v. 6).

RUCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz [et al]. **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. 119-136 pp.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Família e Relações intergeracionais: Limites e possibilidades de abordagem a partir do estudo de Porto Alegre no final dos anos setecentos**. In: III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP. Córdoba: ALAP, 2008. Disponível em:
< www.alapop.org/2009/images/.../ALAP_2008_FINAL_298.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2010.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 17-50 pp.

SHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008. 23-58 pp.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - SNUC: LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000.

SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ – SCM. **Plano de Manejo**. Brasília: SCM; CNPq/MCT; Manaus: IPAAM, 1996.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMREZANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1979. 3-14 pp.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes**. *Paper*. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2007.

TAVARES SANTOS, José Vicente. A aventura sociológica na contemporaneidade. In ADORNO, Sérgio (org). **A sociedade entre a Modernidade e contemporaneidade**. Porto Alegre: PPGCS/UFRGS. 1993.

VEIGA, José Eli da, [et al]. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J.A. (Org.). **Ecologia & Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. (Coleção Pensando o Brasil, 4). 63-109 pp.

_____. A Multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seus impactos na política ambiental do Brasil, 1989-1995. In: Ferreira, Leila C. & Viola, Eduardo (eds.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996. 15-63 pp.

WACQUANT, Loïc (s.d.). **Esclarecer o habitus**. Disponível em <sociology.berkeley.edu/Faculty_HTML/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.p DF>. Acesso em: 19 maio 2009.

WANDERLEY, M. de Nazaré. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 2ª edição. Passo Fundo: EDIUPE, 1999. 21-55 pp.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007. (Série: Amazônia: a terra e o homem). 160-185 pp.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 88-129 pp.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995. 336 p. (Estudos Rurais, 13).

WOORTMANN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Série Antropologia. Brasília, 2001.

WOORTMAN, E. Parentesco e reprodução social. **Ciências Sociais Hoje/85**. Cortez Editora/ANPOCS, São Paulo.

APÊNDICES

- Filhos que saíram e voltaram pra casa:

	Nome	Para onde foi	Quanto tempo ficou fora	Porque resolveu voltar
1				
2				
3				
4				

- 1) Costuma visitar os filhos na cidade, quais os motivos?
- 2) Gostaria que os filhos voltassem a morar na comunidade, porque?
- 3) O que acha que mudou na comunidade para as famílias jovens?

Relação com a cidade

- 1) Quando eram novos iam a cidade, quais os motivos?
- 2) Quantas vezes ao mês costuma ir até a cidade:
Tefé, por que?
Alvarães, por que?
- 3) Quando vão à cidade ficam na casa:

- própria
- de parentes
- outro: _____

- Quantas pessoas moram nesta casa:

Nome	Idade	Parentes- co	Atividade de trabalho ou Ocupação	Condição (permanente ou temporário)
1				
2				

- 3) Caso ainda não tenha casa na cidade, pretende ter e como fará para construir ou comprar? _____

Infra-estrutura da casa na cidade (para aqueles que tem casa na cidade)

- 1) N. de cômodos na casa: () 1 () 2 () 3 () 4, _____

- 2) Localização do banheiro: () dentro () fora, _____

- 3) Tipo de cobertura e parede: _____

Equipamentos	Qtd.	Características	Há quanto tempo	Comprado ou doado?	Quem comprou?	Está sendo usado?
Rádio						
Aparelho de som						
Televisão						
Parabólica						
Aparelho de DVD						
Sofá						
Mesa com cadeiras						
Cama						
Colchão						
Fogão a gás						
Filtro ou Pote						

4) O que comem na cidade?

5) Fez compras a prazo em 2009 () sim () não. O que:

Pesquisa *Modo de vida na várzea*: políticas sociais e nova ruralidade na comunidade de Vila Alencar da RDS Mamirauá – UFPA/IDSM

Roteiro 2_Entrevista com os grupos familiares mais jovens

Identificação

Entrevistado: _____ Data: _____

Sexo: _____ Idade: _____

Local de moradia: _____

Pais: _____

Há quanto tempo mora neste lugar (comunidade ou cidade): _____

Condição da moradia:

própria

parentes

outra: _____

Reprodução

1) Quantos filhos possui:

Nome	Idade	Local de nascimento	Série	Onde estuda
1				
2				

2) Quantos filhos ainda pretendem ter? _____

Por que? _____

Mobilidade

1) Quantas vezes já precisou mudar de lugar? _____

Quando	Quais os motivos	Para onde foi e Quanto tempo ficou fora	Porque resolveu voltar
1			
2			
3			

Apêndice B

Seção de perguntas para as famílias que moram na comunidade**Relação com a cidade**

1) Possui casa na cidade: _____

Qual a condição da casa:

 própria alugada dos pais / de parentes outro: _____

2) Quantas pessoas usam esta casa:

Nome	Idade	Parentes- co	Atividade de trabalho ou Ocupação	Condição (permanente ou temporário)
1				
2				
3				
4				
5				
6				

3) Caso ainda não tenha, pretende ter e como fará para construir ou comprar? _____

4) Quantas vezes ao mês costuma ir até a cidade:

Tefé, por que? _____

Alvarães, por que? _____

Apêndice B

5) Já morou na cidade, quando e por que voltou para a comunidade?

Seção de perguntas para as famílias que moram na cidade

Por que veio para a cidade: _____

Relação com a comunidade

1) Possui casa na comunidade? _____

Se sim, por que e quantas vezes vai lá? _____

Se não, quantas vezes foi a comunidade no último ano; fica na casa de quem e motivos da ida? _____

2) Possui alguma roça na comunidade? _____

- Qual foi a produção nos três últimos anos?

Produção	Quanto para venda	Quanto para consumo
2007		
2008		
2009		

Característica da moradia na cidade

1) N. de cômodos na casa: () 1 () 2 () 3 () 4, _____

2) Localização do banheiro: () dentro () fora, _____

3) Tipo de cobertura e parede: _____

Apêndice B

Equipamentos	Qtd.	Características	Há quanto tempo	Comprado ou doado?	Quem comprou?	Está sendo usado?
Rádio						
Aparelho de som						
Televisão						
Parabólica						
Aparelho de DVD						
Sofá						
Mesa com cadeiras						
Cama						
Colchão						
Fogão a gás						
Filtro ou Pote						

Atividades de trabalho e Ganhos de benefícios sociais

1) Quanto é a renda familiar mensalmente (incluindo as atividades de renda e os programas sociais)

Nome	Atividade/Benefício	Desde quando	Valor (R\$)

2) O que costuma vender de produção em 2009.

Produto	Qtd.	Valor (R\$)	Local da venda

Mercado/consumo

1) Costuma fazer rancho quantas vezes ao mês: _____

2) Quanto gasta com rancho por mês (referência ao mês anterior)

Apêndice B

Produto	Qtd. (mês)	Valor (R\$)	Produto	Qtd. (mês)	Valor (R\$)

3) Fez compras a prazo em 2009 () sim () não. O que:

4) O que comem na cidade?

5) O que costuma plantar para ser consumido pela família e onde fica a roça.

Seção de perguntas para todas as famílias

Filhos e perspectivas futuras

1) Onde você acha que estará daqui a dez anos? (morar aonde e trabalhar em que)

2) O que você acha que seu filho aprende na escola da comunidade?

3) O que você acha que seu filho aprende na escola da cidade? Esse aprendizado ajudará para o trabalho na comunidade, como e por que?

4) Como espera que seja o futuro dos seus filhos?

5) Onde quer que seu (s) filho (s) more (m), porque?

Pesquisa *Modo de vida na várzea*: políticas sociais e nova ruralidade na comunidade de Vila Alencar da RDS Mamirauá – UFPA/IDSM

Roteiro 3_Entrevista com os jovens

Identificação

Entrevistado: _____

Data: _____

Sexo: _____ Idade: _____

Local de moradia: _____

Pais: _____

Há quanto tempo mora neste lugar (comunidade ou cidade): _____

Por que veio para a cidade: _____

Educação e perspectivas futuras

Está estudando?	Onde?	Série?	Caso não esteja mais estudando, última série freqüentada

- 1) Quer continuar estudando, por que?

- 2) Caso não esteja mais estudando, gostaria de voltar a estudar, por que?

- 3) O que você aprende de importante na escola da comunidade?

- 4) O que acha que aprende na escola da cidade? Esse aprendizado ajudará para o trabalho na comunidade?

- 5) O que você gostaria de aprender mais?

6) Exerceu alguma ocupação remunerada em 2009?

Qual?	Carteira assinada?	Quanto tempo trabalhou?	Quanto recebeu?	Gostou do que fez?
1				
2				
3				

7) O que comprou com o dinheiro que ganhou?

8) Gostaria de trabalhar em que?

9) O que gosta na cidade? E o que não gosta?

10) Prefere morar na cidade ou comunidade, porque?

11) Onde você acha que estará daqui a dez anos? (morar aonde e trabalhar em que)

12) O que mais gosta de fazer atualmente?